

**MEUS ARTIGOS NA MILITARY REVIEW,  
NA REVISTA DO IGHMB, NA REVISTA A CULTURA  
MILITAR DO EME, NA REVISTA MARÍTIMA  
BRASILEIRA, NA REVISTA FORÇA POLICIAL  
DA PMSP E NA REVISTA DO IHGGS-SOROCABA.**



**Cel Eng Cláudio Moreira Bento  
Historiador e Pensador Militar  
Memorialista e Jornalista**

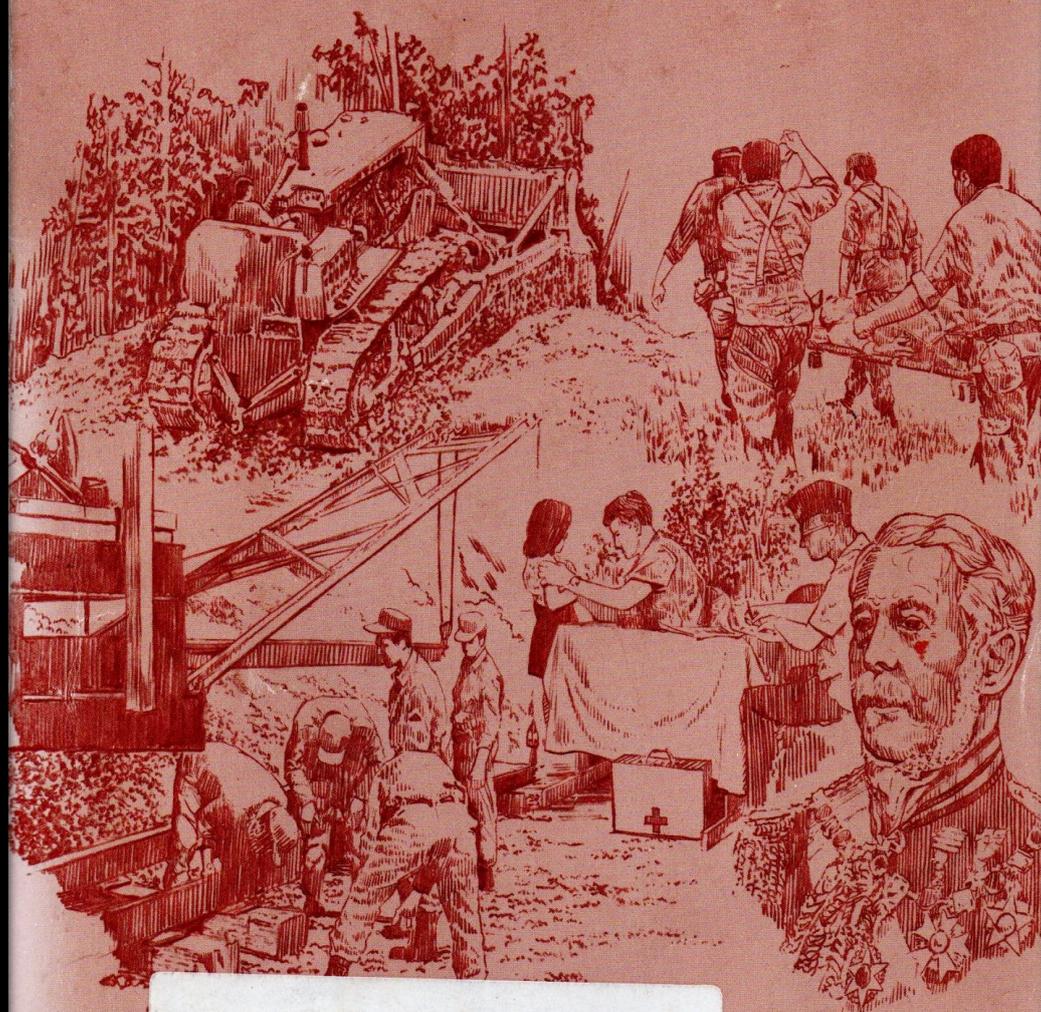
**LIVRO DIGITAL**

*Editado por Camila K. C. S. Renê*

# Military Review

Edição Brasileira

4º Trimestre 1986



▶ BENTO, Cláudio Moreira-Cel. O papel  
▶ no Desenvolvimento Nacional. Military Review. nº 4, 4º trim, 1986.  
▶ pp.64-72 (Artigo vencedor concurso patrocinado pela Editora Brasileira da Military Review.

onal

combate

# Military Review

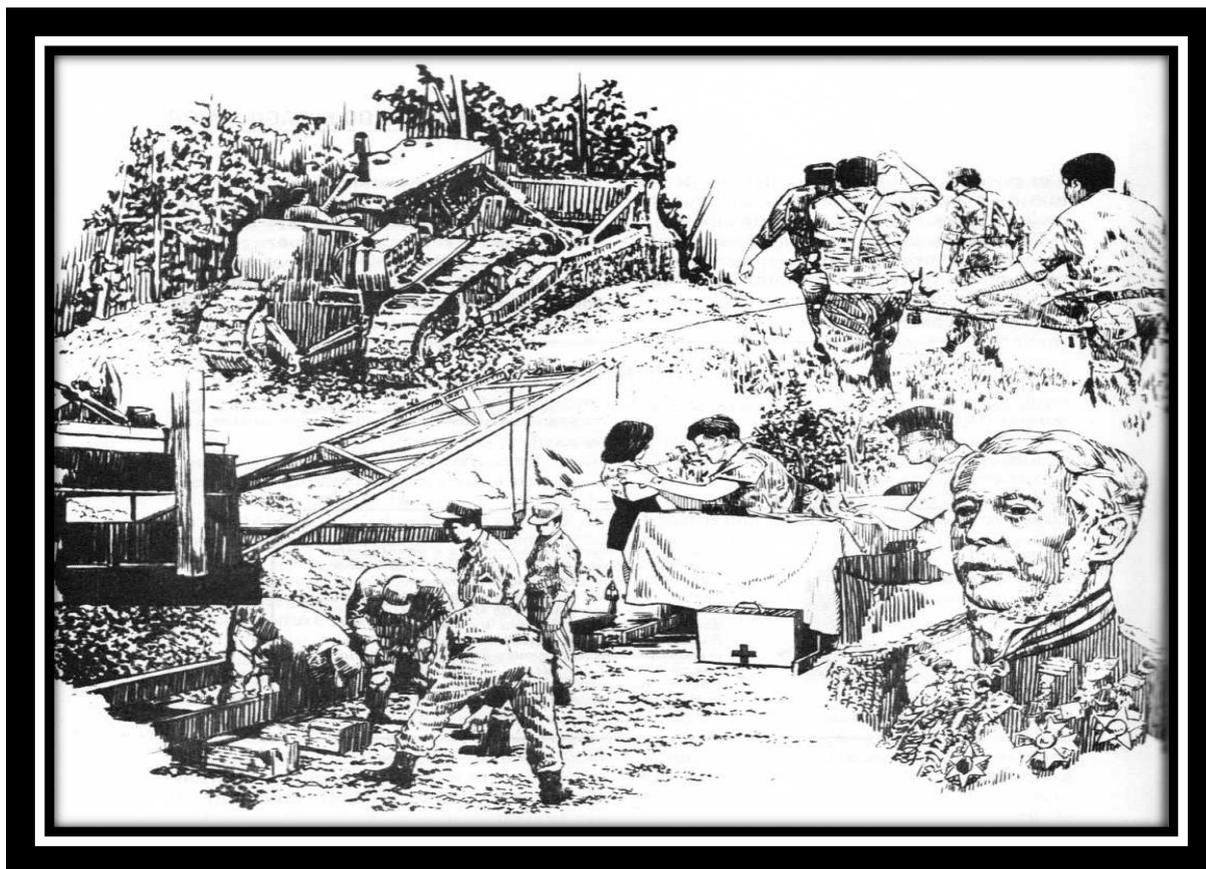
## ÍNDICE

- 3 INFLUÊNCIA CLAUSEWITZIANA NA DOCTRINA ALEMÃ E NORTE-AMERICANA  
*Tenente-Coronel Gertmann Sude, do Exército da RFA*
- 13 INSTRUÇÃO PARA O COMBATE  
*Major-General Wayne A. Downing, do Exército dos EUA*
- 24 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO OCIDENTAIS E AS GUERRAS RECENTES  
*Coronel R/1 Harry G. Summers Jr., do Exército dos EUA*
- 40 AS CINCO FUNÇÕES DO COMBATE TERRESTRE  
*Capitão Wade B. Becnel, do Exército dos EUA*
- 47 A SINCRONIZAÇÃO DA BATALHA AR-TERRA  
*Coronel John B. Rogers, do Exército dos EUA*
- 55 PROGRAMA DE TREINAMENTO DO ESTADO-MAIOR  
*Major Peter S. Kindsvatter, do Exército dos EUA*
- 64 O PAPEL DO EXÉRCITO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL:  
O EXEMPLO BRASILEIRO**  
*Coronel Cláudio Moreira Bento, do Exército Brasileiro*
- 73 DE MÚSICOS DE JAZZ E ÍNDIOS GUERREIROS  
*Coronel R/1 Dandridge M. Malone, do Exército dos EUA, e Major Michael L. McGee, do Exército dos EUA*
- 84 O QUE HÁ DE NOVO
- 87 LEITURA MODERNA—*para o militar de carreira*

## ÍNDICE ANUAL

89 (1986)

MILITARY REVIEW—Publicada pela ECEME/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e mensalmente em espanhol e inglês. Os recursos para a publicação desta revista foram autorizados pelo Secretário do Exército em 19 Fev 85, de acordo com as prescrições do Regulamento 310-1 do Exército dos EUA. Porte pago em Leavenworth, Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio. Assinatura anual: em inglês, US\$14.00 nos EUA, US \$16.00 nos demais países; em espanhol, US\$14.00 nos EUA e demais países; em português (quatro números), US\$5.00 nos Estados Unidos e nos demais países. Números avulsos e atrasados, US\$1.75 nos EUA e US\$2.00 no exterior. Remessas em moeda norte-americana. Todas as assinaturas devem ser feitas por um período mínimo de 1 ano, ao final do qual os assinantes deverão indicar, ao receberem o aviso de vencimento, se desejam renová-las. A correspondência sobre assinaturas deverá ser endereçada à Military Review, USACGSC, Fort Leavenworth, Kansas, 66027-6910, USA. Telefone (913) 684-5642, ou AUTOVON 552-5642. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., II West 40th Street, New York, N.Y., 10018-2693. As opiniões aqui expressadas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa ou seus elementos constituintes, a não ser que observação específica defina a autoria da opinião. A apresentação que a revista faz do material bélico não significa uma afirmação de sua qualidade nem a defesa de suas características. MR se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.



# O Papel do Exército no Desenvolvimento Nacional: O Exemplo Brasileiro

Coronel Cláudio Moreira Bento, do Exército Brasileiro

*O artigo que se segue foi vencedor do Concurso “O Papel do Exército no Desenvolvimento Nacional: O Exemplo Brasileiro” patrocinado pela Editoria Brasileira da Military Review. O autor enumera, em seu artigo, algumas das muitas contribuições que caracterizam, de forma efetiva, a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento do país.*

O EXÉRCITO Brasileiro, aqui neste ensaio, deve ser também entendido como as Forças Terrestres que o precederam, do Descobrimento do Brasil, em 1500, até a sua Independência, em 1822, quando passou a ter a denominação atual. Historicamente ele tem cooperado no desenvolvimento do Brasil. Mensurar esta contribuição será tarefa imensa, ainda por realizar, e a ser desenvolvida em volumosa bibliografia. Assim abordaremos, sinteticamente, por amostragem, o que tem sido a contribuição do Exército no desenvolvimento do Brasil, em quase cinco séculos.

Será excluída a contribuição do Exército relacionada com a Segurança, que se traduziu, no passado, por sua atuação em defesa da Integridade, da Soberania e da Unidade do Brasil durante suas lutas internas e externas, fatos adversos, intensos e constantes durante os primeiros 370 anos que se seguiram ao Descobrimento e preocupações das gerações que precederam os

bisavós dos brasileiros contemporâneos.

### **O Surgimento de Cérebros e Tecnologias**

No objetivo de preparar-se para prover a Segurança do Brasil, na eventualidade de uma guerra interna ou externa, foi impositivo ao Exército desenvolver estruturas, tecnologias e cérebros para estar à altura dessa missão. Sua cooperação ao desenvolvimento, por seu turno, tem decorrido, em grande parte, da colocação, em tempo de paz, daquelas potencialidades a serviço do progresso brasileiro, postura normal num país em desenvolvimento. A história do Brasil registra milhares de casos de cérebros brasileiros preparados pelo Exército para, visando os objetivos de Segurança, contribuírem com os seus conhecimentos para o pioneirismo, a dinamização e o progresso das mais diversificadas atividades ligadas ao desenvolvimento nacional. Com esta estratégia o Exército do Brasil, ao desenvolver sua capacidade de prover o mais alto grau de Segurança possível para a nação, beneficiou indiretamente o desenvolvimento nacional.

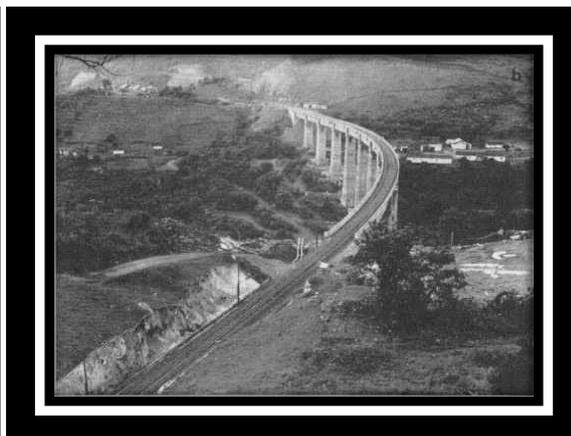
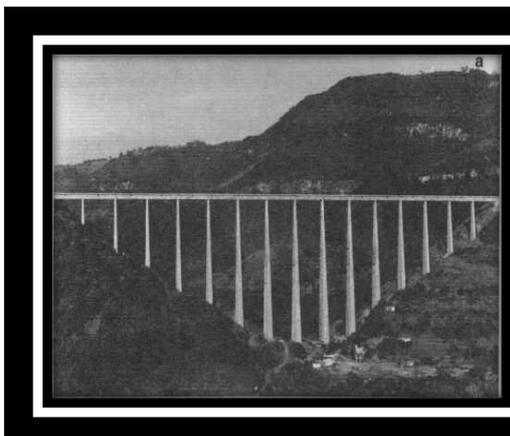
Em contrapartida, em muitos casos, as necessidades do desenvolvimento nacional propiciaram ao Exército condições para melhor desenvolver suas capacidades de prover Segurança.

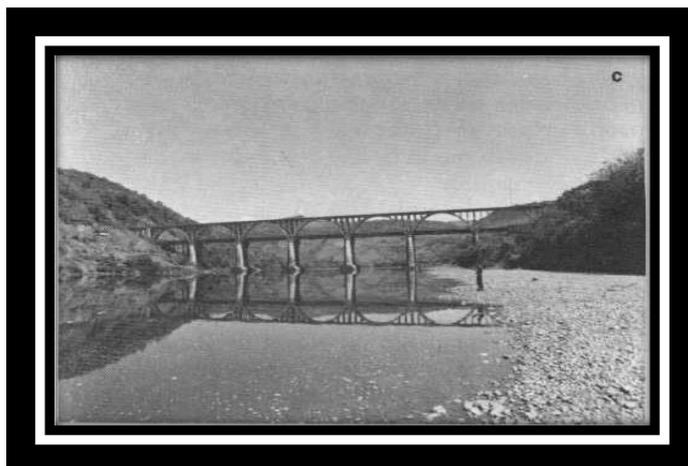
Servem de exemplo os Batalhões de Engenharia de Construção que, desde a Proclamação da República, em 1889, têm construído milhares de quilômetros de ferrovias no Sul, no Centro-Oeste, e no Nordeste e agora particularmente no Norte do Brasil, na tarefa de desbravar a Amazônia e integrá-la ao restante do país por rodovias.

E não se entenda o trabalho nestas áreas como concorrência do Exército à livre empresa. Mas, sim, como uma forma econômica de a Fazenda Nacional realizar, a um tempo só, o adestramento das tropas de Engenharia do Exército, cada vez mais essenciais em uma guerra moderna, em trabalhos de construção de vias de transportes em áreas menos desenvolvidas, no quadro de sua necessária integração ao centro do Poder do Brasil.

Do contrário, o adestramento das tropas de Engenharia do Exército teria de ser feito à base da construção de ferrovias e rodovias inúteis, que ligassem "o nada a coisa alguma". Isto seria um desperdício ao qual se podem dar, talvez, somente os exércitos das grandes potências.

### **A Presença da Engenharia Militar Brasileira**





Para melhor compreensão do que abordaremos neste ensaio, impõe-se o entendimento da seguinte circunstância:

Todas as atividades de Engenharia no Brasil, por cerca de 3 séculos e meio, foram exercidas por engenheiros militares portugueses e brasileiros. Isto foi muito bem caracterizado, em 1857, no relatório do Ministro da Guerra, o futuro Duque de Caxias. Dirigindo-se aos membros do Conselho de Ministros de que era presidente, preconizou ele a necessidade de criação da Engenharia Civil no Brasil, fato que foi concretizado no ano seguinte, na Escola Central do Exército. A partir de então, a Escola se destinou a formar engenheiros civis lado a lado com oficiais de Estado-Maior, Engenharia e Artilharia do Exército. E afirmou:

*Atualmente os oficiais do Corpo de Engenharia do Exército são os únicos de que as empresas públicas e privadas podem lançar mão no Brasil para trabalhos de Engenharia. E incontestável que, existindo uma classe de hábeis engenheiros civis, contratáveis livremente pelas empresas, diminuirá, progressivamente, a necessidade de engenheiros do Exército, até restringir-se unicamente à da administração militar.*

Desta circunstância pode-se inferir quão relevante foi a contribuição do Exército Brasileiro, durante quase 4 séculos, em todas as atividades de Engenharia.

### **Exemplos da Contribuição do Exército Brasileiro ao Desenvolvimento Nacional**

Como exemplo, enumeraremos, a seguir, algumas das contribuições do Exército do Brasil ao desenvolvimento fora de sua missão específica na Segurança Nacional.

- Nos estudos da Geopolítica do Brasil, esta entendida como o estudo da influência territorial na arte da ação política do país, aplicada à sua estratégia, na Paz e na Guerra, abrangendo um complexo de conhecimentos geográficos, históricos, políticos, militares, econômicos, jurídicos, etc. Neste setor, cérebros formados pelo Exército prestaram, ao lado de civis, relevante contribuição, preocupados todos com a solução dos grandes problemas nacionais. A bibliografia de militares do Exército conhecedores profundos da Geopolítica é extensa.

- Na exploração e conhecimento do Brasil: no início do século XVII foram os Bandeirantes, saídos de São Paulo, e o capitão Pedro Teixeira, saído de Belém, que exploraram e conheceram, em expedições militares, todo o território do Brasil, fornecendo, destarte, argumentos para a celebração do Tratado de Madri de 1750, consagrador, no Direito Internacional, das

dimensões continentais do Brasil. Até data recente foram os batalhões de Construção do Exército na Amazônia, rasgando a selva entre Cuiabá e Santarém, entre Porto Velho e Manaus e entre Manaus e Boa Vista, para implantarem rodovias. Tudo na tarefa de integrar aquela imensa área, conquistada e preservada há 3 séculos, com enormes sacrifícios, por militares.

- Mapeamento do território: ontem foram as expedições militares demarcadoras dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso de 1777 a mapearem os confins da Pátria Brasileira, fundamentando a ação do Barão do Rio Branco, no início deste século, de pacificamente sustentar os direitos territoriais do Brasil. Hoje são os engenheiros da Diretoria do Serviço Geográfico a mapearem, em diversas escalas, com objetivos de Segurança e Desenvolvimento, todo o território do Brasil.

- Demarcação de Limites: ontem foram as expedições militares de demarcação dos tratados entre Espanha e Portugal. Hoje são as comissões de fronteira, integradas por militares do Exército, que realizam a demarcação final de alguns trechos e renovam os marcos atingidos pela ação do tempo, muitas vezes em locais de difícil acesso e insalubres.

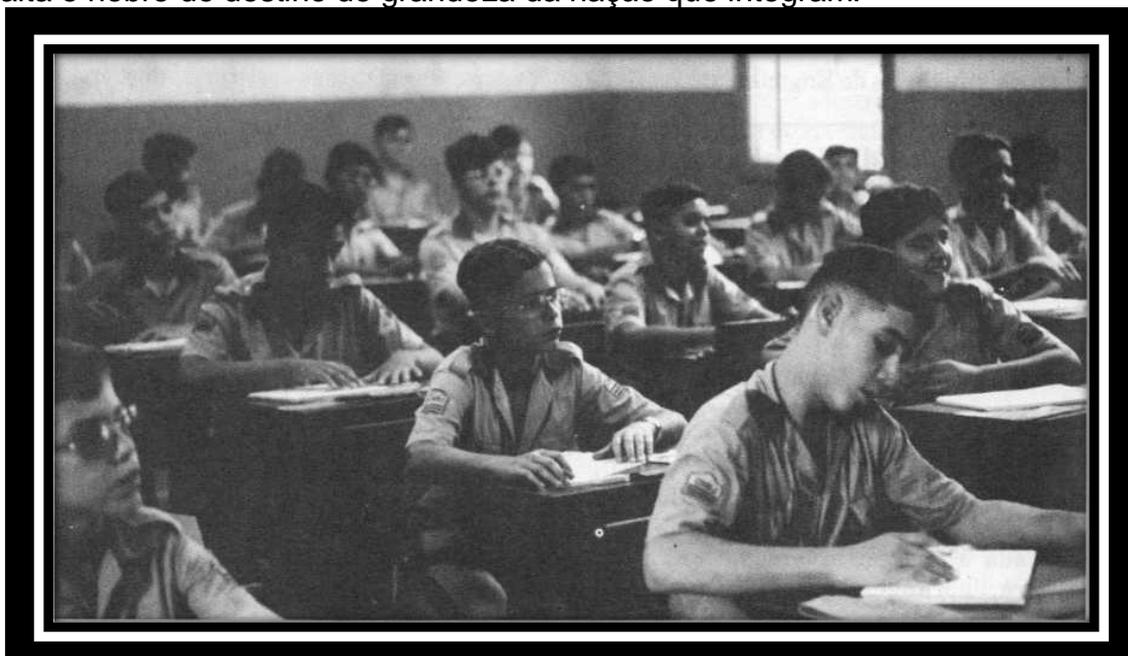
- Obras contra as secas: é alentadora a contribuição do Exército neste setor no Nordeste do Brasil, a partir da década de 50, traduzida pela construção de diversos açudes na área em que as secas têm ocorrência cíclica.

---

***. . . ontem foram os fortes, em nossas fronteiras, que transmitiram noções de Pátria às populações que se aglutinaram em seu redor. Hoje são os Pelotões de Fronteira nos locais remotos de nossas lindes a transmitirem às populações próximas lições de patriotismo e uma consciência alta e nobre do destino de grandeza da nação que integram.***

---

- Ação nacionalizadora: ontem foram os fortes, em nossas fronteiras, que transmitiram noções de Pátria às populações que se aglutinaram em seu redor. Hoje são os Pelotões de Fronteira, nos locais remotos de nossas lindes, a transmitirem às populações próximas lições de patriotismo e uma consciência alta e nobre do destino de grandeza da nação que integram.



### **Ensino assistencial proporcionado pelos Colégios Militares**

- Ação integradora de silvícolas: no século XVIII foram os bravos do Forte Coimbra que integraram a nação guerreira Guaicurus ao Brasil. Prestaram estes bravos índios, à sua nova pátria, relevante contribuição. Ajudaram, militarmente, a definir o destino brasileiro no sul de Mato Grosso. É de data recente a magnífica obra, de repercussão internacional, realizada pela Comissão Rondon, de integração de indígenas de Mato Grosso e da Amazônia.

- Pólos de núcleos populacionais: ontem foram os postos, acampamentos e pousos militares que deram origem a inúmeras cidades. Hoje são os Pelotões de Fronteira, pólos de aglutinação de ilhas sócio-econômicas vivificadoras de nossas fronteiras.

- Formação de mão-de-obra: ontem foram os arsenais e fábricas do Exército, injetando, na vida nacional, grandes levas de artífices que infra-estruturaram os primórdios da indústria brasileira. Até data recente foram os nossos batalhões de construção no Norte e no Nordeste e as fábricas de material bélico formando e injetando em suas áreas grandes levas de mão-de-obra especializada, essenciais à arrancada para o desenvolvimento.

- Na educação, ensino e pesquisa: desde 1916, milhares de brasileiros foram alfabetizados nas Escolas Regimentais mantidas em todos os quartéis do Exército. Hoje a instituição mantém escolas de diversos níveis que beneficiam o desenvolvimento. Isto através dos Colégios Militares e do Instituto Militar de Engenharia, este último como elemento formador de grande número de engenheiros civis e militares e realizador de pesquisas de grande interesse para o Brasil.

- A maior contribuição, porém, processou-se na Escola Superior de Guerra, a partir da década de 50, ocasião em que aquele estabelecimento de ensino passou a formar parcelas das elites dirigentes do país, para o que contou, desde a sua fundação, com a colaboração do Exército e de seus integrantes.

- Educação moral, espiritual e cívica: tarefa que o Exército realiza através de seus comandantes, capelães e instruções específicas que beneficiam expressiva parcela da juventude do Brasil em seu retorno à vida civil, egressa dos quartéis, Tiros-de-Guerra, Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégios Militares.

- Atuação em calamidades públicas: tem sido uma constante na vida brasileira a assistência prestada pelo Exército a irmãos brasileiros atingidos por calamidades (enchentes, sinistros e secas). No último caso, no Nordeste, o Exército tem tomado a seu cargo, em convênio com a SUDENE, o trato de parte deste grave problema cíclico.

- Ação cívico-social: o Exército realiza essas operações para levar assistência às populações do interior mais necessitadas, nas áreas em que se desenvolvem manobras militares.

***A maior contribuição processou-se na Escola Superior de Guerra, a partir da década de 50, ocasião em que passou a formar parcelas das elites dirigentes do país, para o que contou, desde a sua fundação, com a colaboração do Exército e de seus integrantes.***

---

- Vigilância das fronteiras: trabalhos realizados ao longo de toda nossa fronteira por unidades e pelotões do Exército. Atuação relevante,

particularmente em nossas fronteiras em Mato Grosso e na Amazônia. Missão de grande projeção na Geopolítica do Brasil, objetiva preservar os vazios demográficos entre nossas fronteiras no Centro-Oeste e Norte e a área mais *populosa* do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília) de influências ou atrações por outros pólos de poder. É um pesado tributo que gerações de militares do Exército têm pago nesta árdua tarefa, longe do conforto da civilização e de seus benefícios.



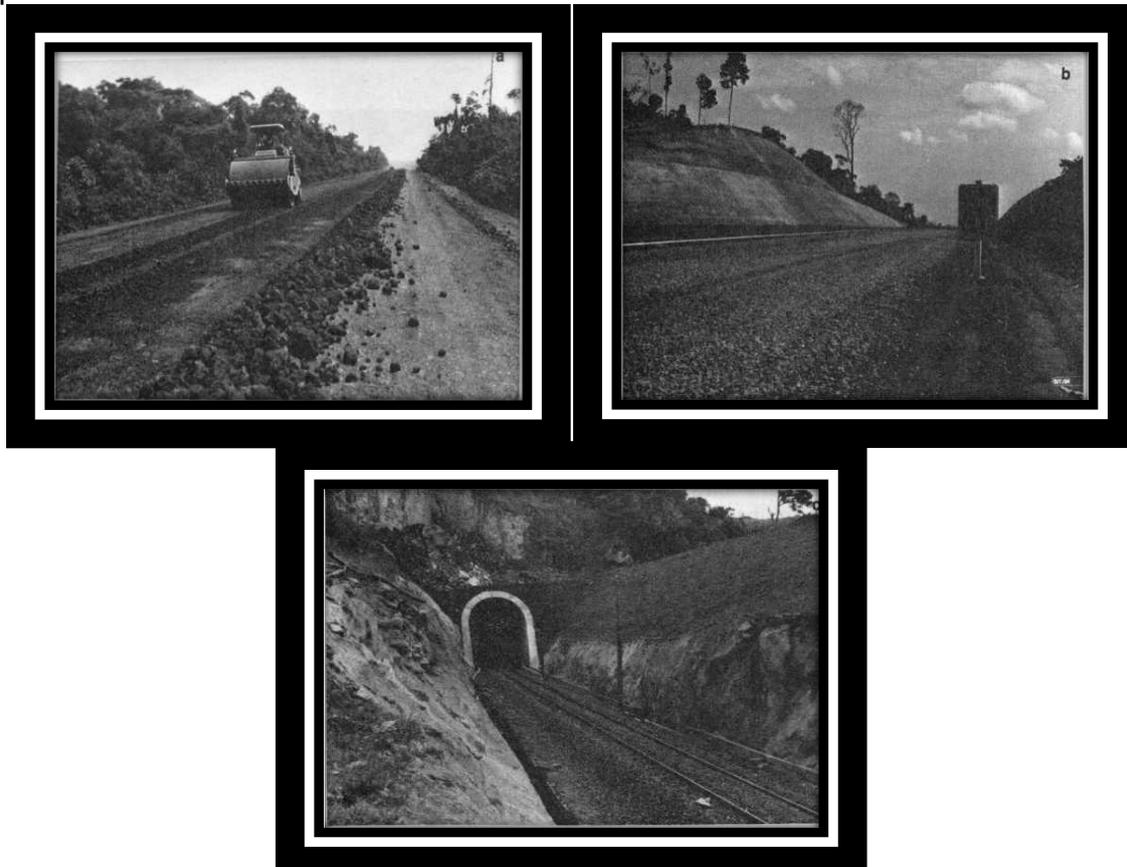
**Atendimento à população civil na ocorrência de calamidades públicas**

- **Transportes:** no século XVII foram os Bandeirantes e engenheiros militares balizando e abrindo os primeiros e primitivos caminhos de integração, como por exemplo, o primeiro caminho ligando Sorocaba ao Rio Grande do Sul e à Colônia do Sacramento; a estrada do Lorena (ligação São Paulo a Santos) e a primeira ferrovia brasileira construída por Mauá, até Petrópolis, para cuja concretização o Exército concorreu decisivamente. Hoje são os Batalhões de Construção do Exército que, contando com um alentador acervo de rodovias e ferrovias construídas, dedicam-se à construção de importantes ferrovias no Sul e no Centro- Oeste, e, principalmente, rodovias na imensa área amazônica.

- **Comunicações:** ontem foram dois oficiais do Exército os primeiros telegrafistas no Brasil, que operaram a primeira linha telegráfica, em 11 de maio de 1851, ligando o Imperador D. Pedro II, em sua residência na Quinta da Boa Vista, com o Ministro da Guerra no local do atual Palácio Duque de Caxias. Posteriormente, foram comissões do Exército que integraram ao centro do país, por telegrafia, inúmeras áreas do interior. Nesta tarefa destacou-se, sobretudo, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, atual Patrono das Comunicações do Exército e do Brasil. Hoje é o Exército, por força de necessidades militares, colocando o "know-how" que adquiriu a serviço do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil, atividade que atingiu índices notáveis com o concurso de cérebros treinados pelo Exército.

- **Construção de pontes:** ontem inúmeras pontes em projetos de engenheiros militares foram construídas em todo o território, de que é exemplo, no Estado de São Paulo, a ponte construída pelo engenheiro militar Euclides da Cunha, posteriormente figura marcante da literatura brasileira do começo do século. Em data recente, foi o Exército, executando a locação dos pilares da monumental ponte Rio-Niterói ou, também, proporcionando, com suas pontes

militares, o restabelecimento do tráfego interrompido por ação de enchentes. Ilustra o fato o restabelecimento, pelo Exército, do tráfego entre o Rio Grande do Sul e o restante do Brasil, quando as pontes do Rio Pelotas foram levadas pela correnteza.



a construção de rodovias integrando a Amazônia ao restante do país; b trecho já pavimentado da BR-364 ligando Porto Velho a Ariquemes; c Túnel localizado na EF-491, Passo Fundo-Roca Sales, RS.

***Em data recente foi o Exército, executando a locação dos pilares da monumental ponte Rio-Niterói ou, também, proporcionando, com suas pontes militares, o restabelecimento do tráfego entre o Rio Grande do Sul e o restante do Brasil, quando as pontes do Rio Pelotas foram levadas pela correnteza.***

- Construções em geral: ontem foram nossos engenheiros militares coloniais e imperiais que projetaram e construíram edifícios, obras públicas e igrejas. Como testemunhas dessa época registrem-se, entre outras obras, os Arcos da Carioca, o Paço Imperial e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, o Palácio dos Governadores, em Ouro Preto, a Catedral de São Pedro, em Rio Grande, o Quartel do Batalhão de Guardas, no Parque D. Pedro II, em São Paulo, e a Escola de Direito do Recife.

- Siderurgia: em 1818, na Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, próximo de Sorocaba, sob a direção do Exército, houve a primeira corrida de ferro no Brasil. Esta indústria, até 1851, fabricou, entre outros artigos, moendas para a indústria açucareira de São Paulo. A primeira usina siderúrgica em Volta Redonda, instalada sob o imperativo da Defesa Nacional, contou, na sua implantação e direção, com o concurso de um engenheiro militar do Exército que havia realizado curso específico no exterior e construído e dirigido a fábrica de projetis de Artilharia do Exército, no Andaraí, Rio de Janeiro.

***Foi a indústria militar que, a partir de 1954, passou a fabricar, para a novel Petrobrás, algumas peças indispensáveis à perfuração de poços petrolíferos, na citada fábrica do Andaraí, que já fazia jus ao título de mãe da Siderúrgica de Volta Redonda, por sua relevante contribuição à sua implantação.***

---

• Indústria: no período anterior a 1808, vinda da Família Real para o Brasil, quando era proibido fabricar qualquer artigo, foi a Casa do Trem (arsenal), erigida por Gomes Freire de Andrade e destinada a fabricar material bélico, que constituiu a raiz da indústria pesada entre nós. Esse trabalho foi continuado pelos arsenais e fábricas militares espalhados em todo o Brasil, que atenderam, por muitos anos, às múltiplas necessidades da administração civil. Foi a indústria militar que, a partir de 1954, passou a fabricar, para a novel Petrobrás, algumas peças indispensáveis à perfuração de poços petrolíferos, na citada Fábrica do Andaraí, que já fazia jus ao título de mãe da Siderúrgica de Volta Redonda, por sua relevante contribuição à sua implantação.

• Agro-Pecuária: historicamente tem sido expressiva a contribuição do Exército neste setor. Como exemplo, no final do Século XVII e início do século XVIII, no Rio Grande do Sul, integrantes da Força Terrestre administraram a Real Feitoria da Linhocânhamo, em Canguçu, de 1783 a 1789 ; a fazenda da Aldeia dos Anjos, em Gravataí; e a Fazenda Bojuru, de pecuária, em São José do Norte. No século passado foram criadas, em todo o país, Colônias Militares destinadas à pecuária, à agricultura, à vivificação de fronteiras e de áreas remotas e ao aproveitamento, em atividades compatíveis, de velhos soldados esgotados na atividade castrense. Tornou-se célebre a Colônia Militar de Dourados, em Mato Grosso, onde seu comandante, Tenente Antônio João, atual Patrono dos Oficiais do Quadro Auxiliar do Exército, foi massacrado, em 1851, por uma coluna invasora paraguaia junto com seus homens, após haver protestado contra isso nos termos que a história do Brasil registra:

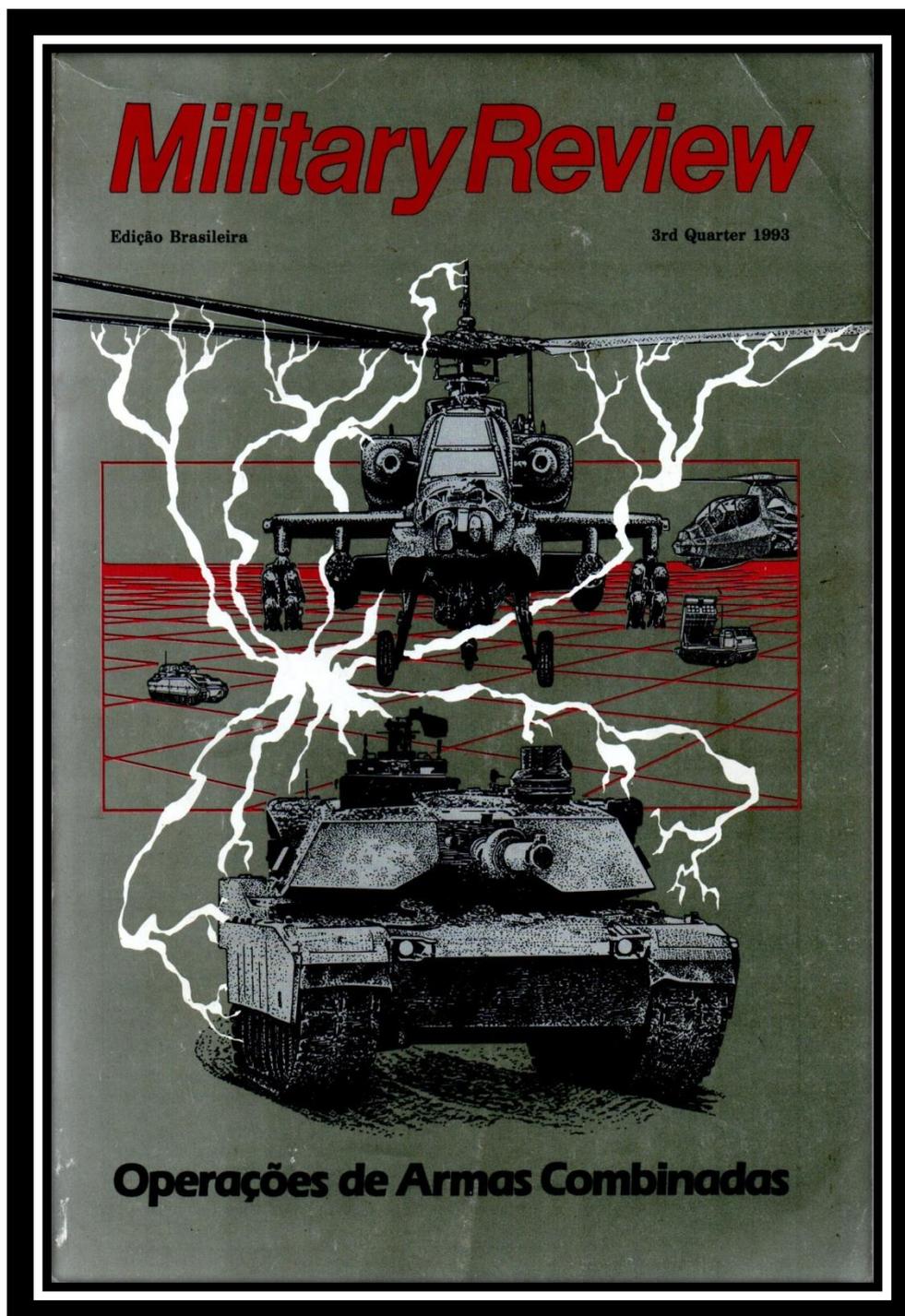
*Sei que eu morro, mas o meu sangue e o dos meus camaradas servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria.*

Em data recente o Exército contribuiu, no Rio Grande do Sul, com seus meios, na colheita e escoamento da safra agrícola, antes que ela fosse atingida por condições meteorológicas adversas. Em inúmeros quartéis tem-se ministrado cursos de Agricultura aos conscritos, visando melhor capacitá-los para o retorno ao campo, findo o Serviço Militar Obrigatório. Cito a experiência realizada, em 1959, pelo 3º Batalhão de Engenharia de Construção, em Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul.

• Outras contribuições: a contribuição do Exército do Brasil não se esgota no que foi aqui exposto. Ela tem sido prestada de forma livre, direta ou indireta, em explorações científicas, na defesa de recursos naturais, na assistência sanitária, no combate a endemias, em pesquisas tecnológicas, nos esportes, na repressão ao contrabando, na colonização do território, na assistência veterinária, nas artes e na cultura. No domínio da cultura, através, principalmente, da Biblioteca do Exército, sob forma de difusão de obras relevantes de interesse cultural geral, e do Arquivo do Exército, ao colocar seu precioso acervo documental sobre a História do Exército a serviço da pesquisa histórica em geral no Brasil. Outra contribuição singular foi a de ter sido fundador e primeiro diretor, no início do século passado, da mais tradicional e

histórica Escola de Direito do Brasil, a da cidade de São Paulo, um oficial general do Exército que, na mocidade, havia cursado Direito em Lisboa, Portugal.

Ontem e hoje, aí estão as numerosas e diversificadas atividades que configuram o relevante papel desempenhado pelo Exército Brasileiro em favor do desenvolvimento nacional. Essas atividades têm raízes no passado e se projetam até os dias de hoje, em que se ostenta um definido e orgulhoso compromisso com o amanhã do País.



## SUMÁRIO

- 2 OPERAÇÕES EM PROFUNDIDADE:  
ASSALTO AEROMÓVEL DA DIVISÃO ALÉM DA FLOT  
Major-General John E. Miller, do Exército dos EUA, e  
Major Daniel P. Bolger, do Exército dos EUA
- 16 A INTEGRAÇÃO DE FORÇAS PESADAS E LEVES NO  
CENTRO NACIONAL DE TREINAMENTO  
Coronel Kenneth C. Scull, do Exército dos EUA
- 32 BCTP: PERSPECTIVA DA FORÇA VERMELHA  
Tenente-Coronel Jerry A. Slmonsén, do Exército dos EUA, e  
Tenente-Coronel R/1 Michael IV. Collins, do Exército dos EUA
- 40 FATORES DETERMINANTES DO DESEMPENHO  
DA UNIDADE  
Robert F. Holz, e  
Howard H. McFann
- 50 DEFICIÊNCIAS DAS SIMULAÇÕES DE COMBATE  
Major John L. Krueger, do Exército dos EUA
- 58 CAVALARIA LEVE: UMA FORÇA ESTRATÉGICA  
PARA O FUTURO  
Tenente-Coronel Craig B. Whelden, do Exército dos EUA
- 68 ARTILHARIA DE DEFESA ANTIAÉREA:  
PRIMEIRA A ATIRAR  
Major Dale E. Brown, do Exército dos EUA
- 76 ATAQUE AÉREO! ELEMENTOS DE APOIO DE FOGO DA  
BRIGADA DE AVIAÇÃO  
Major Clark O. Riddle, Jr., do Exército dos EUA, e  
Capitão Maxwell G. Carroll, do Exército dos EUA
- 86 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA 2ª GUERRA MUNDIAL  
Coronel R/1 Cláudio Moreira Bento, do Exército Brasileiro

# Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial

**Coronel R/1 Cláudio Moreira Bento, do Exército Brasileiro**

**O autor relata de forma sucinta a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial destacando o importante papel desempenhado pelo Saliente Nordeste na condução das operações Aliadas.**

ENTRE todos os países da América Latina, o Brasil foi o único a enviar forças militares fora do hemisfério ocidental em apoio ao esforço Aliado durante a 2ª Guerra Mundial. Após o torpedeamento de vários navios da Marinha Mercante brasileira pelos submarinos do Eixo, o Brasil declarou guerra à Alemanha e participou ativamente do conflito, desde o dia 22 de agosto de 1942 até o seu término, em 8 de maio de 1945, contribuindo de maneira significativa para a vitória final aliada.

A sua imensidão territorial (5º maior país do mundo), a sua posição estratégica dominando o sul do Oceano Atlântico, bem como os sentimentos de solidariedade para com os países ao norte, foram todos fatores de grande relevância na decisão de não se manter uma nação neutra durante a guerra. As Forças Militares brasileiras combateram em dois teatros de operações, um no Atlântico e outro no Mediterrâneo, provendo forças de combate bem como acesso às suas bases estratégicas no litoral nordeste do país. Em troca, o Brasil recebeu o equipamento militar necessário, por intermédio da Lei de Empréstimos e Arrendamento, a fim de poder executar suas amplas missões militares. Com representantes sediados em Washington e Rio de Janeiro, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos encarregou-se de coordenar os esforços mútuos dessas duas nações. A base formal para esse novo relacionamento de tempo de guerra foi o Acordo Bi-Lateral Brasil-EUA assinado em maio de 1942.

### **IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO BRASIL**

Por ser a menor distância entre a costa nordeste do Brasil e a costa ocidental do Senegal, o braço de mar no Atlântico entre o hemisfério ocidental e o continente da África foi chamado de Estreito Natal- Dacar. Os Estados Unidos receberam direitos de operar na Base Aérea de Paranairim, em Natal, bem como na Base Aérea de Belém do Pará, na costa nordeste do Brasil, formando assim a ponte aérea Miami- Belém-Natal-Dacar, que permitia um grande número de vôos transatlânticos entre os EUA e a África, minimizando o número de horas sobre extensões de água. Esta ponte aérea foi vital para a conquista aliada do norte da África entre novembro de 1942 e maio de 1943, bem como para a invasão da Europa pelo sul da Itália. Vale mencionar que a costa nordeste do Brasil foi apelidada de “trampolim da vitória”.

Em mãos inimigas, a costa nordeste do Brasil teria proporcionado bases aéreas e navais a partir das quais as forças do Eixo poderiam interromper as rotas no Sul do Atlântico e no Caribe, através das quais foram realizadas uma grande parte dos transportes marítimos entre os EUA e a Europa. Em consequência disto, os esforços iniciais das Forças brasileiras concentraram-se na defesa desta área.



General Crittenger e o General Mascarenhas de Moraes parabenizando os pracinhas brasileiros pelos seus atos de bravura, Itália, novembro de 1943.

## **CONTRIBUIÇÃO DAS FA BRASILEIRAS**

- Exército: enviou uma unidade valor divisão, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao teatro de operações do Mediterrâneo, onde foi integrada ao 5ª Exército norte- americano do General Mark Clark Durante mais de um ano em combate na parte central da Itália, a FEB capturou aproximadamente 20.753 soldados e equipamento equivalente a duas divisões. Ao mesmo tempo, o Brasil defendia o território nacional e suas instalações militares, inclusive o estratégico triângulo nordestino formado pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- Marinha: defendeu os portos brasileiros, patrulhou o sul do Oceano Atlântico contra ações de submarinos e de encouraçados de bolso, escoltou comboios Aliados em coordenação com a IV Frota dos EUA (tendo seu comando se situado em Recife).

- Força Aérea: enviou o Primeiro Grupo de Caças (Senta a Pua), e a Primeira Esquadilha de Ligação e Observação (1º ELO), sob o controle operacional da FEB, para unir-se às forças aéreas aliadas operando no Mediterrâneo e na Itália. Tomaram parte, também, no patrulhamento do oceano e na escolta de comboios aéreos.

- Civis: Supriram matéria-prima estratégica como cera de carnaúba, látex de batata, quartzo e borracha, obtida pelos “soldados da borracha” na floresta amazônica.

## **CONSEQUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL**

Durante a guerra, o Brasil perdeu 1.889 soldados, 31 navios mercantes, 3 navios de guerra (afundados pelos alemães) 22 caças (abatidos em combate) e despendeu a soma de 21 milhões de cruzeiros (valores daquela época).

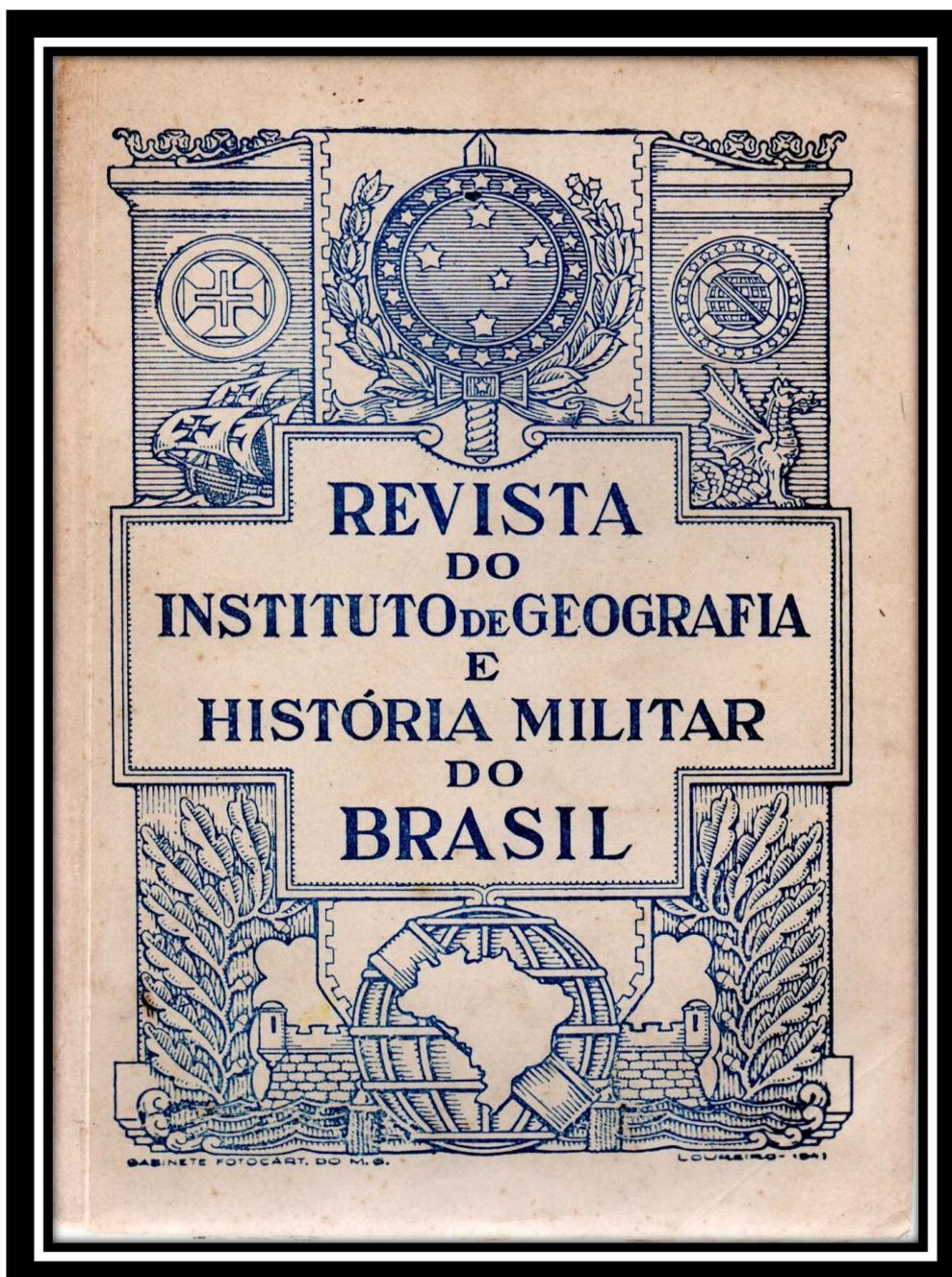
Em consequência disso o Brasil sofreu um grande processo de modernização. Sistemas de armas e munições foram atualizados e ampliados. Por intermédio da Lei de Empréstimos e Arrendamento, as Forças brasileiras foram equipadas com o que havia de mais moderno militarmente: caças, bombardeiros, caça-submarinos, contratorpedeiro-escolta, varredores de minas e outros equipamentos. A doutrina e o treinamento de suas forças também foram modernizados, baseados na doutrina norte- americana e na experiência operacional adquirida pelas nossas Forças Armadas em combate. As unidades navais brasileiras foram integradas à 4ª Frota dos EUA na batalha do Atlântico, enquanto que as unidades de aviação juntaram-se às Forças Aéreas Aliadas no Mediterrâneo, tendo as unidades do Exército combatido ao lado do 5ª Exército na Itália. Nossa Marinha foi treinada pelos norte-americanos na arte da guerra anti-submarina e na de escolta de comboios, enquanto que o Exército e a FAe receberam extenso treinamento e ganharam experiência de combate ar- ar, defesa antiaérea e de costa e emprego de divisão de infantaria.

Entre as suas vitórias mais importantes pode-se citar as ações de combate em Monte Castelo, Castelnuevo, Montese e Collechio-Fornovo. O 1º Grupo de Caça da FAB e a 1ª Esquadilha de Ligação e Observação apoiaram as vitórias mais importantes da FEB. Aliás, a guerra causou um grande impacto no desenvolvimento da aeronáutica no Brasil, resultando na modernização e

expansão acelerada da aviação civil brasileira.

Entre todos os países latino-americanos, o Brasil foi o único a participar do conflito, fora do continente americano, enviando um corpo expedicionário para tomar parte na cruzada vitoriosa contra as Forças do Eixo a fim de defender a democracia e a liberdade do mundo. Após a guerra, o Brasil designou uma Missão Militar para permanecer na Alemanha ocupada, de 1945 até 1950, quando finalmente trouxe seus últimos soldados para casa. Mesmo agora, já decorridos cinquenta anos, nossa participação naquele esforço épico ainda é uma fonte de imenso orgulho para o povo brasileiro.

***Cláudio Moreira Bento é historiador e Coronel RI 1 do Exército Brasileiro. Ele é membro do Instituto Brasileiro de História e Geografia e do Instituto Brasileiro de História e Geografia Militar.***



## SUMÁRIO

<i>Págs.</i>	
<i>Juarez Távora — O Homem, o Militar e o Estadista — Gen. Edmundo de Macedo Soares e Silva .....</i>	19
<i>Oswaldo Cruz — Gen. Hugo Silva .....</i>	49
<i>Uma Vida a Serviço do Brasil — Gen. Irapuan de Albuquerque Potyguara .....</i>	57
<i>Sesquicentenário de D. Pedro II .....</i>	77
<i>A Conjuração Mineira — Cel. Jardro de Alcântara Avellar</i>	103
<i>Posse do Major José Fernando de May a Pedrosa (1)</i>	
I — Saudação, pelo Cel. Francisco Ruas Santos	129
II — Discurso do Empossado .....	134
<i>A Revolução de 30 em Niterói — Gen. Senna Campos</i>	153
<i>Plácido de Castro — Depoimento — P.J. de Mallet Joubin</i>	159
<i>José de Lima Figueiredo (Continuação) — Bel. Jorge Eduardo M. de Lima Figueiredo .....</i>	177
<i>Bandeirismo Paulista — Prof. E. Canabrava Barreiros</i>	197
<i>Posse do Professor Eduardo Canabrava Barreiros</i>	
I — Saudação, pelo Alte. W. Perry de Almeida	203
II — Discurso do Empossado .....	207
<i>O Comandante da Fortaleza de Villegaignon em 1836 — Cap. de Mar-e-Guerra Levy Scavarda.....</i>	211
<b><i>O Bicentenário da Fortaleza de Santa Tecla — Ten Cel Cláudio Moreira Bento .....</i></b>	<b>215</b>
<i>Noticiário .....</i>	225

(1) Atual Ten Cel.

# BICENTENÁRIO DA CONQUISTA DA FORTALEZA DE SANTA TECLA

Tenente-Coronel  
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

O Dia 25 de março assinala o bicentenário da conquista portuguesa

**aos espanhóis, da Fortaleza de Santa Tecla.**

**Foi erigida, próximo a Bagé atual, pelo governador de Buenos Aires, D. Vertiz Y Salcedo, por ocasião de sua invasão do Rio Grande do Sul, pela campanha, em 1773-74, durante a Guerra 1763-76. Foi conquistada após 25 dias de cerco, por 619 homens da Fronteira do Rio Pardo, dragões, cavalaria ligeira e caçadores de infantaria indígenas, ao comando do intrépido herói rio-grandense, Rafael Pinto Bandeira. Dita conquista fez parte da grande ofensiva da qual resultou a expulsão definitiva dos espanhóis do Rio Grande do Sul, com a reconquista da Vila de Rio Grande, em 1.º de abril de 1776, pelo Exército do Sul, após 13 anos sob domínio de Buenos Aires.**

**A reconquista de Rio Grande, junto com as conquistas aos fortes de São Martinho e Santa Tecla, definiram, pela força das armas, o destino brasileiro do Rio Grande do Sul, confirmado após, diplomaticamente, pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1.º de outubro de 1777.**

**Para a vitória de Santa Tecla e outras na Fronteira do Rio Pardo contribuíram, decisivamente, muitos bravos paulistas da Cavalaria Ligeira que teve a seu cargo a condução de modelar guerra de guerrilhas contra o invasor. Dentre estes não pode ficar esquecido o intrépido capitão Cipriano Cardoso, herói de muitas ações. Tornou-se estancieiro rio-grandense como muitos outros companheiros paulistas, todos imortalizados por Érico Veríssimo no personagem Pedro Terra de sua monumental e épica trilogia “O Tempo e o Vento”.**

### **A FORTALEZA DE SANTA TECLA**

Foi erigida em local estratégico, como ponto de cruzamento obrigatório de importantes caminhos pelas campanhas rio-grandenses e uruguaias.

Articulava ao sul, Buenos Aires, Montevideú, Maldonado e o Forte de Santa Tereza, com os Sete Povos das Missões, Rio Pardo, Porto Alegre e Vila de Rio Grande ao norte. Barrava, ao sul, o acesso das guerrilhas portuguesas, com suas bases nas serras dos Tapes e Herval, que executavam, oficialmente, as seguintes missões dentre outras: Arreadas do gado inimigo sob os possíveis caminhos da invasão ao Rio Grande, guardas em passos dos rios, sobre direções estratégicas que incidiam sobre Rio Pardo, busca de informações militares e hostilidades à estâncias e patrulhas espanholas isoladas, principalmente nas campanhas uruguaias.

Santa Tecla era um pentágono irregular, baluartado, com muralhas de leivas, tudo circundado por um fosso. Era defendida por 250 homens apoiados em 8 pequenos canhões com uma potência de fogo de cerca de 30 libras. Dispunha de capacidade de armazenagem de charque e água para resistir a cerco prolongado, além de apoiada por um contingente de segurança externa, encarregado de detectar ataques, dissuadi-los ou buscar socorros em Montevideú e Sete Povos, além de manter a soberania da fortaleza sob extensa área adjacente. Residia, em seu interior, o tenente-coronel engenheiro que a construiu, para prestar-lhe assistência técnica permanente. Embora de torrão, tinha grande valor defensivo, a semelhança dos fortes do Arraial Velho e Novo do Recife que abrigaram o espírito de resistência ao invasor, durante a Guerra Holandesa de 1630-54, em Pernambuco.

Sua importância militar foi subestimada pelo Vice-Rei do Brasil, pelo General Henrique Böhn, comandante do Exército do Sul e pelo governador do Rio Grande, brigadeiro Marcelino de Figueiredo.

Para o Vice-Rei, Santa Tecla destinava-se unicamente a coibir arreadas de gado portuguesas nos domínios espanhóis, mas sem valor militar. Para o General Böhn, sua função era tentar fixar importantes efetivos do Exército do Sul, sobre a direção estratégica Montevidéu-Santa Tecla-Rio Pardo, para enfraquecer a direção estratégica principal, Montevidéu-Forte de Santa Tereza-Vila de Rio Grande-São José do Norte. Esta barrada pelo Exército do Sul na última localidade. Para Bohn o problema Santa Tecla seria resolvido por um oficial vivo, disposto e inteligente. Pensava em Rafael Pinto Bandeira e seus guerrilheiros rio-grandenses e paulistas baseados em Encruzilhada do Duro (Canguçu) e Guardas da Encruzilhada (Encruzilhada do Sul) vitoriosos em Santa Bárbara, Tabatingaí e São Martinho, com apoio de pequenos contingentes do Regimento de Dragões do Rio Pardo.

### **PREPARATIVOS DO ATAQUE**

O Governador Marcelino, com uma visão mais real, mas ainda subestimada, do valor militar de Santa Tecla, resolveu apoiar o ataque com tropa de linha. Preparou uma força de 619 homens, ao comando do major Pinto Bandeira, com 1.500 cavalos, 150 bois de tração e cerca de 4.000 vacuns como alimentação. Dos 619 homens, 366 eram do Regimento de Dragões (4 esquadrões-140 h, companhia de granadeiros-60 homens, artilheiros-6 homens e 100 auxiliares índios e escravos. Os 243 restantes eram voluntários da Cavalaria L'geira-193 homens e caçadores de Infantaria (índios)-60 homens, até o momento, os responsáveis pela execução, com êxito, da guerra de guerrilhas contra os espanhóis. Estes guerrilheiros guarneciam suas bases em Canguçu e Encruzilhada do Sul atuais e guardas delas dependentes nos passos dos Camacuã e Jacuí.

Foram elas que motivaram a invasão de Vertiz Y Salcedo, em razão dos grandes prejuízos que vinham causando aos domínios da Espanha. Rafael recebeu ordens para atacar Santa Tecla em sua base em Encruzilhada do Duro. Em 17 Fev 1776 operou junção com os dragões ao comando do Major Patrício Correia Câmara, na Guarda do Piquiri. Em 25 de fevereiro atravessou o passo do Camacuã de Cima (Cação). Em 20 e 24 havia expedido cartas ao General Böhn. Estas transportadas por vaqueanos até o passo Geral da Armada no Camacuã e daí, via fluvial e lacustre, até o QG do Exército do Sul, em São José do Norte.

### **O CERCO DE SANTA TECLA**

Às 12,00 horas de 27, no Carajá, a força de Rafael deixou, sob guarda, bagagens e animais cansados. A seguir marchou toda a noite para surpreender Santa Tecla, fracassando neste intento. A fortaleza percebeu a manobra e deu alarma com um tiro de canhão. No mesmo dia, Rafael intimou-a à rendição, sem resultado. Decidiu submetê-la a cerco e assaltá-la no dia 10 de março. A disposição do ataque ficou a cargo do Major Patrício Correia Câmara, até bem pouco tempo comandante de granadeiros de um RI do Rio de Janeiro. Este mandou confeccionar 60 escudos de couro cru, 6 escadas e 1.600 Fachinas para entulho do fosso, com vistas ao assalto do portão principal e baluartes de São Miguel, à direita do portão e o mais forte, o São João Batista, à esquerda e o Santo Agostinho, na retaguarda, à direita.

Previu falsos ataques, assaltos às muralhas, vigilância a distância, do

acampamento e do gado, e reserva.

Ao entardecer, após ouvir prédica do capelão Luiz de Souza Corrêa, a tropa cerrou para a linha de partida de ataque, a um tiro de pistola das muralhas. Aguardou o sinal convencionado para o ataque, a ser dado após a conquista do portão principal. O assalto do portão teve início com 2 pequenos canhões (pedreiros), mas sem resultado prático, em razão do pouco calibre e distância do alvo. Um deles, cujo reparo foi perdido na travessia do Camacua, foi posto de lado após 22 tiros. Após 5 horas de bombardeio do portão, respondido vivamente por Santa Tecla, foi desfeito e mandado debandar o dispositivo de ataque. Rafael possuía ordens de conquistar sem perdas de vidas. E isto era impossível, face a realidade do valor militar de Santa Tecla.

No dia 14 de março, nova intimação ao capitão de Infantaria Lu'z Ramirez, comandante de Santa Tecla, mas sem resultado. Em 16, Rafael convocou em Conselho de Guerra toda a oficialidade para decidir sobre a continuidade ou suspensão do cerco. Houve opiniões divergentes. O tenente comandante da Companhia de Granadeiros dos Dragões, João da Costa Severino, sustentou corajosamente seu ponto de vista minoritário — não levantamento do cerco. Nisto era apoiado por pressões do Governador Marcelino, através de cartas, no sentido de manutenção do cerco e assalto sem maiores delongas. Sobre Marcelino, apesar de seu grande valor e eficiência no planejamento e comando das operações da retaguarda, pesava o mal sucedido ataque sobre a Vila de Rio Grande, em 27 de maio de 1767, sob sua liderança pessoal, com graves repercussões diplomáticas.

Rafael, com sua tática, já havia conquistado brilhantes vitórias sem baixas fatais, pela aplicação judiciosa dos princípios de guerra; Surpresa, Manobra e Segurança.

A situação de sua cavahada era crítica, após um mês em operações, patrulhamento intenso e confinada, sob guarda, em reduzidas e raspadas pastagens de verão, para não ser presa pelo inimigo. Somado ao gado inimigo apreendido, o rebanho dos sitiados elevou-se a 3.000 cavalos e 3.000 bovinos. Portanto, farta alimentação para a tropa. A cavahada passou a consumir ervas e raízes, o que foi interpretado ou informado ao Marquês de Pombal, mais tarde, como sendo a tropa que havia se alimentado de ervas e raízes durante o cerco, por falta de gado para alimentar-se. No dia 24 de março esta situação tornou-se insustentável. Rafael convocou novo Conselho para decidir-se o levantamento do cerco, face a notícias de aproximação de reforços provenientes das Missões. Antes do Conselho reunir-se, uma grande surpresa.

### **A CAPITULAÇÃO**

Às 1600 horas Santa Tecla pediu o envio de um parlamentar, recaindo a escolha em Correia Câmara, a quem o Capitão Ramirez revelou sua decisão de capitular sob condições. Em 25 de março, Ramirez assinou sua Proposição de Capitulação constante de 11 itens, aceita em linhas gerais, exceto quanto à obrigatoriedade da devolução de 1.500 cavalos do forte e quantidades de cartuchos a deixar por homem.

No dia 26 de março, os espanhóis, militares e civis, deixaram Santa Tecla, sob pressão, pelo portão secundário e em formatura militar. Levaram uma bandeira desfraldada, armas individuais com 12 cartuchos cada, bagagem em 5 carretas, 20 vacuns para sustento e reduzida cavahada. Rumaram para

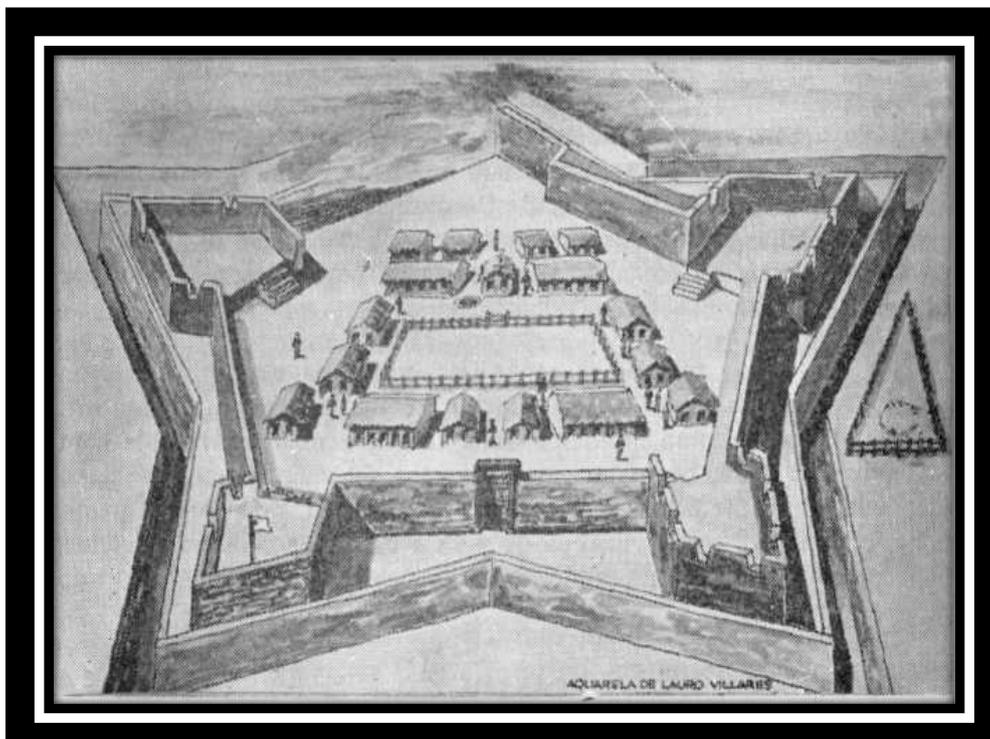
Montevideu, pelo mais curto e melhor caminho, sob segurança de vida e de não serem hostilizados, bem como o reforço esperado das Missões, que devia ser avisado da capitulação.

### ARRASAMENTO

Em 27 de março Santa Tecla foi arrasada, após levantada sua planta pelo alferes engenheiro Manoel Carvalho de Souza, também encarregado de transportar para o Rio Pardo 5 canhões, 2 pedreiros e munições respectivas apresadas. Enfim, toda a Artilharia de Santa Tecla. Cinco dias após esta capitulação, o Exército do Sul atravessou o canal do Rio Grande e reconquistou a vila de mesmo nome há 13 anos sob domínio espanhol, completando a Restauração do Rio Grande.

De 17 de outubro a 5 de dezembro de 1777, tropa proveniente do forte de Santa Tereza, ao comando do coronel Miguel Texada, num total de 600 homens, 2 companhias de infantaria e 1 esquadrão de cavalaria de milícias e trabalhadores, ocuparam as ruínas de Santa Tecla, tentando refazê-la.

Isto, a pretexto de assassinio e roubo praticado por bandoleiros rio-grandenses, à revelia das autoridades, numa estância no passo do Gutierrez em D. Pedrito atual. Evacuaram Santa Tecla após a celebração do Tratado de Santo Ildefonso. Durante a demarcação deste Tratado voltaram a reocupar Santa Tecla. Somente foram desalojados, definitivamente, em julho de 1801, quando da aproximação de força ao comando do coronel Patrício Correia Câmara, agora comandante da fronteira do Rio Pardo, durante a guerra de 1801 que dilatou nossos limites até os rios Jaguarão e Santa Maria.



**Fortaleza de Santa Tecla**

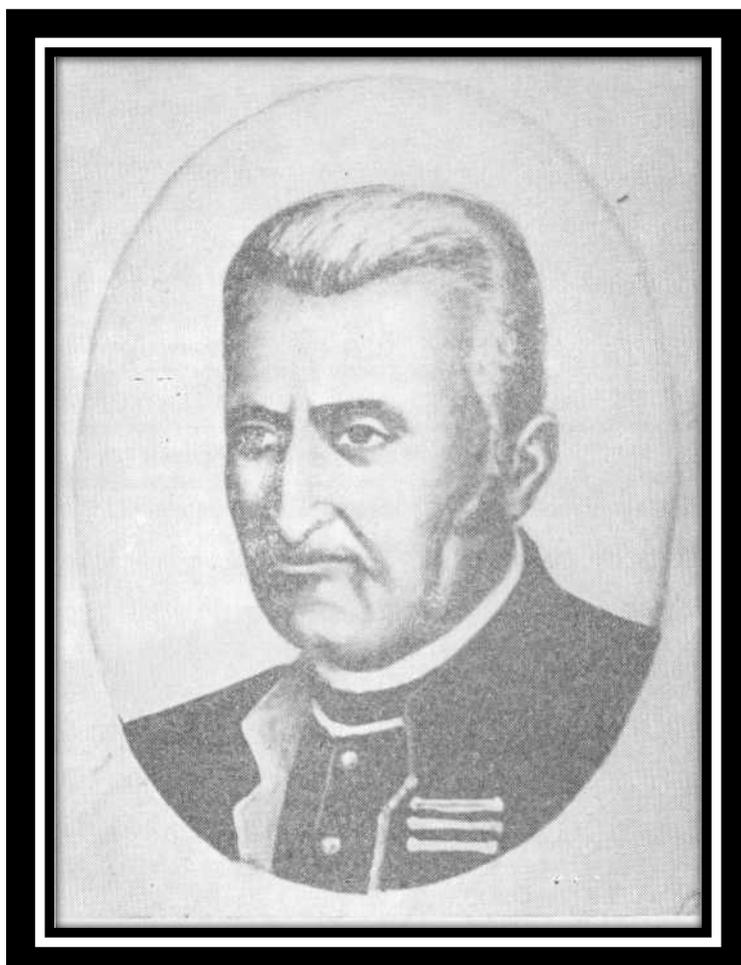


Major RAFAEL PINTO BANDEIRA

### HERÓIS DE SANTA TECLA

Ao conhecer mais uma brilhante vitória de Rafael, o Marquês de Pombal, em carta de 31 de julho de 1776, ao Vice-Rei do Brasil, premiou os serviços

desse bravo rio-grandense com o posto de coronel e o comando de uma Legião de Cavalaria Ligeira, a organizar, constituída privativa e exclusivamente de aventureiros rio-grandenses bem como com o hábito da Ordem de Cristo, com 20.000 cruzados de pensão. Dentre os heróis de Santa Tecla mencionados pelo Governador Marcelino registre-se: Majores Rafael Pinto Bandeira e Patrício Correia Câmara, capitão Carlos José da Costa e Silva, tenentes João da Costa Severino, Jerônimo Xavier de Azambuja (tronco dos Azambuja de Bagé e Jaguarão), Francisco Alves Fortunato Barbosa, José de Moraes, Tomé de Almeida e Evaristo Pinto Bandeira, sargento de Artilharia José Caetano de São José, furriéis José de Oliveira João e João Ferreira, cabos João Nunes e Tomaz Pires.



**Major PATRÍCIO JOSÉ CORREIA DA CAMARA**

### **IMPORTÂNCIA MILITAR DE BAGÉ**

A importância militar das terras de Bagé é evidente, antes e após Santa Tecla, como local de parada, estacionamento e cruzamento de forças militares. De 1680—1752 foram atravessadas por hordas guaranis das Missões, para combater os portugueses em Colônia do Sacramento. Tupi Caldas, ao estudar o significado de palavras indígenas, relacionou Bagé, com o significado de alguém que chega em casa após longa viagem. Isto era uma alusão aos índios

missioneiros que provenientes das campanhas uruguaias, ao avistarem o morro Bagé sentiam-se de volta ao lar. Dali por diante, ultrapassando o posto Santa Tecla da estância jesuítica de São Miguel, penetravam em território sob controle dos Sete Povos das Missões. Foi em Santa Tecla que Sepé Tiaraju colocou por terra a primeira tentativa de demarcação do Tratado de Madrid de 1750, ao fazer debandar duas partidas demarcadoras. Próximo foi o ponto de junção dos exércitos demarcadores de Espanha e Portugal para penetrarem a força nos Sete Povos e o local onde os dois exércitos distinguiram seus integrantes, com apreciável número de condecorações e que passou a toponímia local como Campo das Mercês. Foi ainda a partir de Santa Tecla que os índios missioneiros passaram a retardar os exércitos demarcadores pela queima das pastagens no itinerário de progressão e através das resistências em Caiboaté e Churieby. Em 1811, em razão dessa mesma importância, Bagé atual foi escolhida para zona de reunião, acampamento e base de partida do Eército Pacificador da Banda Oriental ao comando do primeiro Governador e Capitão-General do Rio Grande, D. Diogo de Souza. D. Diogo, em razão desse acampamento do qual surgiu Bagé é considerado seu fundador. Daí por diante nossa História Militar e suas grandes personagens passaram a ligar-se intimamente a Bagé, com suas glórias, grandezas e também tristezas: invasão Argentina de 1827, Seival, Porongos, missa pelos mortos da Revolução Farroupilha mandada rezar por Caxias, califónias de Chico Pedro, vigílias e prontidão na Guerra contra Aguirre, Sítio do Rio Negro etc... Sem contar, face a uma invasão do sul, com o apoio de um rio ou de uma serra, Bagé constituiu-se historicamente num antemural formado pelos corpos de seus bravos filhos, civis e militares, irmanados pelo ideal de necessidade de garantia, naquelas remotas paragens, da Integridade e Soberania do Brasil. E a história é a testemunha eterna deste esforço e sacrifício.

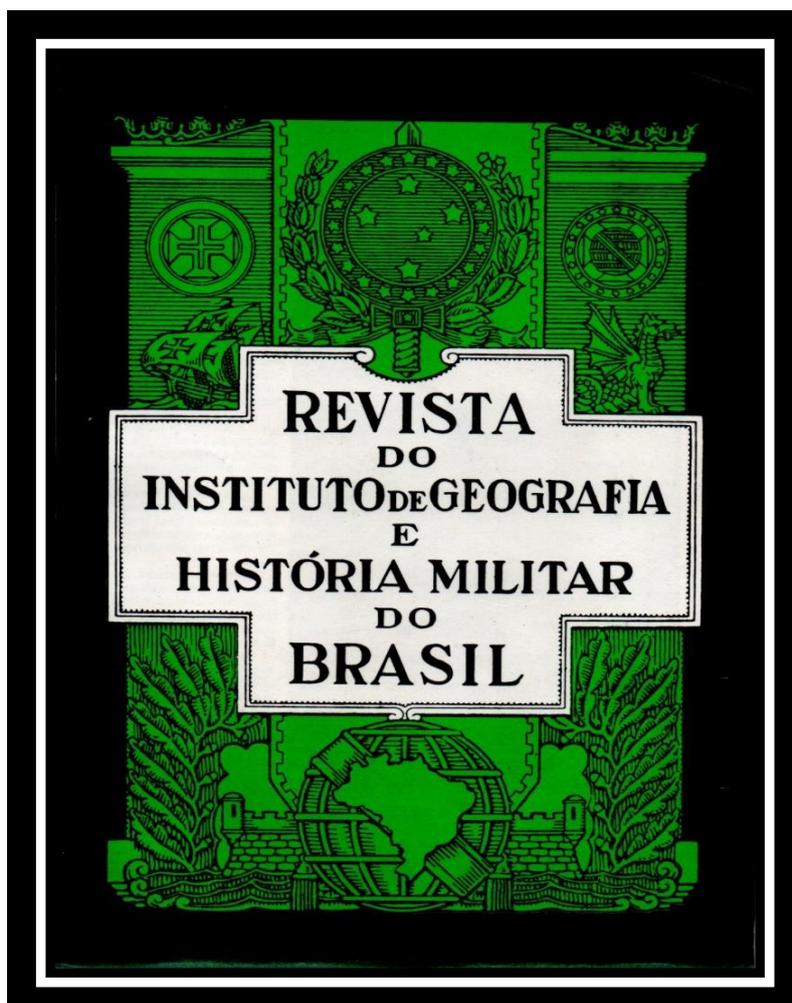
Toda esta riqueza histórico-militar de Bagé, talvez explique por que ela abriga em seu seio o mais notável e dedicado historiador militar civil da atual geração, além de o mais zeloso e operoso preservador da Memória Militar Brasileira em nossa heróica fronteira sulina — o ilustre Dr. Tarcísio Antônio Costa Taborda.

### BIBLIOGRAFIA

A presente interpretação é feita da análise das seguintes fontes:

- 1 — ANTUNES, de Paranhos, cel. Dragões do Rio Pardo. Rio, Bibliex, 1954.
- 2 — CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul — Período Colonial. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970.
- 3 — CIDADE, F. de Paula, gen. Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira. Rio, Bibliex, 1959.
- 4 — DOCCA, Emílio F. de Souza, gen. História do Rio Grande do Sul. Rio, Org.

- Simões, 1954.
- 5 — FRAGOSO, Augusto Tasso, gen. A Batalha do Passo do Rosário. Rio Bibliex. 1951. 2.<sup>a</sup> ed.
- 6 — FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960.
- 7 — FORTES, João gen. O Rio Grande de São Pedro, Rio, Bibliex, 1941.
- 8 — HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio, Estado-Maior do Exército, 1974. 3v.
- 9 — MONTEIRO, Jonathas do Rego, cel. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul, Revista Militar Brasileira, 1 a 4, ano: 1935.
- 10 — OSÓRIO, Fernando Luiz. Sangue e Alma do Rio Grande. Porto Alegre, Ed. Globo, 1937.
- 11 — SILVA, Riograndino da Costa e Silva, gen. Apontamentos da História da 3.<sup>a</sup> RM, Porto Alegre, 1971. 2.<sup>a</sup> ed.
- TABORDA, Tarcísio. Santa Tecla na Conquista do Rio Grande. Bagé, 1954.



## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	11
UM ESTRANHO NO PODER Cel Davis Ribeiro de Sena .....	14
A PERSONALIDADE DO MARECHAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO E OS SERVIÇOS POR ELE PRESTADOS AO EXÉRCITO E AO BRASIL Gen Tasso Villar de Aquino .....	26
"O BANDEIRANTE DO SÉCULO XX" OU "O APÓSTOLO DAS SELVAS" Maj Elza Cansanção Medeiros .....	44
O PRÍNCIPE DOS POETAS, CAMPEÃO DE CIVISMO, PROFESSOR DE PATRIOTISMO	
Dr Joaquim Xavier da Silveira.....	59
O PARQUE DE CANUDOS - O ENCONTRO DA HISTÓRIA COM A ECOLOGIA Prof Edvaldo Machado Boaventura.....	71
RUFINO ENEAS GALVÃO, MARECHAL-DE-CAMPO E VISCONDE DE MARACAJU Gen Flammarion Pinto de Campos.....	84
O VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO Brig Deoclécio Lima de Siqueira .....	102
JOSÉ SEVERIANO DA FONSECA, UM ESPÍRITO ASSINTÓTICO Cel João Severiano da Fonseca Hermes Neto .....	116
A PRESENÇA MILITAR BRASILEIRA NA II GUERRA MUNDIAL Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho.....	129
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL CMG Dino Willy Cozza .....	140
COMUNICAÇÕES DO NEPHIM .....	147
AS VIAS DE COMUNICAÇÃO E OS GOVERNOS MILITARES NO ESPÍRITO .. SANTO NA TRANSIÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: A Estrada do Rubim Prof Gabriel Bittencourt.....	148
UM ASPECTO DESCONHECIDO NA RENDIÇÃO DA 148ª DI ALEMÃ Gen Octavio Ferreira Queiroz .....	151
OS FOGUETES NO EXÉRCITO BRASILEIRO Gen Samuel de Tarso Teixeira Primo .....	157
O COMBATE DE VILA AMAPÁ EM 1895 Dr Silvio Meira .....	170
<b>CINQUENTENÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA 2ª GUERRA MUNDIAL Cel Cláudio Moreira Bento .....</b>	<b>174</b>
EPISÓDIO DA REVOLUÇÃO DE 1893 V Alte Helio Leôncio Martins .....	177
O ENSINO DE HISTÓRIA NA ACADEMIA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS Cel Newton Bonumá dos Santos .....	183
O DESCOBRIMENTO DO BRASIL - COMENTÁRIOS Cel Elber de Melo Henriques .....	186
INFORMAÇÕES	
CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO MARECHAL ODYLIO DENYS .....	192
MOREIRA GUIMARÃES .....	197
PRESENÇA DO IGHMB NO XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE	

HISTÓRIA MILITAR.....	202
PRESENÇA DO IGHMB EM DOIS SIMPÓSIOS NA GRÉCIA.....	203
IGHMB - SITUAÇÃO DO QUADRO SOCIAL EM 30.11.93.....	205
RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA.....	225

## 5. **CINQUENTENÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA 2ª GUERRA MUNDIAL**

Cel Cláudio Moreira Bento

O Brasil participou do esforço de guerra aliado na 2ª Guerra Mundial a partir de 22 agosto de 1942, quando entrou na guerra, após reconhecer o estado de beligerância contra ele de parte do Eixo, e até 8 de maio de 1945, Dia da Vitória.

Sua extensão geográfica, a 5<sup>o</sup>do mundo, sua posição geopolítica, debruçada sobre o Atlântico, e mais a sua solidariedade continental americana não lhe permitiram ficar neutro. Assim, participou militarmente da guerra nos teatros-de- operações do Atlântico e do Mediterrâneo, em decorrência do Acordo Bilateral Brasil-Estados Unidos, de 23 de maio de 1942, coordenado pela Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, que seria desdobrada em Washington e no Rio de Janeiro.

As Forças Armadas do Brasil assim participaram na guerra: o Exército defendeu o território brasileiro e as instalações militares nele existentes, com ênfase na zona-de-guerra então criada e, dentro desta, o Saliente Nordeste (RN, PB, PE, AL) e, nele, o triângulo Arquipélago de Fernando de Noronha - Natal- Recife, além do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao teatro-de- operações do Mediterrâneo, a qual integrou o V Exército dos EUA; a Marinha, na defesa dos nossos portos, no patrulhamento oceânico e na proteção de comboios, isoladamente ou integrando a 4ª Esquadra Americana, com quartel-general no Recife; a Aeronáutica, nas ações de patrulhamento oceânico e na proteção aérea de comboios, isoladamente ou integrando a referida 4ª Esquadra Americana, além do envio do 1ª Grupo de Caça, o “senta a pua”, para integrara Força Aérea Aliada do Mediterrâneo, e uma esquadrilha de ligação e observação, 1ª ELO, sob o controle operacional da FEB e também na Itália.

A cooperação inicial do Brasil com os Aliados ficou restrita ao continente americano. Cessada a ameaça de uma invasão das Américas pelo Eixo através do Saliente Nordeste, uma resolução da Comissão Mista de Defesa Brasil- Estados Unidos nº 16, de 21 de agosto de 1943 ampliou a participação militar do Brasil, que foi traduzida, na prática, no envio de forças de terra e ar do Brasil para o Teatro do Mediterrâneo e a ação de nossa Marinha de Guerra além das águas continentais americanas.

Em contrapartida, o Brasil recebeu dos Estados Unidos, para o cumprimento de suas missões bélicas no Atlântico e no Mediterrâneo, o material bélico correspondente, pela Lei de Empréstimos e Arrendamentos (*Lend-Lease*), além de instrução americana correspondente a guerra anti-submarino, proteção de comboios navais, caça aérea, defesa anti-aérea e de Costa e de emprego de divisões de Infantaria.

O esforço militar inicial do Brasil foi direcionado para defesa do Saliente

Nordestino, em ações conjuntas de suas Forças Armadas. O Saliente Nordestino, junto com a costa do Senegal, na África, formava o estreito Natal-Dakar, através do qual os nazistas, antes de serem derrotados no norte da África, podiam tentar uma ação aeronaval, ou mesmo açõestipo comandos, contra o nordeste do Brasil, a partir da conquista do arquipélago de Fernando de Noronha.

O Saliente Nordestino, através da base aérea de Parnamirim, em Natal, cedida aos americanos junto com a base aérea de Belém do Pará, constituiu acidente capital estratégico integrante da ponte aérea militar americana Natal-Dakar, que foi essencial ao esforço militar aliado para a conquista do norte da África e do Oriente Médio, de novembro de 1942 a 13 de maio de 1943, para a invasão da Europa pela Itália e, mesmo, para as operações militares dos Estados Unidos no Extremo Oriente.

A cooperação brasileira ao esforço de guerra aliado, a nível estratégico, caracterizou-se pela defesa do Saliente Nordestino do Brasil contra uma possível invasão das Américas pelo Eixo, através do estreito Natal-Dakar; pela captura, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), de duas divisões inimigas numerando 20.753 homens; pelo fornecimento de matérias primas estratégicas, como cera de carnaúba, balata, cristal de rocha, e borracha (esta colhida pelos então chamados soldados da borracha que se embrenharam na Amazônia) e, finalmente, pela cessão temporária das bases aéreas de Natal e Belém, que apressaram a vitória dos Aliados na África, Europa e Ásia (Oriente Médio).

A base aérea de Natal permitiu que milhares de aviões militares dos Estados Unidos dela saltassem, sem escalas, para a África e, daí, para a Europa e Extremo Oriente. Ela se projetou, inclusive, na vitória inglesa de El Alamein. Sem ela teria sido difícil o apoio dos americanos aos ingleses. Daí decorreu a expressão “Trampolim da Vitória”, dada ao local onde se construiu a histórica Base Aérea de Parnamirim, em Natal, RN.

O Brasil perdeu nesta guerra, por morte, 1.889 brasileiros. Foram afundados 34 de seus navios, dos quais 31 mercantes, além de abatidos 22 de seus aviões de caça. Seus gastos com a guerra atingiram 21 milhões de cruzeiros (à época)

Durante a guerra, as Forças Armadas do Brasil se modernizaram e se atualizaram doutrinarmente. A renovação de material bélico foi expressiva, com base no *Lend Lease*. Elas se equiparam com o que havia de mais moderno caças-submarinos; aviões de caça, de bombardeio e anti-submarino; contratorpedeiros de escolta; carros de combate; canhões de campanha, anticarro, antiaéreo e de costa; radares e sonares; detetores de minas; gasolina gelatinosa etc.

Sua instrução militar foi atualizada com base em padrões das Forças Armadas dos Estados Unidos e na experiência operacional militar adquirida por frações de nossas Forças Armadas que integraram, na Batalha do Atlântico, a 4ª Esquadra Americana ou a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo, e o V Exército dos Estados Unidos, na Campanha da Itália. O povo brasileiro incluiu, no rol de suas vitórias militares, os combates de Monte Castelo, Castelnuovo,

Montese e Collecchio-Fornovo, vitórias mais expressivas da FEB, com o concurso da FAB, através do seu 1º Grupo de Caça e 1ª ELO, e da Marinha de Guerra, que ajudou a escoltá-la para a Itália e a trazê-la de volta coberta de louros. O desenvolvimento da aeronáutica, em função da guerra, teve expressivos reflexos na acelerado modernização e expansão da aviação civil brasileira.

O Brasil foi o único país da América Latina a participar, fora das Américas, do esforço de guerra dos Aliados, com o envio de tropas expedicionárias, na cruzada vitoriosa contra o Eixo, em defesa da democracia e da liberdade mundial. Após a guerra, como deferência aliada, o Brasil manteve, de 1945 a 1950, na Alemanha ocupada, uma Missão Militar Brasileira, chefiada pelo coronel Aurélio de Lyra Tavares, futuro Ministro do Exército e primeiro com esse título, hoje historiador militar e membro da Academia Brasileira de Letras.

O Brasil já havia participado do esforço de guerra dos aliados na 1ª Guerra Mundial, através de sua Marinha de Guerra, representada pela Divisão de Operações Navais (DNOG), ao comando do almirante Pedro Frontin, e que operou no litoral da África, de Serra Leoa para o norte, como parte da esquadra dos Aliados, ao comando do almirante inglês Heathcoat Grant. O Exército foi representado por sua Comissão de Estudos de Operações de Guerra e de Aquisição de Material na França, constituída de 24 oficiais que combateram no Exército da França, oito deles promovidos por atos de bravura. A Comissão era chefiada pelo general brasileiro Felipe Aché ao qual estava subordinada a Missão Médica Especial enviada pelo Brasil, composta de médicos do Exército e da Marinha, além de civis formados, ou acadêmicos, à disposição do Comando Único dos Exércitos Aliados. Um reduzido número de pilotos brasileiros do Exército e da Marinha se adestraram, respectivamente, nas aviações militares da França e da Inglaterra, e nelas atuaram e se constituíram após, nos anos 10, em sementes das aviações do Exército e da Marinha que, fundidas em 1941, deram origem à Força Aérea Brasileira (FAB). Esses pioneiros, com o concurso de uma Missão Naval Americana, em nossa Marinha de Guerra, e da Missão Militar Francesa (MMF), em nosso Exército adestraram, as duas forças singulares entre as duas guerras mundiais.

(Comunicação apresentada na sessão do NEPHIM de 11 de agosto de 1992. O Cel Cláudio Moreira Bento é sócio benemérito do IGHMB e membro, ainda, entre outros, do IHGB e do IHTRGS).



### SUMÁRIO

- 1 — A POSIÇÃO E O PAPEL DO EME Gen Ex Alfredo Souto Mctlctn ... 3
- 2 — SISTEMÁTICA PARA O PLANEJAMENTO DO PREPARO EMPRÊGO DA FORÇA TERRESTRE, AS BASES PARA A DOCTRINA E AS POLÍTICAS SETORIAIS Gen Div Reynctldo Mello de Almeida ..... 11
- 3 — ESTRATÉGIA VERSUS DESENVOLVIMENTO Gen Obino Álvares 27
- 4 — UMA INTERPRETAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO E AÇÃO DE GOVERNO  
Cel Waldir da Costa Godolphim ..... 3'9

5 — SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL NA AMÉRICA LATINA Cel Arthur Mendes Falcão Filho .....	55
6 -- A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR — TENDÊNCIAS INFORMATIVAS PARA UMA POLÍTICA Cel Luiz de Alencar Araripe .....	67
— INTEGRAÇÃO QUARTEL — PAIS — CONSCRITOS Maj Cláudio Moreira Bento	73

## 7 - INTEGRAÇÃO QUARTEL - PAIS - CONSCRITOS

Maj. CLÁUDIO MOREIRA BENTO

### UMA EXPERIÊNCIA DO BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DE BRASÍLIA

Esta Unidade acaba de realizar interessante experiência de Relações Públicas, objetivando a mais perfeita compreensão recíproca entre o quartel e os pais dos conscritos incorporados, dentro do campo ideal — a Integração, a célebre rua de duas mãos.

O BPEB fez expedir aos pais dos conscritos cartas em número de 400, no teor abaixo:

“Brasília — DF, .....de maio de 1971

Prezado Senhor .....

Escrevemos ao amigo para informá-lo que o conscrito .....  
.....apresentou-se ao BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DE BRASÍLIA, “BPEB”, a fim de prestar o Serviço Militar.

Seu filho aqui estará conosco durante um ano e terá de nossa parte toda orientação, visando instruí-lo para integrá-lo à reserva de nosso Exército.

Nosso BPEB é uma grande família e seu filho terá do Comandante, dos oficiais, *subtenentes, sargentos, cabos e soldados* da Unidade, uma *atenção constante e dedicada, no que diz respeito à sua alimentação, saúde e instrução*.

Exigiremos o máximo de seu filho, e, esperamos que o Soldado ao retomar ao seu lar, leve de nosso Batalhão a melhor impressão possível e possa ajudar cada vez mais sua família.

Aqui ficamos ao seu dispor e solicitamos que nos escrevam.

a) *Joel Per es de Vasconcelos* — Ten Cel Comandante do BPEB

### RESPOSTAS

O Batalhão recebeu 200 cartas como resposta, enviadas dos mais variados recantos dos Estados de Santa Catarina e Paraná, e escritas por pais das mais variadas profissões.

Aos estímulos contidos na carta enviada a grande maioria respondeu :

- Da grande satisfação de ter recebido aquela comunicação.
- Do desejo que lhes fosse comunicada qualquer anormalidade ocorrida com o filho.
- Da satisfação e honra de terem um filho cumprindo o dever para com a Pátria.
- Agradecendo o que estão fazendo pelo filho.
- Enviando recomendações e abraços e votos de felicidades a todos os integrantes da Unidade.
- Do desejo de saberem como o filho vem cumprindo o dever militar.
- Que esperam que o filho retribua em disciplina e dedicação a atenção que lhe dispensam.
- Que a preocupação e saudade do filho ausente foi amenizada com a carta.
- Sentiam-se tranquilos após receber a carta.
- Pedindo que escrevam mais frequentemente dando informações sobre o filho.
- Da satisfação do filho ter deixado a família para ingressar temporariamente noutra.
- Concordando que exijam o máximo do filho, por resultar no benefício deste.
- Estar informado através de cartas do filho do bom tratamento que lhe dispensam.

De uma maneira geral todos demonstraram conhecer o verdadeiro sentido do Serviço Militar e de sua necessidade para a Pátria e para a formação do filho.

Êstes fragmentos de cartas dizem melhor do efeito do estímulo que os pais receberam com a carta.

“Sinceros agradecimentos pela orientação e atenção dadas a meu filho”.

“Embora saudosos de nosso filho, sentimo-nos honrados dele fazer parte desta família que é o glorioso BPEB”.

“Já sabíamos que nosso filho estava bem neste batalhão e que êle tem tôda a assistência dos superiores, e foi esta alegria que nos aliviou o coração e a saudade de sua ausência”.

“Sabemos que o Exército é uma escola de civismo e que a mocidade que aí entra receber a melhor educação moral e cívica para bem servir à Pátria e à sociedade”.

“Foi com grande orgulho que vi meu filho partir para integrai- as fileiras do glorioso Exército Nacional e estou certo que sabera cumprir seu dever de amar, respeitar e sei-vir a patria. Pelas cartas que recebemos dele, sabemos que está feliz e maravilhado com tudo que aí existe. Espero que ele saiba corresponder a toda a atenção que vem recebendo”.

“Estou satisfeita de ter meu filho com o senhor que deve estar ciente que ele não tem pai, mas ele quis servir por livre e espontânea vontade; as saudades são muitas; mas este é o dever”.

“Foi com alegria e tristeza que o vi partir quase menino ainda, para o serviço da Pátria. Tenho certeza que quando retornar virá com a alegria do dever cumprido e apto para integrar-se na vida de cidadão brasileiro”.

“Agradecimentos pela afetuosa dedicação de V. S. a meu filho. Eu como pai muito me honra receber elogios que dizem respeito a meu filho”.

“Foi com muita honra que recebi sua carta, que foi mostrada aos meus amigos, para que viessem à nova face do Exército, que não somente ensina ao jovem suas obrigações para com a Pátria, como também tranquiliza a família deste, ao sabê-lo tranquilo longe do lar”.

“Para mim como pai, é uma honra ter um filho cumprindo o seu dever nas fileiras do Exército Nacional. Favor comunicar-me qualquer coisa com o meu filho que ficarei grato”.

“Lendo sua carta vi que não medirão esforços para zelar pela segurança, saúde e correta instrução de meu filho. Mais adiante li que pedirão o máximo de meu filho, e peço-lhes se preciso fôr exijam mais ainda, pois quando ao lar regressar, não terei uma criança, mas um homem consciente que longe dos seus serviu ao Brasil”.

“Quero que o velho amigo fique sabendo que estou orgulhoso por ter um filho servindo em Brasília. Diz ele que está recebendo um tratamento dos melhores. Espero que o meu filho seja um bom soldado como eu o fui da Polícia de Santa Catarina”.

“Ficamos sumamente contentes ao saber que nosso filho se acha entregue em tão boas mãos. Sua carta aliviou-nos o coração pois estamos certos que ele será tratado como filho dentro desta grande família que passou a integrar. Esperamos ser honrados com outras cartas de V. S.”.

“Espero que meu filho aproveite ao máximo os ensinamentos ai ouvidos e torne-se um cidadão de honra e de bem, útil à família, à comunidade e à Pátria”.

“Senti-me o mais feliz dos pais quando li emocionado sua carta. Sinto que meu filho já começa a ser útil à comunidade”.

“Realmente devem exigir o máximo de meu filho, para que possa vir a ser um grande soldado que é o que nossa querida Pátria precisa”.

“Agradeço de antemão tudo que foi feito para que meu filho, ao retomar tenha cumprido seu dever e possa integrar-se na reserva do nosso glorioso Exército”.

“Alegrou-nos a notícia que nosso filho terá possibilidade de cursar o científico, nao criando um mato em seus estudos. Através dele soubemos que aaoeceu e que foi muito bem tratado. Manifesto o meu contentamento ao manitestar que podemos contar com concidadãos tão interessados como nos, na formação e educação de nosso filho”.

“Desejamos que nosso filho cumpra bem o seu dever, que seja um soldado bravo e leal, para o bem da felicidade da Pátria e nossa”.

“Peço especial obséquio que além das instruções necessárias dêem bons conselhos a ele, pois creio que os senhores são o áegundo pai. Eu e sua mãe esperamos dele um homem que honre a Deus e a Pátria”.

“Espero que meu filho seja tratado com carinho pelos oficiais e demais autoridades. Ele possui um bom coração e possui disposição e capacidade para qualquer utilidade”.

“Externo meu contentamento em saber que meu filho encontrou um segundo lar — o Exército”.

“Completando sua maior idade, época em que como único filho homem mais poderia me ajudar em meu trabalho, mas sabedor que para um pai na época atual é motivo de orgulho incorporar um filho nas fileiras militares — fiquei alegre ao vê-lo partir para cumprir seu dever. Mais comovido fiquei com sua carta contendo belas frases que tanto nos comoveram. É sinal que o

Exército reconhece e dá valor a todos indistintamente”.

“Não tenho a menor dúvida, com os ensinamentos sadios que hoje são ministrados pelas Forças Armadas, meu filho poderá tornar-se um brasileiro na verdadeira expressão da palavra, útil à família, à sociedade e sobretudo à Pátria”.

“Sinto-me contente ao saber que meu filho encontrou amigos aí no BPEB, e já posso dizer que não mais me preocupo tanto”.

“Fiquei feliz em saber que meu filho passará um ano em Brasília em companhia de pessoas capazes de orientá-lo para o futuro e prestando o Serviço Militar que é uma honra. (Carta de uma mãe)”.

“Peço a V. S. que se meu filho cometer qualquer falta que me comuniquem e o repreendam”.

“Nosso filho é por nós muito estimado, estamos sentindo deveras sua falta, contudo ofertamos nosso sacrifício e o dele em favor da Pátria, por isso nos confessamos um pouco realizados em podermos dar nossa pequena parcela em prol da grandeza do Brasil”.

“Espero que meu filho reconheça a dedicação do amigo e de seus comandados.. . Envio-lhe uma revista que documenta a visita de nosso Presidente a Blumenau.. .”.

“Sou mulher viúva e tenho mais três filhos para dar-lhes sustento e é com grande sacrifício, mas o faço por saber meu filho estar cumprindo o dever com a Pátria e se preparando para ser um homem de boa formação”.

“Sinto-me orgulhoso poder contar com um filho prestando seu serviço em prol do engrandecimento da Pátria”.

“Solicito a V. S. o especial favor de acompanhar de perto o progresso de meu filho nas fileiras do Exército e me manter informado de suas necessidades e tropeços no aprendizado”.

“Posso afirmar que meu filho dará o máximo ao Exército, como contribuição modesta de um modesto filho de agricultor de nossa querida Pátria”.

“Sentimo-nos orgulhosos em ter um filho servindo a Pátria. Nosso desejo é que ele aprenda a amar a pátria com maior intensidade e que crie coragem para defendê-la e para enfrentar os dias difíceis da vida”.

“Com emoção e alegria li e reli algumas vezes sua carta junto minha esposa, filhos, parentes e amigos. Se já cultivava grande admiração pelo Exército, mais aumentou com esta intenção de entrosamento e mais sólidos ficaremos em nossas esperanças na Juventude”.

“Mais dois filhos meus serviram no BPE e trouxeram para casa Menção Honrosa”.

“Nosso filho está muito contente aí”.

“Saiba nosso filho pleno de atributos físicos da juventude traduzir em disciplina dedicação, entusiasmo e coragem patriótica, toda a vibração cívica que recebeu como exemplo e que ainda faz vibrar a alma de seu velho pai. Voltando outro, um homem e um soldado traga para o lar, a seiva da plena dignidade da cidadania brasileira e recorde para sempre esta comunhão estreita entre o lar e o Exército”.

“Esperamos que nosso filho seja um soldado feliz e acima de tudo honrado e que seu nome fique gravado no pensamento de V. S.”.

“Seu ofício tão amigo surpreendeu-me de tal forma que fêz-me recordar de meus bons tempos no Exército”.

“Estou escrevendo em nome da família, que confia, receberá de volta dentro em breve, um cidadão completo, cheio de amor ao Brasil e consciente de suas responsabilidades para a coletividade”.

“Fiquei contente ao saber que meu filho deixou o lar paterno para ingressar noutra que o tornará um homem”.

“Uma grande alegria nos causou ao lermos sua carta e constatamos que nosso filho tem demonstrado um comportamento exemplar”.

”Sei perfeitamente que este batalhão dispensa grande dedicação e atenção aos que nele incorporam. Prova-se isto através de informações de outros blumenauenses que aí serviram”.

“Acredito e confio que V. S. no tempo em que aí permanecer meu filho, será um pai para ele, com toda a bondade e severidade necessária”.

“Para mim creio, o interesse pela defesa do que é nosso está acima de tudo, ou seja a vigilância e manutenção da liberdade e segurança da família brasileira”.

“Deveras ficamos surpreendidos com o recebimento de vossa carta, pois nunca esperavamos tamanha distinção”.

“Sentimos muita falta de nosso filho, mas nos alegramos em saber que ele se encontra no seio de uma grande família”.

“Aqui estamos orgulhosos por termos nosso filho em Brasília cumprindo o dever militar (e segue uma poesia da mão do soldado exaltando Brasília)

*Brasília filha de Goiás Menina fabulosa Linda, tu és  
demais A Pátria está orgulhosa Entre outras mil Teu pai,  
nosso Governo Orgulho do Brasil Abençoado gênio”.*

“Creia V. S. que me sinto recompensado ao saber que a família do BPEB continuará a edificar a obra que iniciei ou seja, transmitir a meu filho noções de dever, responsabilidade, honestidade e sobretudo de amor e patriotismo”.

“Meu filho não se cansa de fazer referências a seus superiores e colegas e a maneira pela qual é tratado em nosso querido Exército, orgulho e tranquilidade de todas as mães brasileiras” (de uma mãe).

“Se chorei na partida de meu filho, sorrirei de felicidade em seu regresso pelo muito que aprendeu de Civismo, Amor à Pátria e à Humanidade”.

“Além de um dever, o Exército é uma verdadeira escola para a vida de um homem”.

“Encheu de alegria nosso lar ao sabermos que nosso filho está numa grande família cheio de amigos”.

“Senti imensa alegria ao conhecer a atenção que este comando dispensa desde ao mais graduado ao mais humilde subordinado. É por isso que as Forças Armadas vêm merecendo o respeito e a admiração de todos os bons patriotas”.

“Espero e tenho certeza que com vocês meu filho aprenderá muito de civismo e brasilidade ampliando os precaríssimos conhecimentos que neste interior podemos dar aos filhos. Espero que ele cumpra com dignidade e patriotismo os deveres de bom brasileiro, dando sua contribuição à gigantesca obra de reerguimento do país a que se propuseram os últimos governos..”.

“Creia V. S. que para este pai que vos escreve e para sua esposa e filhos as cartas que recebemos muito nos enternecem e mais nos estimula a amar a Pátria e a querer bem o Exército, ambos, hoje mais do que nunca, caminhando aceleradamente para seus gloriosos destinos”.

“Permita-me transcrever o que meu filho escreveu: “O quartel é simplesmente maravilhoso, parece um clube todo ajardinado. A companhia possui TV, radiola e uma cantina que é um estouro e vende as coisas mais barato. A comida é muito boa. Minha companhia é a 2ª, a mais dum na educação física e nas marchas. Somos bem tratados”.

“Sei que os meses que meu filho passará com esta grande família serão decisivos em sua vida, principalmene sabendo que em cada supc rior encontrará um orientador e um amigo”.

“Temos certeza que o Exército completará a educação de nosso filho tornando-o mais apto e confiante para os encargos do futuro”.

“Pelo que sabemos aí reformam e se aperfeiçoam caracteres”.

“Peço a V. S. que verifique se nosso filho está aproveitando as horas vagas para estudar, pois este é o nosso maior desejo”.

“Poucos são os momentos de real alegria que gozamos nos dias atuais, sua carta creia-me sinceramente, foi um dêstes momentos para um pai e uma mãe que modestamente criam os filhos como homens com H, para serem úteis à família, à Pátria e a Deus”.

“Todo o brasileiro deveria servir ao Exército e colocar sôbre os ombros a farda verde da côr que representa o Brasil”.

“Tranquelizei-me ao saber agora que o Exército é o segundo lar para meu filho e que o Exército e o lar têm muita coisa em comum”.

“Sinto muita falta de meu querido filho, mas conformo-me a sabê-lo bem cuidado. Mas é o dever de cada brasileiro servir a Pátria” (carta de uma mãe).

“A distância é grande, sua falta é enorme, mas nosso sacrifício oferecemos cm amor à Pátria”.

“Esta comunicação fêz-me feliz, pois tive outros filhos servindo ao Exército e é esta a primeira vez que recebo uma satisfação, mostrando o interesse pelos jovens que incorporam”.

“Agradeço-lhe a gentil comunicação que me estimula e dá-me forças para melhor servir a Pátria”.

“Creia-me orgulhoso saber meu filho integrante do Exército, cumprindo seu dever de salvar nossa honra, nossa paz e liberdade”.

“Esperamos que nosso filho inspirado por Deus saiba cumprir o seu dever”.

“Espero que o meu filho retorne ao lar portando um diploma de honra ao mérito pelos bons serviços prestados ao glorioso Exército Brasileiro”.

“Peço que o senhor castigue o meu filho por qualquer coisa errada que fizer para que não se torne um vício”.

“Muito me alegre saber que meu irmãozinho caçula terá todo o seu apoio. Não tenho palavras para lhe agradecer” (carta de uma irmã).

Estas três cartas por mim selecionadas dizem bem dos estímulos recebidos:

“Rio do Sul, 6 de julho de 1971  
Sr. Joel Peres de Vasconcelos  
Tenente Coronel Comandante do BPEB.

Sensibilizados ainda pelas palavras através das quais o Ministério do Exército demonstra o máximo interesse pelo nosso filho e irmão, queremos por meio desta, manifestar o nosso mais profundo agradecimento.

Confiemos na orientação que visa instruir e ao mesmo tempo integrar à

reserva do Exército, o nosso filho, cuja desintegração periódica da família, exige de nós todos, o máximo de sacrifício, que a Deus o oferecemos em prol da ordem, da paz e da prosperidade da Pátria.

Permita-nos ressaltar, Sr. Tenente Coronel, que nada poderia alegrar-nos tanto, quanto o fato de nos certificar que o BPEB, se denomina uma grande família em cuja comunidade nosso filho possa vêr no comandante, nos oficiais, nos subtenentes, nos sargentos, cabos e soldados da unidade, um retrato vivo de seus próprios pais e irmãos.

Oxalá, Sr Tenente Coronel, possamos juntos realizar o desejo de ver no soldado Edo Luiz Finardi, uma personalidade formada dentro dos ideais que o tornam mais homem; um homem considerado no verdadeiro e integral sentido da palavra, capaz de honrar nossa família e nossa Pátria, como ilustre cidadão.

É com um sentimento de gratidão dos mais paternos e fraternos, que ao terminar esta carta, lhe agradecemos toda atenção que ao nosso filho fôr dirigida.

Atenciosamente

(as) *Olinda Finardi*  
*Alfredo Finardi*"

"Ponta Grossa, 15/6/71

Ilmo Sr  
Joel Peres de Vasconcelos

Fiquei muito feliz por receber vossa missiva informativa e incentivante.

Sempre acreditei no real valor do BPEB. Entidade cujo sublime objetivo concorre para maior segurança e desenvolvimento da Pátria brasileira.

Estarei tranquilo e despreocupado com a ausência do meu filho José Romeu Piontek, enquanto imaginá-lo sob os vossos cuidados e atendimentos. Isto porque sabendo de vossos objetivos para com os jovens, só posso imaginá-lo recebendo as instruções e orientações que contribuirão para a formação de uma personalidade firme e integral.

Recompensados não de ser os que instruem, como bem falou R. Barbosa.

A frente do que espalha o grão da verdade, verga para o sulco aberto das consciências novas. Ele concorre para a fecundação do Universo. E a suprema santificação da linguagem humana, abaixo da \_\_\_ está no ensino da mocidade.

Envio-vos meu abraço e considerações.

(as) *Bernardo Piontek*"

"JOEL PERES DE VASCONCELOS Tenente Coronel do Exército DD  
Comandante do BPEB  
BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL

Cumprimos o grato dever, de acusar o recebimento de vosso ofício datado de 30 Mai 71, o qual nos causou, no ato do recebimento, um relativo choque.

Todavia, ao lermos o seu conteúdo nossas fisionomias foram se transformando de tristeza em alegria e satisfação, ao cientificarmos que nosso querido filho LUIZ, já é um baluarte do sustentáculo dessa imensa NAÇÃO BRASILEIRA, como integrante de uma das Unidades de maior gabarito desse glorioso Exército Nacional, cuja honra e integridade, tem sido seu alicerce base em todos os momentos mais difíceis por que já passamos.

Portanto, nobre Comandante do BPEB, a nossa vaidade e nosso orgulho hoje é simplesmente redobrado, ao sentirmos que as forças armadas, já não têm mais como limite os muros de suas divisas, já não vivem exclusivamente a vida da caserna, mas sim, vão até lares de seus soldados, através de palavras magníficas, que nos dão alento, que nos trazem confiança redobrada e nos encorajam a continuar pensando, que a cada dia que passa, os horizontes vão se clareando cada vez mais, para alcançarmos o soerguimento moral do NOSSO QUERIDO BRASIL, o que somente será conseguido, temos certeza, com homens do gabarito de V. S.<sup>a</sup> que sabem dar valor ao jovem brasileiro, acolhendo-o como um verdadeiro filho, que a partir do momento que envergam o Verde-Oliva, nascem para uma nova fase de sua vida. Aquela que o fará dentro em breve o cidadão-soldado, apto a desempenhar um papel sumamente importante, no seio da coletividade e mormente de seus familiares, pelos novos e sábios ensinamentos recebidos na Caserna, de uma Unidade como a que V. S.<sup>a</sup> tem a honra de comandá-la com tanta eficiência.

Diante de tudo isto, choramos a ausência de nosso querido LUIZ, mas, o fazemos de alegria, de satisfação, de contentamento, porque temos a certeza de que ele encontrou um novo PAI, novos irmãos, que debaixo de um mesmo teto estão representando a confiança de milhões de brasileiros, que a cada dia fazem uma prece ao Nosso Bom Pai Celestial, para que os maus orientados ainda retornem a trilhar pelo caminho certo, para a grandeza desse idolatrado BRASIL GIGANTE.

Ao distinto e notável Comandante, o nosso sincero muito obrigado pelas palavras amigas e acolhedoras, formulando votos de que o nosso querido LUIZ, venha a se constituir um dos soldados orgulho do BATALHÃO DE FOLÍCIA DO EXÉRCITO DE BRASÍLIA, para o gozo de todos nós. Que Deus o proteja sempre Ten Cel PERES, são nossos ardentes votos.

De V. S.<sup>a</sup>  
Respeitosamente

(as) *Carlos Guilherme Menkemer*

Como o leitor poderá concluir todos estes comoventes trechos de cartas são resultado da aplicação de princípios fundamentais de Relações Humanas e Públicas

“Você é importante para mim Quero a sua opinião”.

E têm elas um efeito idêntico em todos quantos se dedicam a instruir soldados do Brasil, capaz de confortar e recompensar todas as canseiras e animar a prosseguir na sublime jornada. Houve reconhecimento. É a integração, a rua de duas mãos.

## GENERAL OSÓRIO O PRECURSOR DESTAS IDÉIAS

Depoimento do Cel Francisco Ruas Santos, dá conta que o então Coronel Manuel Luiz Osório deveu muito de sua liderança sôbre seus homens, por práticas desta natureza, quando comandante de um Regimento de Cavalaria no Rio Grande do Sul.

Tratava de conhecer seus subordinados e seus familiares, bem como solucionar seus problemas, além de assisti-los e instruí-los da melhor forma possível.

Por tudo isto, passou a constituir-se em galardão e honra para as famílias gaúchas, ter um filho sob o comando daquele excepcional coronel, pois sabiam que receberiam de volta um homem no sentido autêntico da palavra.

O Gen Mallet referiu-se ao Gen Osório em certa ocasião da seguinte forma: “Osório era um líder em todo o vigor da palavra:

Incansavelmente visitava os acampamentos, os hospitais nada lhe escapava. Aqui tomava um chimarrão que lhe oferecia um soldado e ouvia com atenção todos os que lhe saíam ao encontro para lhe falar.

Sua bolsa está sempre aberta aos soldados necessitados”.

## SUBSÍDIOS PARA UMA DOUTRINA A RESPEITO

Esta experiência realizada pelo BPEB e já praticada de certa forma no passado por Osório é uma sugestão para ser melhor estudada e transformada em doutrina do Exército Brasileiro, no sentido de ter mais facilitada sua tarefa de educar para sua destinação constitucional, em perfeita integração com a família brasileira.



## SUMÁRIO

1 — ANIVERSÁRIO DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO .....	3
2 — ALGUNS ASPECTOS DO EXAME ESTRATÉGICO Gen Obino Alvares .....	5
3 — O FENÔMENO SUBVERSIVO NA CONJUNTURA MUNDIAL Cel Hermes de Araújo Oliveira (do Exército de Portugal) .....	23
4 — SERÁ POSSÍVEL AO BRASIL REIVINDICAR PARTE DA ANTÁRTIDA? Prof Luiz Ivaní de Amorim Araújo (Da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e do Espaço — Prof da Faculdade de Direito “Cândido Mendes”) .....	49
5 — A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA E A SEGURANÇA NACIONAL Maj Eng QEMA Cláudio Moreira Bento .....	57
6 - A HISTÓRIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO DOS EE UU Maj Cláudio Moreira Bento Maj José Spangenberg Chaves	63

# A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA E A SEGURANÇA NACIONAL

Maj Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO

## VALOR DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA

O estudo da História e da Geografia do Brasil é assunto da maior relevância para todos os brasileiros que possuam, ou venham a possuir, parcelas ponderáveis de responsabilidade nos destinos do BRASIL, na qualidade de líderes de atividades, em quaisquer dos campos do Poder Nacional, que tenham por finalidade a conquista ou preservação dos objetivos nacionais permanentes, pelos quais, serão satisfeitas as aspirações do povo brasileiro.

Todas as nações acalentam aspirações a concretizar, que devem ser protegidas de ameaças, estas resultantes, sejam de conflitos com as aspirações de outros povos, sejam de conflitos graves entre grupos internos.

## DILATAÇÃO DA FÉ E DO IMPÉRIO

No BRASIL, elas começaram a ganhar corpo, após o Rei de Portugal receber a carta de Pero Vaz de Caminha, ocasião em que deve ter sonhado transformar o BRASIL num grande império católico, através do ideal ou objetivo nacional do povo português de «Dilatação da Fé e do Império», este, responsável pela dimensão continental do BRASIL e por sua Unidade durante cerca de três séculos.

Este ideal era vulgarizado em todo Império Português. Não era somente domínio de suas elites. Foi comunicado ao povo das mais diversas formas por

seus líderes e a ele se deve o feito épico da expulsão dos holandeses e a obra admirável da conquista pacífica da Amazônia e das demais áreas a oeste do Tratado de Tordesilhas, exceção feita ao Rio Grande do Sul.

## ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO

As aspirações do povo brasileiro foram interpretadas, principalmente, pelas diversas constituintes brasileiras, a partir de 1822, e por estudiosos, civis e militares, da Escola Superior de Guerra. Elas resultaram da análise e interpretação de nosso processo histórico e de nossa Geografia.

A satisfação das aspirações do povo brasileiro é buscada pelo Governo, através dos Objetivos Nacionais, que com elas se relacionam intimamente: *Independência, Soberania, Integridade, Unidade, Integração, Desenvolvimento, Prestígio Internacional, Paz Social, Democracia e Preservação dos valores espirituais, morais e culturais do Brasil*. As aspirações correspondem aos anseios, e a política de objetivos, à ação para satisfazê-los.

## FAROL DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Este conjunto de objetivos é o farol que deve guiar o esforço e a participação comunitária de cada brasileiro, no sentido de que, no mais curto espaço de tempo, sejam obtidos o bem-estar e a felicidade do povo brasileiro. Deles decorrem, em determinado momento histórico, um pensamento de Governo, com um planejamento de corrente que procura traduzir a melhor e a mais eficiente maneira de aplicar os recursos da nação, ou Poder Nacional, com a finalidade de consolidar em grau mais elevado os objetivos já conquistados, aproximar-se mais da conquista de outros ou preservar de ameaças internas ou externas objetivos já conquistados.

## INDEPENDÊNCIA, SOBERANIA, INTEGRIDADE, UNIDADE

Decorridos quatro séculos de evolução histórica, o povo brasileiro já conquistou em grau bem elevado os objetivos de *Independência, Soberania, Integridade e Unidade*, satisfazendo assim algumas de suas aspirações acalentadas por longos anos.

Eles foram seriamente ameaçados nas guerras holandesas e da Independência, guerras do Rio da Prata com espanhóis e seus descendentes, e Jutas internas que se seguiram à abdicação de D. Pedro I.

Estas lutas intestinas, por falta de uma filosofia de objetivos nacionais relacionados intimamente com as aspirações do povo brasileiro, ameaçaram transformar o Brasil numa colcha de retalhos, após sua Integridade e Unidade terem sido asseguradas, nas memoráveis batalhas dos Guararapes, nas quais, segundo o sociólogo Gilberto Freyre, «escreveu-se a sangue o destino do BRASIL, o de ser um e não dois ou três».

A conquista destes objetivos exigiu muitos sacrifícios, sangue e vidas preciosas de irmãos brasileiros que nos antecederam e que contribuíram para para o clima atual de paz e amor no Brasil.

## PAZ SOCIAL E DEMOCRACIA

No fim do século XIX, consolidados estes objetivos, concentrou-se o esforço nacional na conquista gradativa dos objetivos de Paz Social e

Deocracia de concepção republicana.

Como lutas por estes objetivos, assinalamos, como marco luminoso da Paz Social, a Abolição da Escravatura, em 1888, e pela Democracia, visando seu aperfeiçoamento progressivo, ou sua própria defesa, as lutas ou movimentos armados de 1893-95, 1905, 1923, 1924, 1930, 1932, 1935, 1937, 1945, participação do BRASIL na 2ª Guerra Mundial, e, finalmente, a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, esta, procurando livrar e defender o regime contra a subversão, da inflação, da corrupção e das freqüentes crises entre os Poderes e de autoridade que, freqüentemente, afetaram o BRASIL, desde a Proclamação da República, com a eliminação do Poder Moderador.

Neste longo período de quase um século, a luta pela conquista ou preservação destes dois objetivos exigiu grandes sacrifícios das gerações brasileiras, para a satisfação de algumas aspirações de que se beneficiaram as atuais gerações.

Foram aplicadas parcelas significativas do Poder Nacional para a Segurança destes objetivos, sob violentas pressões.

Por outro lado, vultosas parcelas do Poder Nacional foram dissipadas pela inflação, corrupção, greves e na preservação de privilégios de grupos de brasileiros que não se identificavam com as aspirações do povo brasileiro.

## ASPIRAÇÃO SÍNTESE

Esta apreciável sangria do Poder Nacional processou-se mais um vez, em detrimento dos esforços concentrados nos objetivos de paz, de *Desenvolvimento* e de *Integração* que possuem grande efeito multiplicador, na forma de geração de recursos mais abundantes, para o crescimento acelerado do Poder Nacional, capazes de assegurar em mais curto prazo possível, a satisfação da aspiração do povo brasileiro, síntese das demais:

*Felicidade e bem-estar ou Desenvolvimento Espiritual e Material.*

## ENTENDIMENTO DO CONTEXTO

O estudo da História e da Geografia do BRASIL assegura a compreensão elevada e de conjunto desta problemática, não só ao brasileiro comum, como, principalmente, a seus líderes em qualquer setor de atividades. Este entendimento traz tranqüilidade e faz com que as lideranças orientem as atividades que lhes são afetas para a conquista ou preservação dos objetivos nacionais, através dos quais, serão satisfeitas, pouco a pouco, as aspirações do povo brasileiro.

Assegura, por outro lado, a satisfação perante suas consciências de estarem participando de uma grande cruzada de redenção e afirmação do povo brasileiro. Convenhamos que é uma grande remuneração de ordem espiritual.

## DOIS EXEMPLOS HISTÓRICOS

Está na memória de todos os brasileiros a atuação pacificadora do Duque de Caxias, que, aliando o conhecimento de Geografia e História com o saber político e militar, amor à sua pátria e fidelidade às aspirações de seu povo, conseguiu restabelecer a harmonia entre irmãos brasileiros em luta, salvando, assim, a Unidade do Brasil.

O Barão do Rio Branco constituiu-se em outro exemplo de destacado líder brasileiro, que, aliando o profundo conhecimento de Geografia e História do Brasil com o saber jurídico e diplomático, amor à sua pátria e fidelidade às

aspirações de seu povo, conseguiu, pacífica e diplomaticamente, estabelecer o mapa definitivo do Brasil.

Por todas estas razões, o estudo da História e da Geografia do BRASIL, orientado para a conquista dos objetivos nacionais, ou satisfação das aspirações do povo brasileiro, deve ser obrigatório na formação do brasileiro civil ou militar, que tenha, ou venha a ter qualquer parcela de liderança, na correta e judiciosa aplicação do Poder Nacional, ou recursos da nação, em determinado momento histórico.

Todo profissional deve ter esta noção para melhor inserir-se no contexto da problemática brasileira e assim orientar seu esforço para a conquista ou preservação dos objetivos nacionais, através dos quais serão satisfeitas ou defendidas as aspirações do povo.

O assunto se reveste da maior relevância, para as lideranças do poder executivo, legisladores, juizes, comunicadores sociais (historiadores, escritores, sociólogos, psicólogos, jornalistas), formadores da opinião pública, professores responsáveis pela formação de novas gerações de brasileiros e, para as lideranças militares, que têm por missão constitucional proporcionar, em qualquer tempo, Segurança, para a satisfação das aspirações do povo brasileiro, ameaçadas de pressões internas e externas, como parcelas armadas deste povo.

Sem o conhecimento da História e da Geografia e o conseqüente entendimento de uma filosofia de satisfação às aspirações do povo brasileiro, através da conquista de objetivos nacionais, teremos esforços divergentes, em vez de esforços concentrados, que resultam de uma comunhão de pensamento, geradora do ato da vontade coletiva orientado para um fim nobre de satisfação de suas aspirações, o mais rápido possível.

É da maior importância que o líder brasileiro, em todos os setores de atividades, possua sensibilidade para captar e entender as aspirações do povo brasileiro, bem como, capacidade de orientá-lo no sentido de que canalize seu esforço na conquista ou preservação dos objetivos da nação brasileira.

E para isto se constitui em valioso auxiliar o estudo da História e da Geografia do Brasil, orientado para a satisfação, o mais rápido possível, das aspirações do povo brasileiro, traduzido na prática, por uma política de objetivos nacionais, que deve ser cada vez melhor instrumentada, na razão direta do processo de desenvolvimento do Brasil.

## **CONCLUSÃO**

O estudo de nossa História e Geografia, desde 1945 deixou de assumir a importância que lhe vinham dando e chegou ao ano de 1964, completamente desprestigiado, criando o clima favorável para o aparecimento de outras versões de nossa História, a serviço de objetivos nacionais de outras nações, em detrimento dos nossos.

Julgamos que este estudo deva ser reativado e prestigiado em todas as escolas que formem lideranças, que venham ter qualquer parcela de responsabilidade nos destinos da nação, bem como tornada área de ensino prioritário.

Julgamos que a orientação filosófica e a fiscalização destes ramos de ensino devam ser confiados a mãos competantíssimas por se constituírem em assuntos de Segurança Nacional, fundamentais para a formulação e execução de uma política a respeito.

A História é, por outro lado importante, por ser a geradora da tradição de um povo, que está para este como o perfume para a flor. Orientará a conquista do grande objetivo ligado às mais caras tradições brasileiras, qual seja a de preservação dos valores espirituais, morais e culturais do Brasil, por fornecer elementos de definição destes valores, forjados sob o Cruzeiro do Sul, em mais de quatro séculos.

Se os jovens brasileiros não estudarem objetiva e caracterizadamente nossa História, qual será o destino do nosso quadrissecular patrimônio cultural, quando forem investidos em funções ligadas aos destinos do Brasil?

É um argumento que não só aconselha a dinamização do estudo da História com mais objetividade, como incentiva a pesquisa histórica no Brasil, para a formação de novos historiadores para orientarem, segundo o Presidente Médici, em discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em junho de 1970, «a instrumentação de nossa economia, de nossa sociologia, de nossa ciência política, de uma educação cívica democrática brasileira».

E mais adiante, afirmou S. Exa.: «A ninguém é lícito ignorar a importância da História no desenvolvimento nacional, como instrumento de ação na elucidação de temas e na definição de alternativas prospectivas».

Para o consagrado historiador universal Arnold Toynbee, em sua História, Função e Valor — Por que Estudar História. Recife, UFPE, 1970, Os estudos históricos têm sido um dos fatores que estimularam o despertar para muitos povos de uma consciência nacional adormecida».

Isto foi válido para o Brasil principalmente sob o reinado de D. Pedro II com o seu incentivo real.

No momento histórico que vivemos eles deverão projetar no povo brasileiro e, especialmente entre a juventude, uma consciência de valores altos e nobres da nacionalidade, decorrentes do raciocínio e verificação de nosso processo histórico.

Esta consciência de valores altos e nobres, existente principalmente entre os intelectuais dedicados à História e à Sociologia, deve ser vitalizada e comunicada ao povo com engenho e arte, através das mais modernas técnicas de comunicação social.

A mensagem deve ser transmitida, não deve morrer com as atuais gerações de historiadores brasileiros que dia após dia são ceifados pela morte, sem que sejam renovados, por falta de estímulo à pesquisa histórica.

Julgamos que uma consciência de valores altos e nobres da nação brasileira somente será projetada no povo brasileiro, através de um trabalho conjunto de historiadores e outros comunicadores sociais (jornalistas, radialistas etc.).

É esta mais uma realidade da Era da Comunicação Social.

## **A HISTÓRIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO DOS EE UU**

**Maj CLÁUDIO MOREIRA BENTO**

**e**

**Maj JOSÉ SPANGENBERG CHAVES - Tradutor**

As atividades de História do Exército dos Estados Unidos são reguladas pelo AR 870-5 Military History — Responsibilities, Policies, and Procedures, 1965.

Este Regulamento estabelece responsabilidades, normas e procedimentos relacionados com o preparo e utilização da História Militar bem como fixa responsabilidades no tocante ao planejamento e desenvolvimento do Programa Histórico do Exército.

## HISTÓRIA, HISTORIADORES DO EXÉRCITO, ETC.

O Exército dos Estados Unidos assim define, nestes termos:

«História *Militar*: é o registro objetivo, preciso, descritivo e interpretativo de todas as atividades do Exército, na paz e na guerra.

Do seu estudo devem ser retiradas lições relevantes para auxiliar na solução de problemas militares, presentes e futuros.

*Historiador do Exército*-, é um historiador profissionalmente qualificado, militar ou civil, que ocupa posição num quadro específico.

*Historiador de EM*: é um historiador do Exército ou oficial de História do Exército que recebeu responsabilidades de Estado-Maior, para atividades históricas no Estado-Maior de um comandante».

## OBJETIVOS DA HISTÓRIA DO EXÉRCITO

«a) Conscientizar o Exército de que sua história é uma fonte básica de experiências que contribui para a solução de problemas militares e para o desenvolvimento teórico e prático da arte e ciência militar.

b) Utilização contínua da História do Exército para obter-se os seguintes resultados:

- 1 — Uma doutrina do Exército adequada às demandas da guerra moderna.
- 2 — Melhor treinamento e eficiência profissional.
- 3 — O mais alto desenvolvimento das forças morais da guerra no soldado e no Exército em seu conjunto.

c) Difusão dos feitos históricos do Exército entre outros elementos de governo e povo estadunidenses como atividades de Relações Públicas, visando a uma perfeita integração Exército-Governo-População dos EE UU».

## UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR

«*Valor*: O conhecimento da História do Exército equivale a dispor-se de um saber comprovado pela experiência, pré-requisito para o desenvolvimento da capacidade intelectual e de um raciocínio educado, voltado para problemas militares atuais e futuros.

*Fontes*: As fontes da História do Exército são os acontecimentos de sua experiência. Os fatos relacionados com estes acontecimentos fornecem subsídios de tipo especial, necessários ao desenvolvimento teórico e prático da arte e ciência militar».

## A HISTÓRIA MILITAR E A EFICIÊNCIA PROFISSIONAL

«A utilização da História Militar é essencial para quem deseje uma carreira militar bem sucedida. A maior parte dos conhecimentos é obtida através do estudo e da leitura, muito pouco conhecimento é adquirido por experiência

pessoal.

*Utilização:* O Exército dos EE UU reconhece quatro maneiras de utilização de sua História:

- a) Como fonte de dados empíricos dos quais se possa deduzir princípios e procedimentos.
- b) Como um importante substitutivo de experiência pessoal em arte e ciência militar.
- c) Como elemento auxiliar de redução do espaço entre o real e o imaginário.
- d) Campo base para o estabelecimento e identificação das necessidades do presente, relacionando-as com as do passado, bem como para o estabelecimento de novos padrões de pensamento e de conduta, não importando posição social e conveniências pessoais».

#### DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA

«O militar profissional deve apoiar-se na experiência do passado e no conhecimento do presente para, através da lógica, determinar o que poderá ser feito no futuro,

O planejamento, a programação e as operações devem basear-se em conhecimentos científicos válidos e não em intuições ou opiniões.

Quando se dispõe de poucos conhecimentos sobre determinado problema militar, a aproximação científica do mesmo deverá apoiar-se na análise de exemplos históricos.

Para complementar o conhecimento sobre uma atividade especializada, obtido através da experiência pessoal ou educação formal, espera-se que o militar profissional recorra à leitura de História Militar para ampliar seu conhecimento sobre esta atividade.

Na instrução militar serão selecionados exemplos históricos, como meios auxiliares, para visualização e aprendizagem de parte dos instruídos, de idéias abstratas, conceitos e princípios de arte e ciência militar.

Para proporcionar motivação deverá explorar-se casos históricos que permitam comprovações e que indiquem sucessos e fracassos e apontem ensinamentos decorrentes.

A utilização da História Militar deve contribuir para um estado de espírito no Exército no qual, cada um de seus integrantes se subordine voluntariamente aos objetivos da organização».

#### A HISTÓRIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A História Militar é um grande auxiliar nas atividades de Comunicação Social com o Público Externo.

A abordagem de glórias e sucessos militares constitui uma fonte de orgulho nacional, a ser usada para facilitar uma melhor integração, Exército-povo estadunidense.

Nestas circunstâncias, a História Militar será difundida ao povo na forma de cartazes, discursos, em cerimônias cívico-militares, através de filmes, audiovisuais, programas de TV, rádio, jornais, publicações específicas e visitas a museus de organizações militares.

#### ATUALIDADE

No momento, os historiadores do Exército dos Estados Unidos concentram suas atenções no estudo histórico-militar de sua experiência na 2ª Guerra

Mundial, buscando ensinamentos doutrinários, decorrentes de erros e acertos na condução das operações.

Esta análise abrange o desempenho operacional de grandes unidades, unidades e subunidades e a determinação do perfil do soldado americano naquele conflito.

Os casos de improvisações operacionais bem sucedidas são analisados profundamente e, conforme o caso, incorporados à Doutrina.

Grupos de historiadores do Exército mergulham na História Militar, buscando subsídios para o desenvolvimento de uma doutrina de combate à guerrilha no Sudeste Asiático.

Não só analisam suas experiências passadas como a de outros povos.

No tocante à Ação Cívico-Social, estão estudando a experiência do Brasil, principalmente no tocante aos trabalhos desenvolvidos neste setor pelos Batalhões de Engenharia de Construção, que, após atuarem no Sul, desenvolvem seus trabalhos no Nordeste e Norte.

As forças terrestres do Brasil possuem uma tradição quadrissecular em matéria de Ação Cívico-Social, em decorrência da organização militar portuguesa, em que todo cidadão era militar de linha, miliciano ou de ordenança, tradição mantida até o início do século XX com a extinção da Guarda Nacional.

O Exército Brasileiro através de sua Comissão de História, criada pelo Estado-Maior do Exército, irá pesquisar nos próximos anos, cientificamente, além de outros tópicos, a contribuição das forças terrestres do Brasil na Evolução da Nacionalidade, através da contribuição durante mais de 4 séculos, nos campos econômico, político, psicossocial e geográfico.



## SUMÁRIO

### EDIÇÃO ESPECIAL

- 7 APRESENTAÇÃO  
*José Alberto Accioly Fragelli - Almirante-de-Esquadra (Ref<sup>6</sup>)*
- 9 EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO  
Reprodução dos quadros e textos que constituíram a exposição.
- 19 CARTA DE INSTRUÇÃO DE TAMANDARÉ PARA BARROSO (Republicação)  
*Visconde de Tamandaré*  
Instruções de Tamandaré para Barroso, a 16/04/1865, para o início da Guerra do Paraguai
- 27 O ALMIRANTE TAMANDARÉ NO ANO DE SEU BICENTENÁRIO  
*Francisco das Neves Alves - Professor-Doutor*  
Reprodução do discurso, em Rio Grande, por ocasião da abertura das comemorações alusivas ao bicentenário, onde é ressaltada a influência de Tamandaré na formação do Estado Nacional
- 35 TAMANDARÉ - 200 ANOS  
*Mauro Cesar Rodrigues Pereira - Almirante-de-Esquadra (Ref<sup>6</sup>)*  
Exaltação ao militar, ao marinheiro, ao homem
- 37 JOAQUIM MARQUES LISBOA: UM SER HUMANO  
*José Maria do Amaral Oliveira - Almirante-de-Esquadra (Ref<sup>5</sup>)*  
Reconhecimento pela figura de destaque na Marinha e no País; resumo histórico da Corte no Brasil após 1808; a influência da Marinha Imperial; atos de heroísmo; a figura humana
- 55 OS ÚLTIMOS TEMPOS DE VIDA DO ALMIRANTE TAMANDARÉ E O DESTINO DOS SEUS RESTOS MORTAIS  
*Eddy Sampaio Espellet - Almirante-de-Esquadra (Ref<sup>6</sup>)*  
Admiração por D. Pedro II e sua fidelidade; a instituição do Dia do Marinheiro em 1925; o traslado dos restos mortais
- 59 TAMANDARÉ E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NAVAL  
*Helio Leoncio Martins - Vice-Almirante (Ref<sup>2</sup>)*  
A sua carreira naval é também a da Marinha Imperial; a preparação da Marinha, sob seu comando, para se adaptar à propulsão por hélice; atuação na guerra
- 65 TAMANDARÉ 200 ANOS - O GRANDE PATRONO  
*Estanislau Façanha Sobrinho - Vice-Almirante (Ref<sup>6</sup>)*  
Os primeiros anos; o ingresso na Marinha; a carreira e as comissões; o chefe de família
- 69 O TENENTE MARQUES LISBOA E AS EXPEDIÇÕES À PATAGÔNIA  
*Armando Amorim Ferreira Vidigal - Vice-Almirante (Ref<sup>2</sup>)*  
Início da carreira com atuação destacada - primeiro comando aos 18 anos; habilidade marinheira; combate contra corsários; prisão e fuga; Conselho de Guerra; fracasso das expedições à Patagônia; comando da Escuna *Bela Maria* - épica vitória

## 75 TAMANDARÉ E A HONRA

*Fernando Manoel Fontes Diégues - Vice-Almirante (Refº)*

O perfil do Almirante -coragem física e moral, determinação e força de vontade, generosidade - a honradez

## 79 AQUI JAZ O VELHO MARINHEIRO

As instruções de Tamandaré para seu sepultamento

*Fernando Manoel Fontes Diégues - Vice-Almirante (Refº)*

O final da vida; a fidelidade ao Império; as instruções para o sepultamento

## 83 TAMANDARÉ: UM MODELO DE HERÓI BRASILEIRO

*Eduardo Ítalo Pesce - Professor*

A luta pela Independência; origens da Marinha; modelo de herói; campanhas navais e a Guerra do Paraguai

## 91 TAMANDARÉ

*Arlindo Vianna - Coronel*

Exaltação ao militar, ao herói; a origem do nome Tamandaré

## 93 BICENTENÁRIO DO PATRONO DA MARINHA

***Cláudio Moreira Bento - Coronel***

**Síntese biográfica de Tamandaré, exaltando o militar e o herói**

## 97 TAMANDARÉ NAS GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA E CISPLATINA

*Cláudio da Costa Braga - Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1)*

Início de vida; Voluntário da Armada na Guerra da Independência; Tenente na Guerra da Cisplatina; primeiro comando no mar - Escuna *Constança* - Expedições à Patagônia; prisão do Tenente Espora e recebimento da luneta do Almirante Brown; apresamento da *General Dorrego*

## 115 TAMANDARÉ JOVEM NOS PRIMEIROS MOMENTOS DE GUERRA

*Antônio Luiz Porto e Albuquerque - Capitão-de-Fragata - Professor*

Vocação precoce - primeiros embarques; prática a bordo sem freqüência regular à escola; o "voluntário" Marques Lisboa; a expedição à Patagônia e os corsários argentinos; comando da Escuna *Constança*; aprisionamento da escuna e de Marques Lisboa

# BICENTENÁRIO DO PATRONO DA MARINHA

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Coronel

O Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré - o Nelson brasileiro é por tradição cultuado patrono da Marinha do Brasil, em razão do Aviso 3.322, de 4 de dezembro de 1925, que instituiu o seu aniversário como o Dia do Marinheiro, de ele "representar, na História Naval brasileira, a figura de maior destaque dentre os ilustres oficiais de Marinha que honraram e elevaram a sua classe. E neste dia deve a Marinha render-lhe as homenagens

reclamadas por seus inomináveis serviços à liberdade e união dos brasileiros, demonstrando que o seu nome e exemplos continuam bem vivos no coração de quantos sabem honrar a impoluta e gloriosa farda da Marinha brasileira”.

Por seus quase 67 anos de heróicos, legendários e excepcionais serviços prestados à Marinha, é por ela hoje considerado o seu marinheiro-símbolo e padrão.

O Almirante Tamandaré ingressou na Marinha do Brasil em 4 de março de 1823, aos 16 anos, tendo sido designado para servir a bordo da Fragata *Niterói* como praticante de piloto, ao comando de Taylor, que, integrando a esquadra brasileira de Lord Cochrane, combateu os portugueses na Guerra da Independência na Bahia, em 1823.

Terminada esta guerra, na qual se destacou, freqüentou por quase um ano a Academia Imperial dos Guardas-Marinha, até ser requisitado pelo Almirante Cochrane para embarcar na Nau *D. Pedro I*, destinada a combater a Confederação do Equador, no Nordeste. Nessas ações se impôs a admiração e estima dos seus chefes, que atestaram que, ao tempo de sua participação na Guerra da Independência, “já possuía condições de conduzir uma embarcação a qualquer parte do mundo”. Com isso conseguiu sua promoção a segundo-tenente em 2 de agosto de 1825, marco de sua brilhante carreira que o conduziria à condição de marinheiro de guerra símbolo e padrão do Brasil. Conforme escreveu Gustavo Barroso:

“Foi Tamandaré marinheiro do Primeiro e Segundo Império, que vira o Brasil Reino, guerrear na Independência, no Prata, tomara parte ao lado da lei em quase todas as convulsões da Regência, criara e legara a vitória no Uruguai e no Paraguai à Marinha do Segundo Império, assistira à Proclamação da República e à Revolta na Esquadra, pisara o convés de tábuas dos veleiros e, na coberta chapeada de ferro dos encouraçados, vira a nau e o brigue, o vapor de rodas e o monitor e a couraça e o torpedeiro destinada a vencê-la.”

Tamandaré representa grande parte da História do Brasil e de sua Marinha.

Após haver combatido na Guerra da Independência na Bahia, em 1823, e na Confederação do Equador, em 1824, Tamandaré lutou na Guerra Cisplatina, de 1825 a 1828, inclusive no comando de dois navios, aos 20 anos, quando capturou em ação os barcos adversários *Ana* e *Ocho de Febrero*, além de haver lutado bravamente em Corales e Lara Quilmes. Teve atuação febril no combate à Setembrizada (setembro de 1831), à Abrilada (abril de 1832) e à Praieira (1848), em Pernambuco; à Sabinada (1835), na Bahia; e à Balaiada (1841), no Maranhão, onde comandou as forças navais, quando, em apoio a Caxias, desempenhou ação decisiva no campo logístico e operacional.

Por estar enfermo, não combateu na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Manteve ação brilhante direta na guerra contra Aguirre, em 1864, e destacada na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70), até 22 de dezembro de 1866.

Seu maior feito militar foi haver comandado a conquista da cidade oriental de Paissandu, em 1ª e 2 de janeiro de 1865. Essa vitória assegurou às forças militares do Brasil posição estratégica de real valia na vigilância de fronteira, além de com ela se abrirem os portos à posse de Montevidéu, conseguida com o acampamento do nosso Exército em Fray Bentos e de nossa Marinha no porto de Montevidéu.

Em 11 de junho de 1865, travou-se a vitoriosa Batalha do Riachuelo, a maior batalha naval da América do Sul, vencida pelas 2ª e 3ª Divisões da Esquadra Brasileira sob o seu comando.

Tamandaré, depois de relevantes serviços no comando da Esquadra Brasileira em operações, passou o comando da mesma em Curuzu, encerrando, assim, mais de 30 anos de assinalados serviços à segurança do Brasil. Prestou, até 20 de janeiro de 1890, data de sua reforma, quase 67 anos de notáveis serviços à administração naval.

Tamandaré nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Vila de Rio Grande, Rio Grande do Sul. Sua infância e meninice e parte da adolescência transcorreram no sangradouro da Lagoa dos Patos, onde desenvolveu grande habilitação em natação e aprendeu navegação. Inúmeras vezes atravessou o canal que mais tarde mapeou, como capitão, em vaivém entre as vilas de São José do Norte e Rio Grande.

Seu padrinho de batismo foi o legendário fronteiro Marechal Manoel Marques de Souza, que guiara como tenente as tropas de terra e mar que reconquistaram, em ação conjunta ao comando do Tenente-General Henrique Böhn e a partir de São José do Norte, a Vila do Rio Grande, em 1ª de abril de 1776, havia 13 anos em poder dos espanhóis. Seu padrinho é hoje denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas, a qual é integrada pelo Grupo de Artilharia de Campanha Almirante Tamandaré, sediado em Rio Grande.

O velho, experimentado, audaz e corajoso lobo-do-mar brasileiro Almirante Tamandaré, âncora da lei, baluarte defensor da nacionalidade, findou sua existência aos 88 anos, em 20 de março de 1897, no Rio de Janeiro. Dispensou honras fúnebres. Seis marinheiros de sua gloriosa e querida Marinha transportaram seu corpo da sua casa ao carro fúnebre.

Tamandaré sublimou as virtudes militares de bravura, coragem, honra militar, desprendimento, devoção e solidariedade. Da última falam seus heróicos e repetidos feitos, de repercussão internacional, de salvar navios e pessoas em perigo no mar, sobre o que escreveu Gustavo Barroso, a propósito de um salvamento na Amazônia:

“A esse homem que nascera predestinado às lides guerreiras, o destino reservara miraculosas salvações de navios e pessoas. Fizera-as já no Rio da Prata, nas águas plúmbeas da Patagônia, acabava de fazê-las no Mar Dulce da Amazônia, fá-las-ia ainda nos mares da Europa e do Brasil.”



## SUMÁRIO

7 SETE DE SETEMBRO

9 NOSSA CAPA

SANTOS DUMONT - CENTENÁRIO DO VÔO DO 14 BIS

*Mônica Hartz Oliveira Moitrel* - Capitão-de-Fragata (T)

14 90º ANIVERSÁRIO DA AVIAÇÃO NAVAL

*Mauro França de Albuquerque Lima* - Contra-Almirante

15 O QUE SANTOS DUMONT INVENTOU

*Alfredo Muradas Dapena* - Coronel Aviador

23 UM IRLANDÊS NA MARINHA DO BRASIL (7)

*José Maria do Amaral Oliveira* - Almirante-de-Esquadra (ReP)

43 O JAPÃO, PEARL HARBOUR E A SAGA DO ALMIRANTE KIMMEL(XI)

*Mário Jorge da Fonseca Hermes* - Almirante-de-Esquadra (ReP)

63 A BUSCA DA GRANDEZA

*Elcio de Sá Freitas* - Vice-Almirante (EN-ReP)

77 O SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL E A NECESSIDADE NUCLEAR

*Othon Luiz Pinheiro da Silva* - Vice-Almirante (EN-RM-1)

*Leonam dos Santos Guimarães* - Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN-RM-1)

89 A MARINHA DO BRASIL E A ORDEM MARÍTIMA MUNDIAL DO SÉCULO XXI

*Eduardo Ítalo Pesce* - Professor

109 SIDNEY SMITH - UM MARINHEIRO HERÓI

*Kenneth H. Light* - Professor

125 A AUTORIDADE MARÍTIMA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO NO BRASIL

*Oswaldo Agripino de Castro Júnior* - Professor

**143 OS MOLHES DE RIO GRANDE**

***Cláudio Moreira Bento* - Coronel (Refº)**

179 AVIAÇÃO NAVAL - Reminiscências (III)

*Pedro Taaffe Sebastiany* - Capitão-de-Mar-e-Guerra (ReP)

179 NOVO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

*Fernando Malburg da Silveira* - Capitão-de-Mar-e-Guerra (ReP)

194 SEÇÃO CAAML

195 CONTROLE DE AVARIAS A BORDO DO NAe SÃO PAULO

*Marcos Ulisses Diniz Sobreira* - Capitão-de-Corveta

202 SEÇÃO CIA W

203 ABORDAGEM SISTÊMICA EM AMBIENTE MULTIESCALÃO DE ÍTENS RECUPERÁVEIS

*Gustavo da Silva Nascimento* - Capitão-de-Corveta (IM)

214 ARTIGOS AVULSOS

214 AS LÉGUAS DO TRATADO DE TORDESILHAS

*Fernando Pedrosa* - Capitão-de-Mar-e-Guerra (Portugal)

216 O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL

220 DOAÇÕES AO SDM

222 A MARINHA DE OUTRORA

233 NECROLÓGIO

239 ACONTECEU HÁ CEM ANOS

249 REVISTA DE REVISTAS

287 NOTICIÁRIO MARÍTIMO

## **OS MOLHES DE RIO GRANDE - Construção e Projeção Econômica e Geopolítica**

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Coronel

De 15 a 18 de janeiro deste ano, em férias, visitei os molhes de Rio Grande e me convenci da enorme obra de engenharia ao serem construídos no início do século XX. Minha atenção para os referidos molhes já havia sido chamada por meu pai, que, menino, vivera na 4<sup>o</sup> Seção da Barra, como já comentei em outro trabalho.

Das várias tentativas para obter dados sobre como eles foram construídos, recebi informações daquele que hoje considero o maior historiador da cidade de Pelotas, Flávio Azambuja Kremer, possuidor de notável Armazém Literário e Iconográfico sobre a História do Rio Grande do Sul e destacado acadêmico da Academia Canguçuense de História. Também obtive dados do jornalista Alan Bastos, assessor de Imprensa do porto do Rio Grande, dados esses que sintetizei e complementei.

Em 1881 a situação da barra ficou crítica, limitada a embarcações de 2 metros de calado.

Em 1883, comissão chefiada pelo engenheiro Honório Bicalho, diretor de Obras Públicas do Estado, apresentou o projeto dos molhes convergentes para abrigar um canal de 8 a 9 metros de fundo. Segundo o Comandante Paulo de Paula Messiano, que foi capitão dos portos em Rio Grande, “o projeto do brasileiro Honório Bicalho adotou a solução de molhes convergentes e não paralelos, como preconizavam outros projetos”. Messiano revela que esse projeto de convergência dos molhes aumentava o fluxo das marés, proporcionando, assim, dragagens naturais.

Foi naquela época, de 1889 a 1904, que meu avô; o Coronel Genes Gentil Bento (que viria a ser intendente de Canguçu no período de 1905 a 1917 e chefe de Polícia e secretário do Presidente do Estado de 1917 a 1922), trabalhou nesse projeto. Ali viveu meu pai, de 1 a 14 anos de idade, Conrado Emani Bento, futuro prefeito de Canguçu de 1931 a 1937 e de 1951 a 1954, sendo este último período na época em que cursei a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e a Academia Militar das Agulhas Negras. E dessas

lembranças da barra ele sempre me falava.

Em 1908 foi contratado o engenheiro norte-americano Elmer Lawrence Corthell para a construção dos molhes, conforme o projeto do engenheiro Honório Bicalho. Corthell conseguiu mobilizar capitais para formar a Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, para a qual foi transferido o contrato de execução, mas com responsabilidade do citado engenheiro norte-americano. A assinatura do contrato data de 22 de julho de 1908. Mais tarde ele foi dispensado desta responsabilidade, que passou à Compagnie Française, que contratou a execução com a Société General de Construcion de Paris. Esta, por sua vez, subcontratou as obras com três grandes firmas: Dayde & Pillé, Fougerote Frères e Groselher.

Em minhas pesquisas encontrei informações variadas sobre o assunto, sendo algumas das mais objetivas fornecidas pelo Serviço de Relações Públicas do Porto do Rio Grande.

Concluí que os molhes do Rio Grande se constituíram um sonho desde 1885, visando, como quebra-mar, aprofundar o canal que chegara próximo à marca de 2 metros, bem como deter os bancos de areia.

Sua construção efetiva, a cargo da Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, foi levada a cabo de 1908 a 1915, consumindo granito extraído de Monte Bonito, em Pelotas, e do atual município de Capão do Leão.

O molhe de Rio Grande, ou molhe Oeste, foi construído com 4.012 metros, dos quais 370 metros submersos arrasados na cota (-3,0). O molhe de São José do Norte, ou molhe Leste, consumiu 1.852.700 toneladas, e o de Rio Grande, 1.537.100 toneladas. Houve um consumo de 826.300 toneladas além do previsto. O molhe de São José do Norte foi construído com 4.300 metros, com um molhe submerso arrasado também na cota (-3,0) com 288 metros.

O primeiro navio a transpor a barra foi o Navio-Escola *Benjamin Constant*, com calado de 6,25 metros, em 1º de março de 1915, no 45º aniversário do término da Guerra do Paraguai. Decorridos 13 dias, em 13 de março, o *Benjamin Constant*, calando 6,40 metros, saiu a barra sem novidade.

A construção dos molhes visava assegurar passagem franca para navios de até 6 metros de calado.

Em 15 de novembro de 1915, no 26º aniversário da proclamação da República, foram inaugurados 500 metros do Porto Novo. Foram monumentais para a época as obras de construção de seu cais e a dragagem de 8.000.000 m<sup>3</sup> de seu canal de acesso, que atingiu 10,40 metros de fundo.

O cais foi construído com uso de blocos de concreto de 60 a 70 toneladas, e o aterro a oeste do porto possuía uma área de 200 hectares. Nessas obras trabalharam cerca de 4 mil operários.

A infra-estrutura para a construção dos molhes foi notável para a época. Ela compreendia vias férreas, como a de Capão do Leão, direto à base do Molhe Oeste, e a linha de Monte Bonito, até o trapiche da Boca do Arroio Pelotas, no São Gonçalo. Dali, via fluvial e lacustre, as pedras eram transportadas em balsas até o trapiche do Cocuruto, no molhe Leste, em São José do Norte.

As pedras extraídas eram colocadas nas pranchas ferroviárias, em caixas de ferro com capacidade para 20 toneladas, e pousadas nas plataformas ferroviárias por potentes guindastes.

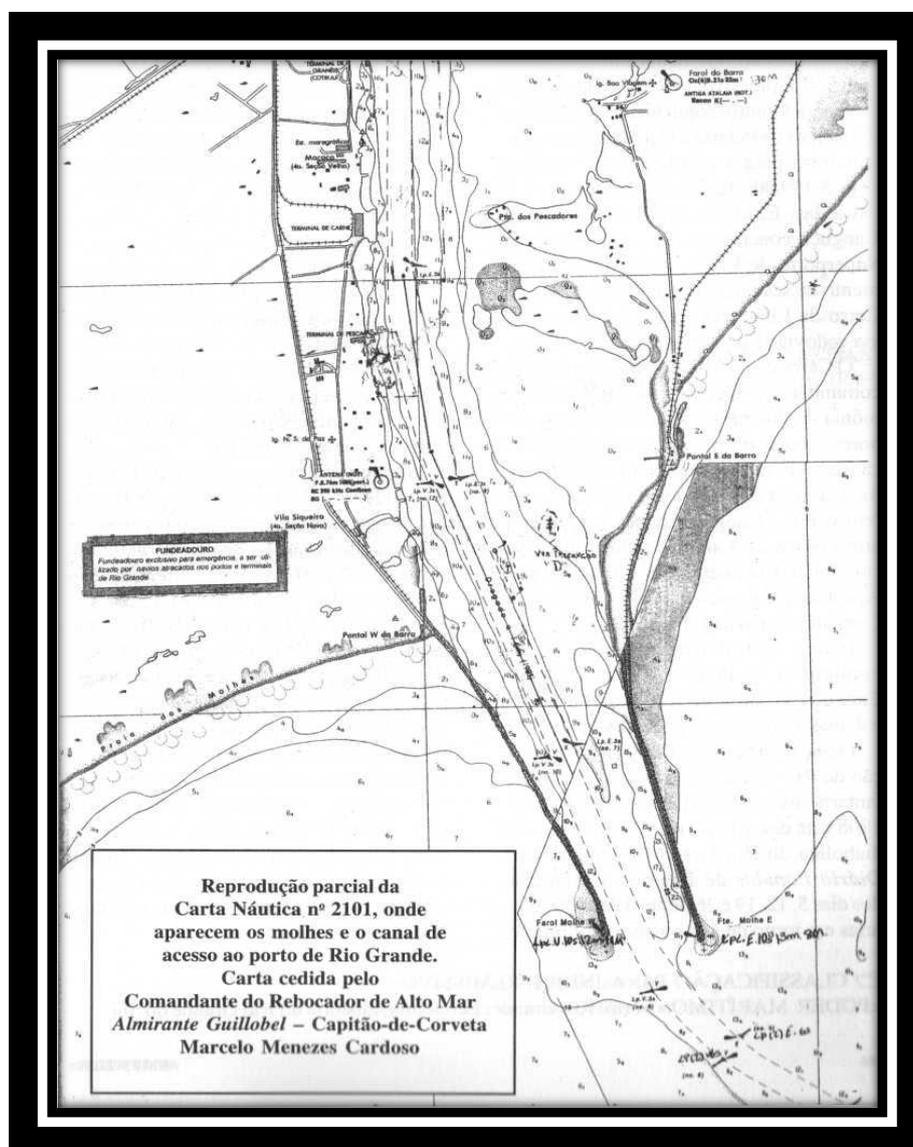
Nos trapiches da Boca do Arroio existia potente transbordador elétrico que descarregava as caixas cheias de pedras e as colocava em balsas de 75

metros, com capacidades para 24 caixas (cerca de 480 toneladas). E assim também operavam o transbordador do Cocuruto de São José do Norte e o outro na base do molhe de Rio Grande.

Nos molhes, as caixas eram manobradas por guindastes, com raio de 30 metros, para descarga das pedras.

Os molhes, na sua parte final, guardam uma distância de 725 metros. (Ver carta 2101)

Em 1919, finda a Primeira Guerra Mundial, a União encampou esta monumental obra de engenharia, transferindo-a para o Estado. Imagine-se a grande repercussão estratégica e geopolítica desta obra que domou a barra diabólica, dando razão ao tribuno Gaspar Silveira Martins, que afirmava aos que diziam ser os molhes obra impossível: “A barra não tem querer!”. Antes dos molhes, durante cerca de 180 anos “a barra diabólica de Rio Grande” fora um grande entrave ao progresso do Rio Grande do Sul. Hoje, Rio Grande se projeta no futuro do Mercosul com o Superporto, construído sob a proteção dos belos molhes, ponto turístico expressivo do Rio Grande do Sul.



E aqui lembro, como historiador, que os munícipes de Pelotas e Capão do Leão contribuíram para a construção dos molhes com 3.389.000 toneladas de

pedras de lá extraídas. E, ainda, que o município de Canguçu concorreu com a construção do Superporto de Rio Grande com o arrasamento de seu então ponto turístico local, o Cerro da Liberdade, para lá transportado via rodoviária pela Estrada de Produção.

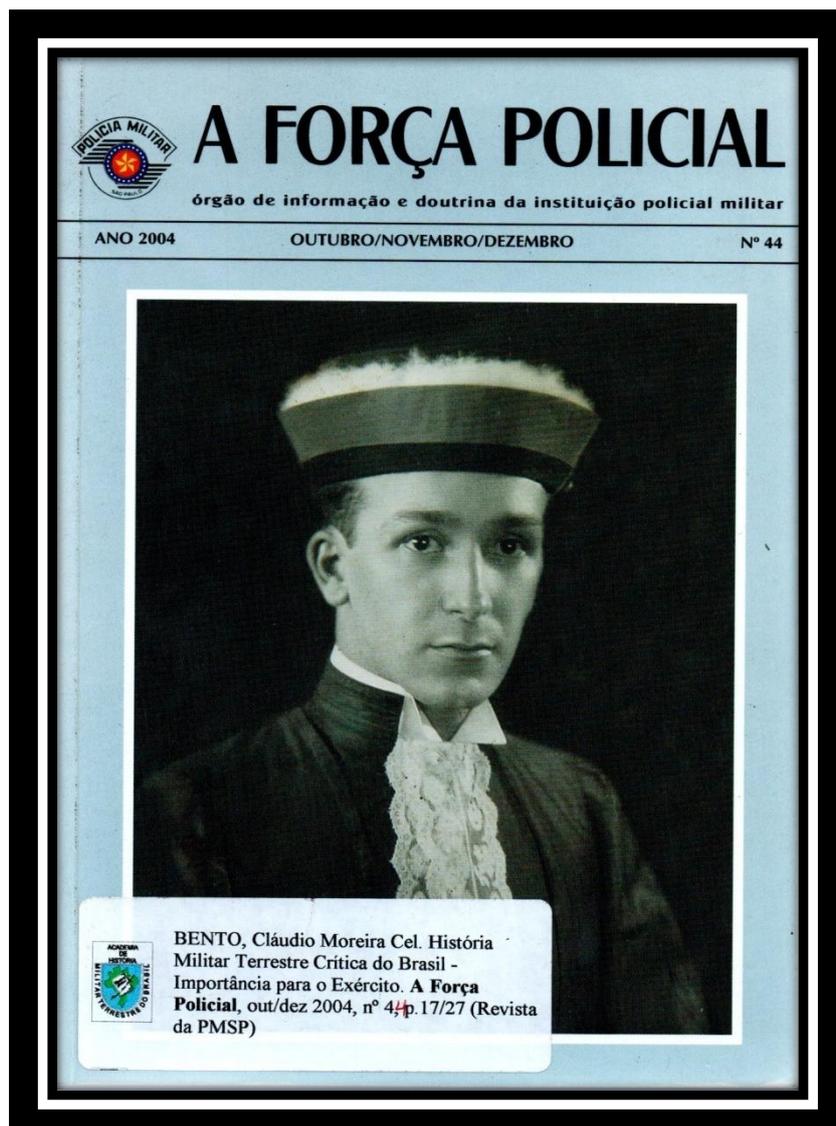
O Cerro da Liberdade é um monumento comunitário municipal com origem na cerimônia de libertação de duas escravas menores, construído como homenagem aos canguçuenses que integraram o seu Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional e retomaram a Canguçu finda a guerra. Esse nome procura ser imortalizado na memória comunitária também com a criação, pela Academia Canguçuense de História, da Comenda Cerro da Liberdade.

Foram contribuições expressivas dos municípios de Pelotas, Pedro Osório e Canguçu ao progresso regional e nacional, mas que deformaram as suas paisagens.

O que foi a barra de 1737, ano de fundação de Rio Grande pelo Brigadeiro de Infantaria José da Silva Paes, até por volta de 1908 está descrito no meu artigo “A barra diabólica do Rio Grande”, publicado no *Diário Popular* de Pelotas, nas edições dos dias 5,12,19 e 26 de abril de 1970. Já as lutas em tomo de sua posse por portugueses e espanhóis foram resgatadas no livro *A Guerra da Restauração* (da Vila do Rio Grande), publicado pela Biblioteca do Exército em 1992, também de minha autoria.

O Sangradouro da Lagoa dos Patos chegou a ser artilhado, de 1763 a 1776, em ambas as margens, com cinco fortes de cada lado. Em Rio Grande ficavam os espanhóis; em São José do Norte, os portugueses. O Sangradouro, neste período, foi cenário de dois confrontos entre esquadras da Espanha e de Portugal. Na madrugada de 1ª de abril de 1776 foi atravessado por dois destacamentos de granadeiros portugueses guiados pelo rio-grandino Tenente de Dragões do Rio Grande Manoel Marques de Souza 1ª, atual patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas e que então era o ajudante-de-ordens do Tenente-General Henrique Bohn, comandante do poderoso Exército do Sul que reconquistou em definitivo Rio Grande, havia 13 anos sob domínio da Espanha?

São fatos, creio, pouco conhecidos pelos habitantes do Rio Grande e da Região Sul e que resgato nos seguintes livros e artigos: “A fundação do Rio Grande por Silva Paes”, in *História da 3ª Região Militar 1808-1883 e Antecedentes*, editado pela 3ª Região Militar em 1994; “Rio Grande nas Guerras do Sul entre espanhóis e descendentes 1763-1777”, também constante do livro citado anteriormente e em *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul*, editado pela Bibliex em 1992; “A invasão do Rio Grande, em 1894, de parte da Armada revoltada”, in *História da 3ª Região Militar 1883-1953*, 2ª volume, 1995. Neste livro falo sobre o antigo Quartel-General do Exército, que foi o 1ª Quartel-General, especialmente construído para este fim no Rio Grande do Sul.



### SUMÁRIO

- I. Discurso do Cel PM Alberto Silveira Rodrigues ao deixar o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo - *Cel PM Alberto Silveira Rodrigues* 9
- II. A formação dos futuros Oficiais da Polícia Militar de São Paulo - *Procuradora do Estado Franciane de Fátima Marques*..... 13
- III. **História militar terrestre crítica do Brasil e a sua importância para a profissão soldado e para o Exército como força operacional - Cláudio Moreira Bento**..... 17
- IV. Comportamento suicida: como preveni-lo? - *Prof. Dr Neury José Botega* 29
- V. Aspectos jurídicos da busca pessoal - *Cap PM Adilson Luís Franco Nassaro* 41
- VI. Ética e o Policial Militar - *2º Ten PM Lázaro Antonio Felício*.....53
- VII. LEGISLAÇÃO
- a. Lei Complementar Federal nº 97, de 9 de junho de 1999 - *dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas* 69
- b. Lei Complementar Federal nº 117, de 2 de setembro de 2004 - *altera a Lei*

*Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas para estabelecer novas atribuições subsidiárias..... 79*

*Lei Federal n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001 - institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP ..... 83*

c. *Lei Complementar Estadual n° 960, de 09 de dezembro de 2004 - dispõe sobre o efetivo e a organização da Polícia Militar do Estado de São Paulo*87

d. *Decreto Federal n° 5.182, de 13 de agosto de 2004 - acresce item ao art. 21 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto n° 88.777, de 30 de setembro de 1983* 91

e. *Decreto Federal n° 5.289, de 29 de novembro de 2004 - disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública ..... 93*

f. .... Portaria do CMTG n° PM 1-04/02/04, de 22-11-2004 - dispõe sobre a entrega de arma de fogo junto às Organizações Policiais Militares do Estado de São Paulo 99

#### VIII. JURISPRUDÊNCIA

a. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Ação Direta de Inconstitucionalidade. *Lei do Distrito Federal 2.763, de 16 de agosto de 2001. Criação de Serviço Comunitário de Quadra. Liminar deferida* 127

### **III. HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE CRÍTICA DO BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A PROFISSÃO SOLDADO E PARA O EXÉRCITO COMO FORÇA OPERACIONAL**

CLÁUDIO MOREIRA BENTO foi o coordenador, em 1970/71, do projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Foi instrutor de História Militar na AMAN entre 1978/80. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército entre 1985/91. Fundou e preside, desde 1996, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

A História Militar Crítica é a História que interessa ao profissional militar em geral, em todos os escalões, como instrumento precioso de aprendizagem da Arte e Ciência Militar, com apoio em experiências vividas, especialmente no campo de batalha, por profissionais militares.

Em síntese, a História Militar Crítica é a História do Soldado, e, em particular, a do chefe em todos os escalões, bem como do pensador e do planejador militar com vistas ao desenvolvimento progressivo de uma *Doutrina*

*Militar, ou de adaptação* de uma Doutrina Militar importada às realidades operacionais de determinado país.

E isto foi o que fez o Duque de Caxias, ao adaptar, em 1862, a Doutrina do Exército de Portugal, grandemente influenciada pela Doutrina do Exército da Inglaterra, às realidades operacionais do Brasil e da Região do Rio Prata que ele vivenciara, inicialmente, no comando da Polícia Militar da Corte, quando protegeu o Poder Central durante o agitado período da Regência, e depois nas pacificações do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52), de onde ele trouxe e adotou, como Ministro da Guerra, as estruturas subordinadas ao Ajudante General do Exército, encarregado da parte operacional da força, e a do Quartel Mestre General, encarregado da parte Logística da força. Estruturas que existiram até a criação do Estado-Maior do Exército.

E foi com a Doutrina Militar que Caxias adaptou, em 1862, às realidades operacionais brasileiras, que as Forças Terrestres do Brasil enfrentaram a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, sem que se registrassem queixas de que a mesma não tenha correspondido então.

A História Militar Crítica, lamentavelmente, via de regra, tem sido confundida, entre nós, com a História Militar Descritiva, que consiste numa reconstituição de um fato histórico com o máximo de detalhes possíveis. Exemplos: um combate, uma batalha, uma manobra etc., sem entrar no mérito e evidenciar lições de Arte e Ciência Militar neles contidas etc.

E isto é tarefa para historiadores com cursos em faculdades e não para soldados. A estes cabe pragmaticamente transformar reconstituições históricas em lições de Arte e Ciência Militar, à luz de fundamentos de crítica da profissão Soldado, tais como Princípios de Guerra, Manobra e Elementos, Eatores da Decisão Militar, Elementos do Fator Militar, Princípios de Liderança, Campos da Doutrina Militar (Organização, Equipamento, Instrução, Motivação e Emprego da força) e muitos outros que abordamos em nosso manual *Como estudar, pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Brasília - EME/ AHIMTB/ EGGCF, 2000 - 2ª ed.

Em princípio, todo Oficial de Estado-Maior deve ser um historiador militar crítico pragmático, capaz de retirar e absorver lições de Arte e Ciência Militar de reconstituições históricas feitas por historiadores profissionais formados em faculdades e que possuem técnica para tal.

Para Oficiais de Estado-Maior fazerem reconstituições históricas profissionalmente, teriam que possuir curso de História em Faculdade, salvo raras exceções. E, dentro de sua carreira de cerca de 30 anos, desviar sua atenção por cinco anos para uma Faculdade de História ou cursos de História Descritiva, às custas da força, seria um desperdício. A não ser na inatividade.

Recordemos o que grandes cabos de Guerra mundiais mencionaram, valorizando a História Militar Crítica:

**Jomini:**

“O estudo da História Militar acompanhada de crítica sadia é, na realidade, a verdadeira escola da Guerra.”

**Frederico, o Grande:**

“Eu estudo toda a espécie de História Militar desde César até Carlos XII. E a estudo com todas as minhas forças...”

E ao condenar a História Militar Descritiva que estava sendo ensinada ao seu filho, ao repreender o professor para que ensinasse História Militar Crítica

a seu filho:

“Não ensine História a meu filho como se ensina um papagaio o fazendo decorar e a repetir como um papagaio. Ao contrário, faça-o raciocinar e tirar lições e conclusões objetivas.”

**Napoleão:**

“O conhecimento superior da Arte da Guerra só se adquire pela história das guerras e das batalhas dos grandes Capitães. Façam a guerra como Alexandre Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne, Frederico o Grande, Eugênio. Leiam e releiam criticamente a História de suas campanhas e guiem-se por elas. Eis o único meio de se fazer um grande General e aprender os segredos da Arte da Guerra.”

**Moltke, o Velho:**

“A História Militar por dominar inteiramente a conduta prática da Guerra é uma fonte inesgotável de lições de Arte Militar.” (sic)

**Ferdinand Foch:**

“Para sustentar em tempo de paz o cérebro (comando) de um Exército, para prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma Guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações de que o livro da História Militar.”

**General Patton:**

“A leitura objetiva (isto é crítica) da História Militar é condição de êxito para o militar. Deve este ler criticamente biografias, autobiografias de chefes militares. Quem assim proceder concluirá que a guerra é simples.”

E esta a idéia do que consiste História Militar Crítica, que, em geral, entre nós, é confundida e ministrada como História Descritiva, inconsequente para o desenvolvimento do instruído ou do leitor em Arte e Ciência Militar, ou para a profissão soldado, em razão do seu desprestígio, como balela, pelas gerações anteriores ao ano de 1950, às quais, via de regra, foi ministrada História Militar Descritiva em vez de História Militar Crítica.

Toda a instrução e ensino militares sintetizam ensinamentos resultantes da pesquisa e estudo crítico da História Militar, levado a efeito por chefes, planejadores, pensadores e historiadores militares críticos na História Militar da Humanidade ou na de um país considerado.

O conteúdo da instrução militar é fruto, em grande parte, da experiência adquirida no campo de batalha. Em última análise, obtida na História Militar Crítica.

O laboratório mais completo da Doutrina Militar, portanto, é o Campo de Batalha.

Recordemos como chefes militares brasileiros contemporâneos se manifestaram em relação à importância da História.

Gen Ex Aurélio de Lira Tavares, no Instituto Histórico e Geográfico, em 12 de dezembro de 1966, como sócio da casa e um ano antes de ser o 1º Ministro do Exército do Brasil, pois antes esta função era denominada Ministro da Guerra.

“Há um sentido mais nobre e mais alto no estimular os esforços dos que se dedicam ao estudo e pesquisa da História, guiados pela consciência do seu verdadeiro e grande papel na formação do espírito da coletividade... E é assim

que entendem os povos zelosos de seus destinos... A História Militar Crítica é, sem dúvida, o complemento obrigatório da preparação profissional do chefe e condutor de homens, destinado a guiá-los para a vitória, no comando de operações militares... A História Militar tem que ser elemento fundamental da Cultura do Chefe Militar. Foi assim que sempre a entendi! E foi por isso que me habituei a estudá-la e nunca deixei de estudá-la do primeiro ao último posto da hierarquia militar.”

O Gen Ex Emílio Médici, como Presidente da República, em 1970, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em certa altura de seu discurso de posse como Presidente de Honra e que viabilizou com empréstimo federal as novas instalações da Casa, hoje de justiça obra com o nome de seu construtor Pedro Calmon, falou:

“Aqui também podemos afirmar que não se governa sem historiadores. E nós, os brasileiros, podemos dizê-lo melhor do que ninguém. Pois, pacificamente nenhum país cresceu mais do que o nosso pela pesquisa e análise de nossos historiadores.”

E creio que ali lhe veio à lembrança o grande historiador civil e militar Barão de Rio Branco, que havia presidido o IHGB, onde foi admitido como sócio muito jovem.

Por mais de 35 anos, o Exército confiou o ensino de História Militar, na AMAN, a oficiais instrutores com o Curso de Estado-Maior e mais capacitados a orientar o estudo crítico da História Militar, por noções específicas lá adquiridas.

Em 1978/80, participamos de equipe na AMAN que, com apoio financeiro do Estado-Maior do Exército, preparou e editou, expressivamente enriquecidas com novos assuntos, as obras *História da Doutrina Militar e História Militar do Brasil* (2 v. texto e mapas).

De nossa parte, publicamos ainda, com apoio do EME, o manual *Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro*, já em 2ª edição e distribuído pelo EME às ECEME, EsAO, AMAN e Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Eles foram a síntese de trabalhos de Oficiais de Estado-Maior, instrutores de História Militar entre 1950/1978, que se destacaram por seus conhecimentos inovadores de História Militar Crítica: os hoje General Álvaro Cardoso e Coronel Francisco Ruas Santos.

Ao visitarmos a Biblioteca da AMAN, concluímos que aqueles dois primeiros livros citados continuam sendo distribuídos aos cadetes, onde eles podem aprender e praticar História Militar Crítica, em razão de os citados livros abrigarem o processo de ensino para tal fim.

Em nosso tempo de cadete ainda predominava a História Militar Descritiva, com apoio em obras do General Cordolino de Azevedo, que, por cerca de 26 anos, de 1923 a 49, fora instrutor de História Militar no Realengo e depois na AMAN. E o General Cordolino escreveu, em setembro de 1949, ao deixar a cadeira de História, depondo sobre as grandes dificuldades que enfrentara e que merecem reflexão madura:

“Durante 26 anos fiquei à frente da Cadeira de História Militar... No decorrer desse largo período foram várias as extensões dos programas. Estes sempre modificados. Ora por regulamentos que determinavam os assuntos e a maneira de transmiti-los. Ora por determinações expressas de autoridades a que estava subordinado. Daí as profundas modificações na extensão e na

natureza, às vezes inopinadas, sem tempo para coordená-las e transmiti-las com proveito. No tocante à História Militar do Brasil, chegou-se a este extremo. Seu estudo compreendeu, às vezes, o início de nossa vida colonial, as lutas contra as invasões estrangeiras, todas as nossas campanhas com os povos vizinhos, até 1º Março de 1870, em Cerro Corá. Vezes houve que de todo o nosso glorioso passado militar só se deveria estudar uma única campanha por ano letivo. Quanto à História Militar Geral, seu estudo foi alvo de profundas modificações. Desde Maratona, até nossos dias, em alguns programas. Em outros, em dose mínima, o estudo de algumas campanhas notáveis. Aconteceram que houve vezes em que se estudaram assuntos que em nada nos podiam interessar. Disto ficou alguma coisa de minha longa permanência na cadeira de História Militar. Daí os meus 2 livros agora publicados.”

Esses livros, valiosos e objetivos em seu tempo, foram reeditados pela BIBLIEx, mas não refletem História Militar Crítica e só podem servir como fontes de consulta.

A nós, parece que melhor teria sido a reedição dos dois livros de História Militar Crítica editados pela AMAN em 1978 e fruto de 28 anos de pesquisas de História Crítica realizadas por oficiais instrutores com o Curso de Estado-Maior.

Mas estão eles gastos pelos 24 anos de uso e, creio, orgulhosos os que os elaboraram de missão bem cumprida, a qual se estendeu até a EsAO e ECEME, especialmente o original *História da Doutrina Militar*.

Hoje, o ensino de História passa por uma fase de modernização, como todo o ensino no Exército, do qual desconhecemos detalhes e como se desempenham, no ensino de História Militar Crítica, instrutores tenentes formados em faculdades de História, substituindo a tradição de 1950-80, cerca de 30 anos de oficiais instrutores com Curso de Estado-Maior.

E, no início da fase de oficiais instrutores de História Militar na AMAN, com Curso de Estado-Maior, não se pode deixar de mencionar o vibrante e criativo Major Otávio Costa, cujas aulas eram muito esperadas e criativas, chegando ao ponto de, durante as suas aulas vibrantes de patriotismo, colocar ventiladores em locais discretos para fazer a Bandeira Nacional trapejar como se estivesse sendo soprada pelo vento. Ele ficou na lembrança de seus alunos, que o recordam com carinho decorridos 50 anos.

No tocante ao estudo de Geografia Militar, houve, ao longo dos anos, salvo melhor juízo, um desvio do objetivo inicial com o qual o Coronel José Pessoa havia introduzido o assunto na Escola Militar do Realengo, com base no que constatara na Escola Militar da França, que freqüentara em Saint Cyr, depois de haver combatido na 1ª Guerra Mundial no Exército da França, no comando de um pelotão de soldados turcos incorporados num Regimento de Cavalaria francês.

Geografia Militar, também tratada de Geobélica, tem o sentido de Geografia do Soldado, por estudar as repercussões do fator da decisão militar, o terreno, nas operações militares, com a profundidade compatível com o escalão operacional considerado. Foi encarregado de ministrar o assunto o Tenente-Coronel Francisco de Paula Cidade, grande estudioso que participara da *Revista Militar* criada na 3ª Região Militar, em 1910, e depois como Jovem Turco da fundação da *Revista A Defesa Nacional*.

Ele elaborou o excelente e original estudo *Notas de Geografia Militar Sul-Americana* em 1934, na Escola Militar do Realengo, com apoio de seu comandante, o Cel José Pessoa, reeditada pela BIBLIEx em 1942, depois de

atuar como instrutor do assunto na ECEME, até de lá sair para comandar a unidade de Infantaria em Corumbá, durante a Guerra do Chaco Paraguai x Bolívia.

Em 1966, a BIBLIEx publicou o seu valioso, original e pioneiro ensaio *O Rio Grande do Sul - Explicação da História pela Geografia*, in: *Dois ensaios de História*.

E de lá para cá a Geografia Militar tomou caráter mais de Geografia Militar Econômica, visando ao concurso para a ECEME, do que de Geografia Militar ou de Geografia do Soldado, enfocada quanto ao fator da Decisão Militar - o Terreno (Observação, Cobertas e Abrigos, Campos de Tiro, Obstáculos, Vias de Acesso e Acidentes Capitais) - conforme o escalão.

Creio que disto só restou o processo de Levantamento Estratégico de Áreas decorrente da aplicação, no caso, do *Discurso do Método de Descartes*, do qual também se origina o processo - e não método - de Estudo de Situação Militar. O *Discurso do Método de Descartes* origina incontáveis processos de solução de problemas específicos e não *Métodos*, conforme aprendemos em Curso de Organização e Métodos, no DASP, em 1970.

Por oportuno, outra idéia entre alguns colegas na ECEME, em 1967/69, era de que a Doutrina Militar era algo rígido e imutável, mas depois, pesquisando o assunto entre pensadores militares mundiais, chegamos à conclusão que uma Doutrina Militar permanente só tem dois fatores, o homem e sua contínua mudança.

O citado livro do General Paula Cidade, *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*, ao que consta, teve melhor aproveitamento nos exércitos sul-americanos, pelos preciosos ensinamentos que ministrava, do que no nosso, onde ele não teve, ao que parece, quem o substituísse e desse prosseguimento a este assunto relevante trazido da França pelo Cel José Pessoa c por ele introduzido na Escola Militar do Realengo.

Outro conhecimento que nos parece, mereceria ser desenvolvido no DEP, no setor de Pesquisa, seria a *Geo-História Militar Terrestre*, ou seja, a Geografia da História Militar Terrestre do Brasil, do que nos deu preciosas indicações o professor Floriano de Paula, em seu estudo pioneiro, na Universidade Federal de Minas Gerais, na sua preciosa obra *Geografia da História* (Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1972), que mereceu do Major José Fernando Maia Pedrosa, então instrutor de História Militar na ECEME, nas orelhas ou abas da obra, este comentário:

“Que o mestre professor Floriano de Paula sugeria em seu livro, a grande responsabilidade das gerações futuras, diante da incontestável importância do Brasil, na conturbada cena internacional, onde a ambição e os expansionismos de inspiração ideológica, ou não, aí estão de olho no nosso crescimento.”

De lá para cá se passaram 32 anos e, ao escrevermos para a ECEME, *Amazônia Brasileira - Conquista. Consolidação. Manutenção — História Militar Terrestre da Amazônia. 1616-2003*. Porto Alegre: AH1MTB, 2003, constatamos, através de diversas fontes, as enormes pressões internacionais denunciadas, exercidas sobre a Amazônia pela ambição internacional. Constatar isto é fruto de simples verificação e raciocínio!

E, neste caso, me cabe lamentar a equivocada edição, pela BIBLIEx, por indicação de seu Conselho Editorial, do livro de Jean Soublin, *História da Amazônia*, contendo diversas e graves deformações de nossa História, das quais cabe citar a falsa insinuação de o Exército Brasileiro haver praticado um

genocídio de índios Waimiris, em 1974, se não bastasse o grande equívoco de já haver publicado o livro *Cerne da Discórdia*, e se antes não houvesse a BIBLIEx proporcionado o lançamento, no Forte de Copacabana, do livro *A Noite das Grandes Fogueiras*, de Gilberto Meireles. E difícil entender estas iniciativas, que devem ter uma explicação de razão de Estado do Escalão Superior, ao qual a BIBLIEx é subordinada.

E por se falar em História Militar Crítica, vale lembrar o trabalho conjunto do Cel Francisco Ruas Santos e do Major José Fernando Maia Pedrosa na obra: ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Marechal Castelo Branco seu Pensamento Militar* (Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1968).

Existem outros estudos de História Militar Terrestre Crítica, entre eles nos vêm à mente os pensadores militares Cel João Batista Magalhães e o Cel Amerino Raposo Filho, deste último destaco *A Manobra na Guerra*, que nos foi de grande utilidade como aluno da ECEME, originário de uma arma de apoio, e mais *Caxias e os Problemas Militares Brasileiros* (Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, 1969), que em seu capítulo VI aborda o relevante assunto: “Caxias, o inspirador de nossa doutrina militar”.

A História Militar Crítica, que desenvolvemos em nosso livro *As Batalhas dos Guararapes. Descrição e Análise Militar* (Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971, 2v. e ora reeditada pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil em comemoração ao 10º Aniversário da criação do Dia do Exército) é uma obra que elaboramos com apoio em conhecimentos de Arte Militar adquiridos em Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1967/69), aplicados a fontes históricas que lá encontramos sobre o tema.

E creio que, militarmente, foi muito enriquecedor a da História Crítica Militar Terrestre do Brasil e até reveladora de um grande e valoroso soldado esquecido, o Sargento Maior Antônio Dias Cardoso, hoje nome de uma rua de bairro da AMAN e de uma das turmas dela egressas, além de patrono das Forças Especiais do nosso Exército.

Estudo crítico revelou que os generais dos invasores, na Europa, tratavam a reação luso-brasileira original, à base de guerrilhas, de Guerra Brasílica.

E assim esperamos que neste artigo consigamos convencer os militares da importância prática para um Exército e, não só em teoria, como ela é exaltada, da História Militar Crítica e da necessidade de que os que a ela se dedicam sejam ouvidos, e não como aconteceu com o General Cordolino de Azevedo, como se pode concluir de seu disciplinado desafabo que esconde muita informação e lições por detrás do que ele mencionou.

E isto interessa ao nosso Exército, como sempre interessou, e foi usada por exércitos de grande nações, potências e grandes potências, na procura de estabelecer, regulamentada, uma Doutrina Militar a mais genuína possível, compatível com o destino de grandeza do Brasil, que hoje luta por um assento no Conselho de Segurança da ONU.

A nossa História Militar Crítica revelou que os grandes problemas militares brasileiros foram enfrentados e solucionados por doutrinas originais desenvolvidas no calor da luta, como o caso da Guerra Brasílica contra o invasor holandês de 1624/1654; a Guerra à Gaúcha, contra o invasor espanhol no Rio Grande do Sul de 1763/1776; e sem deixarmos de mencionar as lições da Guerra do Mato, desenvolvidas por quase um século no Quilombo dos Palmares, por seus defensores e atacantes, e vai por aí. Na Amazônia, seguramente serão levantadas e desenvolvidas doutrinas militares originais,

para a sua defesa, com apoio nas lutas que ali tiveram lugar. E doutrinas militares indígenas poderão ajudar na formulação da doutrina militar de Resistência que ali se está procurando implementar.

O historiador civil formado em Faculdades de História não possui as condições ideais de realizar História Militar Terrestre Crítica, e sim fazer reconstituições de História Militar Descritiva para que o historiador militar crítico, com formação em Arte e Ciência Militar, o faça ao nível dos cursos militares que possua e com mais profundidade os com cursos de Estado-Maior e CPAEx.

Em 1972, o Estado-Maior do Exército, através de sua Comissão de História do Exército, reuniu em Brasília professores de História e Bibliotecários convidados em todo o Brasil para lhes ministrar um Curso de Pesquisadores de História das Forças Terrestres Brasileiras.

Creio que somente nós o aproveitamos, pela vivência militar que eles não possuíam; ao contrário, foi fácil adquirir noções de biblioteconomia que eles possuíam. Eles tinham dificuldades para saber o que era cantil, baioneta, bandoleira e vai por aí. E nenhum deles deu retorno aos ensinamentos pretendidos.

Na falta de um efetivo apoio editorial para historiadores militares brasileiros críticos, em razão de a BIBLIEx atuar como um Clube do Livro, cujo editorial, penso, seja função dos interesses dos seus associados e não dos interesses dos profissionais do Exército, assinalo como fato relevante a colocação na Internet, para consultas, das monografias elaboradas por alunos da ECEME e do CPAEx. Eu mesmo referenciei, pioneiramente, em nosso citado trabalho *Amazônia Brasileira*, as que tratam de assuntos militares referentes àquela estratégica área onde nosso Exército se faz cada vez mais presente.

E aqui concluo este artigo, na esperança de que leitores interessados nos problemas do Exército o leiam e concluam o que pode dele ser deduzido e não foi abordado diretamente.

E o concluo evocando palavras dos Jovens Turcos que fundaram a Revista *A Defesa Nacional*, há 91 anos, expressas no Editorial do primeiro número da Revista, em 10 de outubro de 1913, republicado pela *História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de Um Povo*, em 1972. v.2, p. 805, e que em rodapé traz esta nota:

“O Exército de hoje muito deve à campanha reformista desenvolvida por esta revista.”

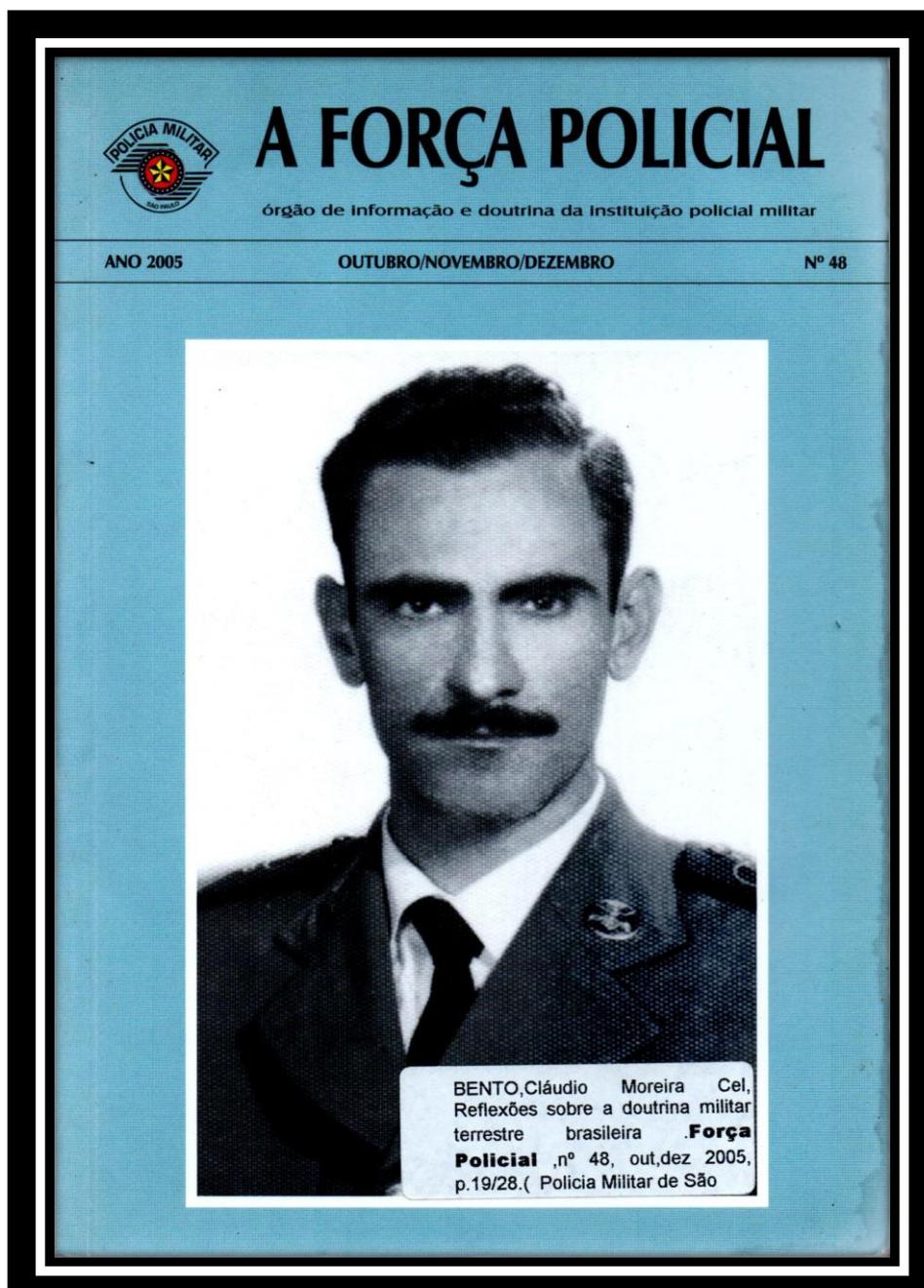
E em certa altura do Editorial, que traduziu o programa dos Jovens Turcos, se lê:

*“Estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; e de que criticar é um dever; de que o progresso é obra dos dissidentes. Esta revista foi fundada para exercer o direito que todos temos, de julgar as coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver e de darmos a nossa opinião a respeito...”*

*Em todas as coisas da vida é preciso não esquecer nunca a época em que elas foram feitas e o espírito que as ditou. Muito do que hoje nos parece deslocado e anacrônico, foi racional e aceitável a seu tempo, assim como o*

que hoje nos parece excelente será criticável amanhã. ”

É, pois, com este espírito que coloco o presente artigo à consideração dos leitores e pesquisadores interessados no melhor futuro do nosso Exército como instituição nacional permanente e força operacional. Leitores, especialmente, com responsabilidade de Estado pelos destinos do Exército, para prevenir que abrigue equívocos duradouros de difícil percepção, como ocorreu com o histórico equívoco do Exército dominado pelo bacharelismo de 1874/1905, em detrimento do profissionalismo militar, como o registrou, entre outros, o Jovem Turco Marechal Estevão Leitão de Carvalho, em suas *Memórias*, e o General Tasso Fragoso, na apresentação de seu clássico *A Batalha do Passo do Rosário*, o que valeu ser considerado pelo então Chefe do EME General de Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, como “ O Pai da História Crítica do Exército.”



## Sumário

<p>I. Discurso do Ilustríssimo Senhor José Gregori, Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e Paraninfo da “Turma 9 de Julho”, durante a formatura dos Aspirantes-a-Oficial PM na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em 10 de dezembro de 2005. 11</p> <p>Discurso do Ilustríssimo Senhor Celso Perioli, Coordenador da Superintendência da Polícia Técnico- Científico e Paraninfo da turma “2º SGT PM Ademir Pereira Gomes”, durante a formatura do Curso de Formação de Sargentos, em 26 de agosto de 2005. 15</p>	<p>11</p> <p>15</p>
<p>II. <b>Reflexões sobre a Doutrina Militar Terrestre Brasileira - Cel de Engenharia Cláudio Moreira Bento.</b></p>	<p>19</p>
<p>III. Crimes Militares: Conceito e Jurisdição - <i>Cap PM Azor Lopes da Silva Júnior.....</i></p>	<p>29</p>
<p style="padding-left: 40px;">Porte de Arma de Fogo - Apanhado histórico-legislativo com enfoque para locais de grandes aglomerações de pessoas - <i>1º Ten PM Fábio Sérgio do Amaral.</i></p>	<p>53</p>
<p>IV. Agente Público Artificial - <i>2º Ten PM Benevides Fernandes Neto.</i></p>	<p>59</p>
<p style="padding-left: 40px;">1. Resolução da ONU nº 34/169 de 17 de dezembro de 1979 Código de Conduta para os Funcionários</p> <p style="padding-left: 80px;">a. <i>Responsáveis pela Aplicação da Lei.</i></p> <p style="padding-left: 80px;">b. Decreto Estadual nº 50.264, de 29 de novembro de 2005 - <i>Altera o Decreto nº 49.248, de 15 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a estruturação da PMESP e dá providências correlatas.</i></p> <p style="padding-left: 80px;">c. Provimento nº 002/05-CGER - <i>Orientação Normativa - Auto de Prisão em Flagrante Delito.</i></p> <p style="padding-left: 80px;">d. Portaria do Comandante do Exército nº 812, de 7 de novembro de 2005 - Autoriza a aquisição de armas de uso restrito, na indústria nacional, para uso próprio, por policiais rodoviários federais, policiais civis e militares e bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</p> <p style="padding-left: 80px;">e. Portaria CG - DP-56/311/05, de 14/10/2005 - Dispõe sobre normas relativas ao concurso público para ingresso na Instituição na graduação de SdPM de 2ª Classe.</p>	<p>73</p> <p>79</p> <p>83</p> <p>87</p> <p>89</p>
<p>VIII. JURISPRUDÊNCIA</p> <p style="padding-left: 40px;">a. Supremo Tribunal Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI - 3354 - proposta pelo Procurador-Geral da República - Artigo 6º, parágrafo único, artigo 8º e 9º da Lei Complementar nº 51/01, do Estado de Roraima - Preenchimento de cargo público permanente - Quadro efetivo da Polícia Militar - sem a devida realização de concurso público.</p>	<p>11</p>

b. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Acórdão - Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei nº 115.804-0/3-00, São Paulo - Legitimidade ativa do Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo - SAVIM reconhecida - Lei Municipal nº 13.866/04 que, no entanto, está adequada ao disposto nos artigos 144, § 8º, da Constituição Federal e 147 da Constituição do Estado de São Paulo - Inconstitucionalidade inexistente - Ação improcedente. 123

c. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - 6ª Vara da Fazenda Pública - Autos de Processo nº 053.05.015419-5 - Mandado de Segurança contra ato do Diretor de Pessoal da PM - Assunção de cargo de Soldado Temporário - Inaptidão na Investigação Social - Segurança denegada. 131

d. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - 1ª Vara da Fazenda Pública - Autos de Processo nº 1973/ 053.04.33749-1 - Mandado de Segurança contra ato do Subcomandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Reintegração ao Quadro de Serviço Auxiliar Voluntário - Segurança denegada. 137

### **III. REFLEXÕES SOBRE A DOUTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA**

**CLÁUDIO MOREIRA BENTO, Cel de Engenharia, formado pela AMAN em 1955 e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul.**

Presenciando, como convidado, em 2 de outubro de 2005, as marcantes comemorações do centenário da Escola-Maior do Exército (ECEME), onde estudamos em 1967-69, fomos levados às seguintes considerações, ou reflexões, estimulados pela Ordem-do-dia do primeiro comandante da centenária ECEME, o General de Brigada Miguel Maria Girard, retiradas do livro do qual então ganhamos exemplares junto com um diploma, ECEME - A Escola do Método - Um século pensando no Exército:

“Estarei sempre pronto a colher, estudar e aceitar todas as idéias e informações que me queiram espontaneamente apresentar...”.

Como historiador militar terrestre que me tornei desde que saí da ECEME e estimulado pelas idéias que ali colhi, passei a sonhar que o Brasil disporia de uma doutrina militar terrestre genuína, como as que possuem as grandes potências e as grandes nações. Doutrina “Tupiniquim” como a que sonhava o pensador militar Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, patrono da ECEME.

E estudando a História Militar dessas nações que se tornaram grandes potências, ou grandes nações, concluímos que elas desenvolveram doutrinas militares próprias ao longo de seus processos históricos.

E aprendemos que elas definem pragmaticamente doutrina militar como as maneiras pelas quais uma força armada considerada é organizada, equipada, instruída, motivada e empregada.

E, em conseqüência, é dividida em campos denominados Organização,

Equipamento, Instrução e Motivação, que se situam na área da Ciência Militar, e o Emprego na área da Arte Militar.

Estudando a História Militar Terrestre do Brasil, concluímos que ela sofreu influências mais fortes das seguintes nacionalidades, além de outras em menor intensidade: espanhola, até 1659; inglesa, até 1822; e continuada indiretamente, através de Portugal, até cerca de 1920; francesa, até 1940; e norte-americana até nossos dias.

Mas, aprofundando nossas pesquisas, constatamos que o Brasil resolveu dois dos seus maiores problemas estratégicos com doutrinas próprias:

**Primeiro** - A Guerra Brasílica, desenvolvida na Bahia e Pernambuco, de 1724/1854, da qual resultou a expulsão do Exército Holandês, preservando-se a Unidade Nacional e servindo o dia 19 de abril, dia da 1ª Batalha dos Guararapes, para ser consagrado com o Dia do Exército Brasileiro, cujo espírito ali despertou junto com o de nacionalidade. Assunto que abordamos em nosso livro "As Batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar" (1971) e ora reeditado, ampliado, pela Academia de História Terrestre do Brasil (AHIMTB), em Porto Alegre, em comemoração aos 356 anos da 1ª Batalha. Doutrina luso-brasileira ou Guerra Brasílica que, também, analisamos no livro "Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro" (1978 e 1999).

E a partir deste estudo sobre as batalhas dos Guararapes que chegamos à conclusão da presença, nelas, de um grande profissional militar, o Sargento-Maior Antonio Dias Cardoso, que fora mandado da Bahia para Pernambuco, numa missão, hoje, tipo forças especiais, para preparar, nas matas de pau-brasil, em Pernambuco, a Insurreição Pernambucana. Personagem que abordamos criticamente pela primeira vez em nosso citado livro sobre as Batalhas dos Guararapes e a seguir no capítulo das Guerras Holandesas, da "História do Exército", editada pela Comissão de História do Exército do EME (CHEB) em 1972, e na condição de historiador convidado pelo EME, para escrever o capítulo Guerras Holandesas. Desde 1971, Dias Cardoso era considerado um patrono não-oficial das Forças Especiais do Brasil, até ser consagrado pelo Exército como tal, com apoio em dados que fornecemos às mesmas. Desde 1972, Dias Cardoso foi consagrado nome de uma das ruas do Bairro Guararapes, na AMAN, até ser consagrado como nome de uma de suas turmas.

**Segundo** - A Guerra à Gaúcha, desenvolvida no Rio Grande do Sul, de 1763/77, quando ele foi invadido em 1763 e 1774, e estava muito malguar-necido. E a solução foi apelar para a guerra de guerrilhas, "a guerra do fraco conta o forte", que tomou o nome regional de guerra à gaúcha, que esteve presente no Sul até 1932, último confronto militar lá ocorrido.

Guerra à gaúcha, desenvolvida com o apoio na seguinte diretriz emanada do Rio de Janeiro, incapaz de socorrer o Rio Grande do Sul invadido:

"A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas localizadas em matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação."

E isto foi muito bem executado, sagrando-se como mestres deste tipo de guerrilha, o lagunense Capitão Francisco Pinto Bandeira, que comandou a primeira subunidade do então criado, o legendário, Regimento de Dragões do Rio Grande, e mais seu filho, o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, o primeiro gaúcho ou continentino a galgar o generalato e por nós estudado na obra "Comando Militar do Sul - décadas de História" (1995), e hoje patrono do 8º Esq

C Mec, em Porto Alegre, pertencente à 8ª Bda Inf Mtz, sediada em Pelotas e cuja proposta foi por nós instruída, a pedido do comando da 8ª Bda Inf Mtz.

Abordamos pioneiramente a Guerra à Gaúcha na obra que escrevemos em 1972 e ora publicada pela AHIMTB, “Hipólito da Costa - o gaúcho fundador da Imprensa Brasileira” (2005). E, antes, na obra “A Guerra de Restauração do Rio Grande” (1996), como apoio no relatório do Comandante do Exército do Sul, Tenente-General Henrique Bohn e sua correspondência com o Vice-rei. E ambos, pela primeira vez, explorados como História Militar Crítica.

Escrevemos mais especificamente sobre o assunto em artigo Guerra à Gaúcha, no “Antologia do CIPEE” (1996).

Prosseguimos nos estudos sobre doutrinas brasileiras de guerras de resistência, ao estudarmos a Guerra dos Palmares, que durou cerca de um século. E ali constatamos uma doutrina militar genuína brasileira, a Guerra do Mato, desenvolvida como guerrilha pelos quilombolas e como antiguerrilha pelos que combateram, por um século, aquela resistência. Tipo de guerra lembrado por José Bonifácio, que havia sido guerrilheiro em Portugal, para expulsar Napoleão. Modalidade que pretendia adotar no Brasil caso fosse este invadido.

E pesquisando ainda antiguerrilhas bem-sucedidas no Brasil, vamos encontrar o hoje patrono do Exército, Duque de Caxias, e também patrono de nossa AHIMTB, que pacificou o Maranhão, usando guerrilhas contra guerrilhas, bem como no combate aos revoltosos farrapos no Rio Grande do Sul. Valendo-se nesta, contra o grande mestre da Guerra à Gaúcha, Davi Canabarro, de outros dois mestres nesta modalidade, o General Bento Manoel Ribeiro e o Tenente-Coronel da Guarda Nacional Francisco Pedro de Abreu, o Moringue ou Chico Pedro, conforme abordamos em nosso livro “O Exército Farrapo - os seus chefes” (1992).

Ouviu contar que o Paraguai enfrentou e venceu uma guerrilha na região do Chaco e perguntado como tinha sido bem-sucedido, respondeu haver seguido a tática de guerrilha contra guerrilha, usada no Maranhão, em 1838, por Caxias.

Ao escrevermos nosso livro “Amazônia Brasileira - Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1614-2004” (2004), deparamos com as guerrilhas lideradas contra os invasores pelo então Capitão Pedro Teixeira. E, mais tarde, no Acre, o gaúcho Plácido de Castro, veterano Major federalista em 1893-95, apropriando lições de Guerra à Gaúcha contra o inimigo regular que ali enfrentou e venceu.

Os indígenas da Amazônia possuíam suas doutrinas militares próprias, que deveriam ser apropriadas a uma doutrina militar de resistência naquela área.

E de interesse as observações do padre jesuíta João Daniel, que lá viveu por 18 anos e escreveu na prisão de São Julião, em Lisboa, em 1797, a obra “Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas”, cujas informações de interesse militar as reproduzimos nos subtítulos: “Aspectos de interesse militar dos índios” e “As guerras entre índios amazônicos e sua arte militar”.

Entre os pioneiros de adaptação de doutrinas militares estrangeiras às nossas realidades operacionais, o Duque de Caxias desponta como pioneiro ao adaptar, em 1863, como Ministro da Guerra, as nossas realidades operacionais que ele vivenciara no Maranhão, em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52), às Ordenanças de Portugal

ou à doutrina militar portuguesa, de influência inglesa. E ninguém reclamou desta sua doutrina no Paraguai, a não ser os nossos inimigos de então.

O Marechal Floriano Peixoto teve preocupação doutrinária genuína ao mandar editar o livro “História da Guerra do Paraguai”, pelo seu veterano Coronel Emilio Carlos Jourdan, patrono de cadeira na AHIMTB, para que os alunos de nossas escolas militares vivenciassem as realidades operacionais sul-americanas

O Marechal Castello Branco, pensador militar fecundo, tinha esta preocupação conforme nos revelaram os coronéis Francisco Ruas Santos e José Fernando Maia Pedrosa, no livro “Marechal Castello Branco - seu pensamento militar 1946-1964” (1968), lançado na ECEME quando ali estudávamos e por iniciativa de seu comandante, o General-de-Brigada Reinaldo de Mello Almeida. Recordo que foi nessa ocasião que ali surgiu o Sistema de Apoio Administrativo do Exército Brasileiro (SAAEB), para adaptar o apoio administrativo em nosso Exército às realidades econômicas do Brasil. Creio que daí resultou a criação, no nosso Exército, dos Batalhões Logísticos.

Isso nos faz lembrar Canudos, cuja doutrina milita era baseada numa Ordenança de Portugal, apropriada a uma guerra regular na Europa, mas imprópria para combater no ambiente sertanejo nordestino, onde os revoltosos vinham obtendo repetidos sucessos. Foi preciso a intervenção e a criatividade do Ministro da Guerra, o Marechal Graduado Carlos Machado Bittencourt, de deslocar-se até a Bahia e lá estabelecer uma estrutura de apoio logístico para apoiar as forças atuando contra Canudos. Na época as operações do Exército e das Polícias Militares eram assinaladas por continuados insucessos e incapazes de possuir elementos para a realização de reconhecimento. Foi então que o General Carlos Telles, herói da resistência ao sítio federalista de Bagé, selecionou de seu 31º Batalhão de Infantaria um grupo de militares que dominava o uso do cavalo e formou com eles uma tropa montada de reconhecimento de posições dos revoltosos para prevenir emboscadas. Além disso, cumpria missões de recolhimento, no sertão, de suprimentos de toda a ordem. Com essas medidas, as emboscadas tornaram-se infrutíferas e melhorou a alimentação de sua tropa isolada.

Outro pensador militar preocupado com esta idéia de doutrina militar terrestre brasileira foi o Coronel J. B. Magalhães, que materializou suas convicções em seu livro “A evolução militar do Brasil” (1958).

Não posso aqui deixar de fazer referência a outro pensador militar contemporâneo, o Coronel Amerino Raposo Filho, em seu trabalho notável que até despertou, em 1969, algumas reações contrárias à ECEME, sob o domínio da doutrina militar norte-americana: “Caxias e os problemas militares brasileiros” (1971). No capítulo VI de seu trabalho, ele aborda o relevante subtítulo “Caxias, o inspirador de nossa doutrina militar”. Desta forma, o Coronel Amerino demonstrou a notável visão estratégica de Caxias e a sua adaptabilidade, com facilidade, ao realizar em sua vida, operações militares completamente diversas em distintos Teatros de Operações. Vale a pena ser relido e refletido! Tal análise foi reproduzida no livro “Caxias e a Unidade Nacional” (2003),

comemorativo ao seu bicentenário, editado pela Academia de História Militar Terrestre, da qual ele também é o patrono.

Castello Branco referia-se a Caxias como “possuidor da antevisão do praticável”, conforme abordamos no artigo intitulado “Fontes de Cultura de Caxias em Arte da Guerra”, publicado na Revista Militar Brasileira, v. 116 (1980), e repetido por iniciativa da citada revista no v. 120 (1983), trabalho que incorporamos no livro “Caxias e a Unidade acionai” (2003).

Estes pensadores militares ousaram pensar além dos limites da doutrina militar vigente, de influência estrangeira, e fizeram o Exército avançar, conscientes que uma doutrina militar possui duas constantes: “o homem e a sua contínua mudança”. E esta se faz necessária no caminho de uma efetiva e constante nacionalização.

Hoje, uma doutrina militar consta de um enorme contexto de documentos que constituem em seu conjunto o Corpo de Doutrina, o qual para entrar em vigor necessita de regulamentação. Além disso, do conhecimento, do estudo e da prática por parte de todos os possíveis executantes, apoiados em manuais específicos, como os traduzidos pelo Estado-Maior da Zona Interior da Força Expedicionária Brasileira, que funcionou na Casa de Deodoro, no Rio de Janeiro. Um Corpo de Doutrina do Exército, nestas condições, tem sido o grande desafio aos historiadores, pensadores, instrutores, planejadores e chefes militares do Exército.

E, deste modo, contrariando este pensamento derrotista ou conformado: “No Exército, nada se cria, nada se transforma, tudo se copia”.

No caminho desta ambicionada conquista doutrinária militar terrestre brasileira, não pode ser deixado de lado, para análise militar crítica, à luz dos fundamentos da Arte Militar, o riquíssimo patrimônio histórico militar terrestre brasileiro, institucional e operacional. Tal patrimônio está traduzido por uma História Militar com mais de cinco séculos, responsável, em grande parte, por um Brasil construído e preservado com dimensões continentais. Esta obra não é um milagre, é fruto do empenho das gerações que nos antecederam e que mantiveram estas dimensões, com soluções militares originais como a Guerra Brasília e à Gaúcha, entre outras.

Estudos críticos da História Militar Terrestre Brasileira foram sugeridos e enfatizados pelos oficiais da Missão Francesa. Podemos comprovar por intermédio desta eloqüente resposta de um instrutor francês a um instruendo, ao ser indagado sobre o ensino de doutrina militar brasileira: “Se queres aprender a Doutrina Militar Terrestre Brasileira, a procure no estudo militar crítico da rica História Militar do Brasil”. Estes estudos caíram em desuso e reconhecemos no General Carlos de Meira Mattos e nos Coronéis Amerino Raposo Filho e Nilton Freixinho, em seus livros plenos de raciocínio lógico, remanescentes destas influências de buscar, na História Militar do Brasil, os ensinamentos mencionados.

E a razão do abandono da História Militar Crítica do Brasil? Seria falta de estímulo editorial à produção e publicação de obras com este enfoque, como fez, por exemplo, o Diretor da Biblioteca do Exército, General Humberto Peregrino, que criou uma geração de historiadores e escritores militares, ora em extinção progressiva.

Vale recordar em que consiste a História Militar Terrestre Crítica, assunto que abordamos em artigos no site [www.resenet.com.br/users/ahimtb](http://www.resenet.com.br/users/ahimtb)(39.980 visitas em 31 OUT 2005); em História, no site [www.militar.com.br](http://www.militar.com.br); e em Ca-

serna, no site [www.resenet.com.br](http://www.resenet.com.br) no informativo “O Guararapes nº 44”. E foi publicado na revista “A Força Policial” nº 44 (2004), órgão de informação e doutrina da PMESP, a pioneira a contratar, em 1906, 10 anos antes do Exército, uma Missão Militar Francesa, e, ainda, na “Revista Sociedade Amigos da 2ª Divisão de Exército (SASDE)” nº 94 e 95.

História Militar Terrestre Crítica que assim a definimos:

“A História Militar Crítica é a História que interessa ao profissional militar em geral, em todos os escalões, como instrumento precioso da aprendizagem e fixação da Ciência e da Arte Militar, com apoio em experiências vividas, especialmente no campo de batalha por profissionais militares”.

Em síntese, a História Militar Crítica é a História do Soldado e, em particular, a do chefe em todos os escalões, bem como do pensador e do planejador militar, com vistas ao progressivo desenvolvimento de uma doutrina militar, ou de sua adaptação às realidades operacionais de um determinado país. Assim fez Caxias, ao adaptar de modo pioneiro, em 1863, como Ministro do Exército, as Ordenanças de Portugal às realidades sul-americanas que ele vivenciara. Também, ele foi pioneiro em História Militar Crítica, ao analisar a Batalha do Passo do Rosário, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de que ele era membro honorário. Análise que publicamos em nossos livros “Caxias e a Unidade Nacional”, citado, e em “Os 170 anos da Batalha do Passo do Rosário” (2003). E esta foi a motivação maior para ele ser eleito patrono da **AHIMTB**.

Pautados neste mesmo espírito, produzimos diversos trabalhos, entre outros: “Batalhas dos Guararapes - Análise e descrição militar”; “Os 170 anos da Batalha do Passo do Rosário”; “O Exército Farrapo e os seus chefes”; “A Guerra de Reconquista do Rio Grande do Sul”; “A projeção do Governo do presidente Getúlio Vargas no desenvolvimento da Doutrina do Exército 1930/45” - Revista do CIPEL 2004; “O brasileiro que foi general de Bolívar” DN, nº 1986.

E tudo isto com o apoio nos fundamentos de Crítica retirados do manual já citado, “Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro”, é transferido para a obra editada pela AMAN, em 1978, por sua Cadeira de História Militar, “História da Doutrina Militar” (1978). Fundamentos de crítica diversos, valendo ressaltar, entre outros: Princípios de Guerra, Manobra e seus elementos do Fator Militar, Fatores da Decisão Militar, Virtudes Militares, Princípios de Liderança.

Felizmente, hoje, temos a poderosa *internet* em expansão geométrica, onde se pode consultar, por exemplo, as monografias dos alunos da ECEME, das quais temos divulgado as referentes à Amazônia no livro “Amazônia Brasileira. Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1614-2004”. Tal instrumento de comunicação mundial também é útil na divulgação dos nossos trabalhos, como temos sentido por correios eletrônicos, com consultas que recebemos de consulentes de diversos países da América e Europa, interessados no tema.

Assim sendo, esperamos que, dentro do espírito do primeiro comandante da ECEME, General Girard, nossas reflexões sejam colhidas, estudadas, pensadas e aproveitadas por partirem de um ex-aluno, ainda orgulhoso de nela haver estudado e produzido, com o apoio em ensinamentos nela colhidos,

enorme obra literária sobre a História Militar Terrestre do Brasil e, em especial, sobre as histórias institucional e operacional do Exército.

Aos 74 anos de vida, arrisco-me a sugerir e lembrar o que falou o Presidente Emílio Garrastazu Médici ao tomar posse como Presidente de Honra do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1971:

“Não se governa ou se comanda bem sem História e historiadores.”

Desta forma, referia-se à História e aos historiadores críticos, como o barão do Rio Branco, que, em função de sua análise crítica, ajudou o Brasil a crescer e a consolidar suas fronteiras pacificamente.

## BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL. *História Militar Terrestre Crítica do Brasil: sua importância para a profissão soldado e para o Exército como força operacional*. O Guararapes nº 44, out/dez 2004 (Disponível em Informativo no site [www.resenet/users/ahimtb](http://www.resenet/users/ahimtb). Artigo do presidente da AHIMTB).

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Processo de ensino de História Militar - Fundamentos da Arte da Guerra. *História da Doutrina Militar: da antiguidade à II Guerra Mundial*. Volta Redonda: Gazetilha, 1978. p. 155/163 (Transcrito de BENTO, Cláudio Moreira. *Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro*, a seguir referido).

BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra de restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.

*Amazônia Brasileira: Conquista, Consolidação, Manutenção - História Militar Terrestre da Amazônia 1614-2004*.

*Antologia do CIPEL*. Porto Alegre: CIPEL, 1996.

*Caxias e a unidade nacional*. Porto Alegre: Metrópole/AIMTB, 2003.

..... *Comando Militar do Sul: 4 décadas de História*. Porto Alegre: CMS, 1995. *Como estudar e pesquisar a história do Exército Brasileiro*. Brasília: EME/ EGCCF, 1992, 2 ed.

..... *Hipólito da Costa: o gaúcho fundador da Impensa Brasileira*. Porto Alegre: Metrópole, 2005.

..... *O Exército Farrapo: os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992, v. 1. *Os 170 anos da batalha do Passo do Rosário*. Porto Alegre: Metrópole, 2003.

..... *O brasileiro que foi general de Bolívar*. A Defesa Nacional nº 725, 1986. (Estudo crítico das batalhas de Carabobo, Boyacá e Ayacucho).

ESCOLA DE ESTADO- MAIOR DO EXÉRCITO . *ECEME: A Escola do Método. Um século pensando o Exército*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Como pesquisar e estudar da História do exército Brasileiro*. Brasília: EGGCF/AHIMB, 1ª ed. 1978 e 2ª ed. 1999. (Manual de autoria do Cel Cláudio Moreira Bento).

MAGALHÃES, J.B. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. *História Militar Terrestre Crítica do Brasil e sua importância para a profissão soldado*. Revista A Força Policial nº 44, out/dez 2004, p. 17/2.

RAPOSO FILHO, Amerino. *Caxias e os problemas militares brasileiros*. Rio de Janeiro: SGEx, 1971, v. 1.

SANTOS, Francisco Ruas e PEDROSA, José Fernando Maia. *Marechal Castello Branco: seu pensamento militar 1946-1964*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 198.

SANTOS, Hélio Tenório. (Cap PMESP). *A Ordem Unida na Evolução da Doutrina Militar- da antiguidade à atualidade*. São Paulo: Ed. Do autor, 2000. (Prefácio do Cel Cláudio Moreira Bento, Presidente da AHIMTB).

SOCIEDADE DOS AMIGOS DA SEGUNDA DIVISÃO DE EXÉRCITO. *História Militar Terrestre Crítica do Brasil e a importância para a profissão soldado e para o Exército como força operacional*. Revista SSDE n°s 94 e 95, 2004. (Artigo de Cláudio Moreira Bento, presidente da AHIMTB).

*Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba*

*Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil*

**INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E GENEALÓGICO DE SOROCABA**

**FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL**

**AHIMTB/SP**  
Gen. Bertholdo Klinger

*Casa de Aluísio de Almeida*  
*Sorocaba*

**Periódicos Eletrônicos do  
IHGGGS e da AHIMTB/SP  
1º Semestre 2014**

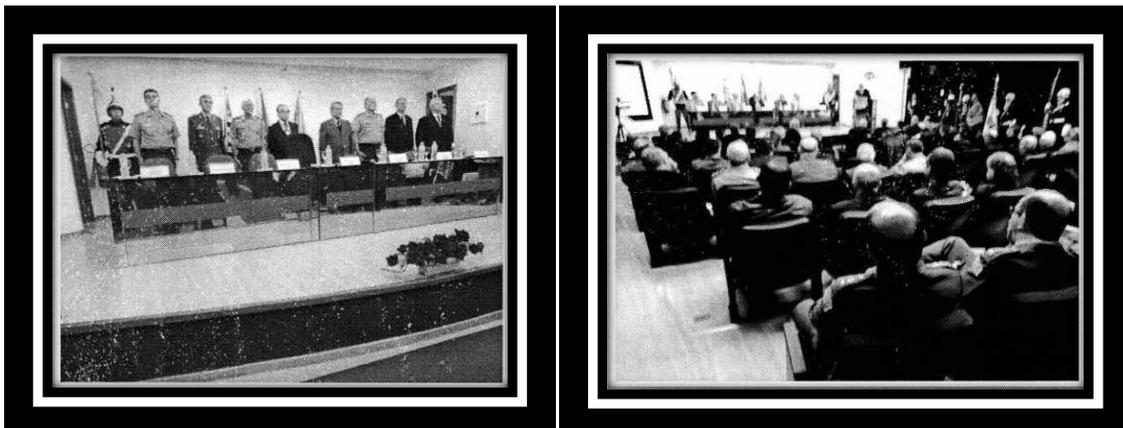
**OTTOM**  
EDITORA

# **A PARTICIPAÇÃO MILITAR DE SÃO PAULO NA GUERRA DE RECONQUISTA AOS ESPAANHÓIS DO RIO GRANDE DO SUL (1774 -1778)**

*Cláudio Moreira Bento (\*)*

## **Recordando**

Nas fotos, aspectos da Mesa Diretora e do Auditório em 28 de maio de 2013 no Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba instalando a Academia de História Militar Terrestre do Brasil - São Paulo "General Bertholdo Klinger", presidida pelo Acadêmico Adilson Cezar e federada à Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), instalada na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende e com o objetivo de pesquisar, preservar e divulgar a bela e rica História Militar Terrestre de São Paulo. Na Mesa Diretora, da esquerda para a direita: Ten Cel Fernando Bartolomeu Fernandes, Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha Leve, Regimento Marechal Deodoro da Fonseca (Itu/SP.) e 39 Presidente de Honra da AHIMTB/SP; Cel PM Nelson Lever Camilli representando o Cel PM Benedito Roberto Meira, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2º Presidente de Honra da AHIMTB/SP, chamado a Brasília; Gen Ex Adhemar da Costa Machado Filho, 19 Presidente de Honra da AHIMTB/SP, paulista e Comandante Militar do Sudeste - CMSE e Presidente de Honra da sessão; Cel Cláudio Moreira Bento, historiador militar e jornalista, presidente da sessão e da FAHIMTB, Dr. Antônio Carlos Pannunzio, Prefeito de Sorocaba e ex- deputado federal, integrante da Comissão de Defesa da Câmara Federal; Gen Div José Camilo Pires de Campos, paulista e Comandante da 22 Região Militar; acadêmico Professor Adilson Cezar, Presidente do IHGG Sorocaba e da AHIMTB/SP então instalada e o organizador da bela e concorrida sessão e o acadêmico Cel PM Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada vereador paulistano e autor de livro sobre policiais da PMESP que integraram na Itália a Polícia Militar da Força Expedicionária Brasileira FEB. Atrás da Mesa soldados do Regimento de Cavalaria "9 de Julho" da PMESP e no Auditório presença de integrantes do Exército, oos Fuzileiros Navais, da Infantaria da Aeronáutica e Policia Militar, Bombeiros Militares de São Paulo, Policiais Civis e Guardas Municipais, cujas histórias a FAHIMTB e AHIMTB federadas desenvolvem.



**"Aquele que morre em defesa de sua Pátria faz mais por ela naquele momento, que os demais em toda as suas vidas"**

(Péricles estrategista e dirigente grego considerado o pai da Democracia).

Ao visitarmos o Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, seu diretor, padre Rubem Neis, chamou-nos a atenção para o número anormal de óbitos militares paulistas, ocorridos em Porto Alegre, de 2 de março a 9 dezembro de 1776, período imediatamente anterior e posterior à conquista da Fortaleza de Santa Tecla, no final de março, e reconquista da Vila de Rio Grande, em 12 de Abril de 1776, depois de 13 anos em poder da Espanha.

Pelos dados até então disponíveis, Porto Alegre nesta época era guarnecida por uma Companhia do Regimento da Ilha de Santa Catarina. De posse dos registros de óbitos gentilmente paleografados pelo falecido amigo Prof. Vinício Stein Campos, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e que foi consagrado como o semeador de museus e o implantador da rede de museus históricos pedagógicos de São Paulo, passamos a esclarecer fatos relacionados com os 95 óbitos de militares paulistas ocorridos no período considerado.

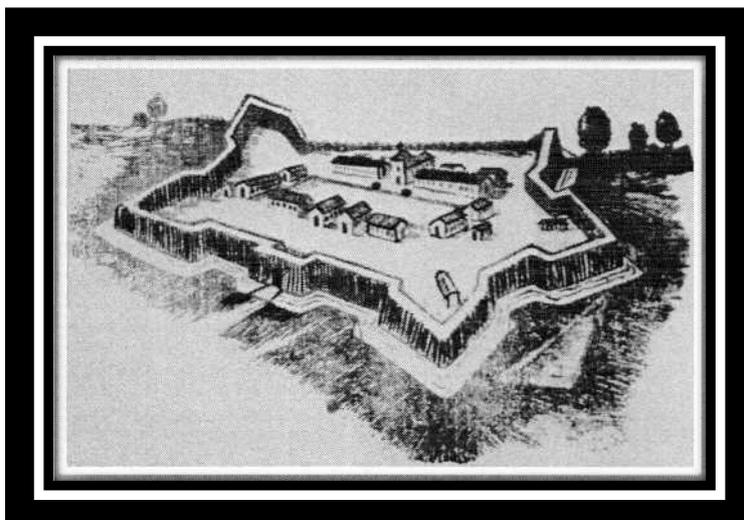
Após pesquisas, concluímos tratar-se de 89 óbitos ocorridos no Regimento de Infantaria de São Paulo e de 6 outros, particularmente na Legião de Voluntários Reais de São Paulo.

Estas unidades haviam sido recrutadas por ordem de Lisboa e pelo Governador de São Paulo que assumira em junho de 1775 - o Brigadeiro Martim Lobo de Saldanha, que governou São Paulo de 1775 a 1782, onde contraiu matrimônio com a dama paulista D. Maria Ana Bueno.

Em janeiro de 1776, deixaram São Paulo com destino a Porto Alegre, por terra e mar, os Regimentos de Infantaria de São Paulo e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo. Eram integradas por muitos filhos dos atuais Paraná e Santa Catarina.

No início de março, o Regimento já se encontrava em Porto Alegre, bem como parte da Legião. Estavam em condições de reforçar as fronteiras do Rio Pardo e do Rio Grande, cujas tropas, integrantes do Exército do Sul, menos de um mês depois conquistaram respectivamente, a Fortaleza de Santa Tecla, na campanha e a Vila de Rio Grande no litoral. As duas unidades paulistas, com um efetivo em torno de 2.000 homens, representaram cerca de um terço das tropas do Exército do Sul, este responsável pela reconquista do Rio Grande do

Sul em 1776 e a definição do destino brasileiro, consolidado diplomaticamente pelo Tratado de Santo Ildefonso de 12 de outubro de 1777.



**Representação da Fortaleza de Santa Tecla**

Evocaremos os óbitos de militares paulistas em Porto Alegre e fatos relacionados com os mesmos, como uma homenagem a todos os militares paulistas que participaram, de 1722 a 1821, do processo de exploração, reconhecimento, conquista e integração do Rio Grande do Sul à comunidade brasileira, fatos relevantes de nossa História Militar, pouco pesquisados e divulgados. E, finalmente, por ser episódio de nossa História Militar Terrestre relativo à tradição militar de São Paulo da qual, hoje, o Comando Militar do Sudeste - CMSE, orgulhosamente é herdeiro e repositório de na parte de São Paulo e na parte do Paraná e Santa Catarina o Comando Militar do Sul CMS.

O Paraná e Santa Catarina, na época, fizeram parte da Capitania de São Paulo, possuíam expressivas guarnições em Paranaguá e Curitiba e muitos de seus filhos integraram o Regimento de Infantaria e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo.

DALMAGRO, (S.Ten) Adalmir C. "3.<sup>a</sup> Regimento de Cavalaria Mecanizada - Regimento Forte Santa Tecla". Disponível em: <<http://www.3rcmec.eb.mil.br/historico.htm>> Acesso em: 30. Dez. de 2013.

### **REGIMENTO DE INFANTARIA DE SANTOS:**

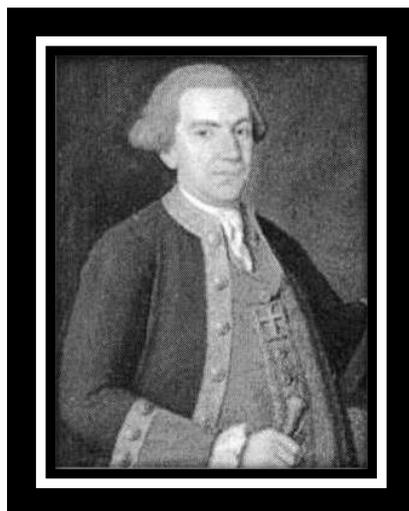
Integrantes desta unidade haviam integrado o Exército Demarcador do Tratado de Madrid de 1750, sob o comando do General Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (1733-62) e que percorreu o atual Rio Grande do Sul de 1751 a 1755 em atividades demarcatórias e no combate aos índios missioneiros liderados por jesuitas na Guerra Guaranítica (1754-56). Estudei a ação deste Exército Demarcador na História da 3.<sup>a</sup> Região Militar 1808-1889 e Antecedentes.

Além de paulistas do Regimento de Santos, o referido Exército foi integrado por duas Companhias de Aventureiros paulistas que então prestaram assinalados serviços como Vanguarda do mesmo.

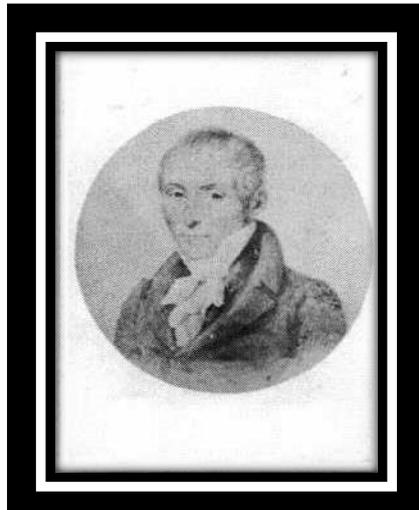
No período de 1765-1775, em São Paulo, sob a administração do

governador e Capitão General D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, o Regimento de Infantaria de Santos deveria ter estado no Rio Grande do Sul antes da invasão (1773-74) pelo Governador de Buenos Aires o mexicano D. Vertiz y Salcedo.

Entretanto, Morgado de Mateus o reteve em São Paulo em apoio à Empresa do Iguatemi, de sua concepção, traduzida estrategicamente por uma Diversão pelo Oeste; na prática, pela fundação de Fortaleza de N. S. dos Prazeres do Iguatemi (1767-77) ao Sul de Mato Grosso. Em síntese, procurar distrair parte do esforço defensivo dos espanhóis do Rio da Prata para o Oeste, no Paraguai.



**Retrato de Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, Col. da Casa de Mateus.**



**Juan José de Vértiz y Salcedo, Vice-Rei do Vice-Reino do Rio da Prata. Tinha por prioridade a expulsão dos portugueses da Banda Oriental. (1719-1799).**

LEBEAUD, Edmond. Autor do retrato de Juan José de Vértiz y Salcedo. Biblioteca de la Republica de la Argentina.

Disponível em:

[http://190.136.33.250/fototeca/index.php?expresion de .busqueda-  
iconograf%EDa»argentina&campo-keywords&termino=&íclltem=3408&pag-](http://190.136.33.250/fototeca/index.php?expresion de .busqueda-<br/>iconograf%EDa»argentina&campo-keywords&termino=&íclltem=3408&pag-)

Acesso em: 31. Dez. de 2013.

LUIZY. D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão e a capitania de S. Paulo no Brasil. Sexta-feira, 19 de fevereiro de 2010. Velharias.

Disponível em: <http://velharlasdoluis.blogspot.com.br/2010/02/d-luis-antonio-de-sousa-botelho-mourao.html>>Acesso em: 31. Dez. de 2013.

Wikipédia, a enciclopédia livre. Juan José de Vértiz y Salcedo.

Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan\\_Jos%C3%A9\\_de\\_V%C3%A9rtiz\\_y\\_Salcedo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Jos%C3%A9_de_V%C3%A9rtiz_y_Salcedo) Acesso em: 31. Dez. 2013.